

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

EMANOEL JOSÉ MENDONÇA SOBRINHO

COLETIVOS DE JOVENS DA REGIÃO SISALEIRA: juventude rural, autonomia e
participação cidadã no semiárido baiano

VITÓRIA

2023

EMANOEL JOSÉ MENDONÇA SOBRINHO

COLETIVOS DE JOVENS DA REGIÃO
SISALEIRA: juventude rural, autonomia e
participação cidadã no semiárido baiano

Dissertação apresentada ao Curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Paula da Silva

Vitória
2023

Ficha catalográfica

MENDONÇA SOBRINHO, Emanuel José

Coletivos de jovens da região sisaleira: juventude rural, autonomia e participação cidadã no semiárido baiano / Emanuel José Mendonça Sobrinho. Vitória: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas: 114f.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Paula da Silva

Emanoel José Mendonça Sobrinho

COLETIVOS DE JOVENS DA REGIÃO
SISALEIRA: juventude rural, autonomia e
participação cidadã no semiárido baiano

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Profa. Ma. Ana Paula da Silva
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Viviane Penso Magalhães
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcos Virgilio da Silva
Universidade de São Paulo

Prof. Me. Marcos Rodrigo Maciel Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedicatória

À Ezilda, ao Joelnir, ao Dailson e à Luciete, jovens agricultores/as familiares sertanejos/as, que me ensinaram a ser jovem e a conviver generosamente com o semiárido baiano.

À minha filha, Valentina, que dá seus primeiros passos na leitura do mundo e das palavras.

Agradecimentos

À minha mãe, Elisa Mendonça, grande mulher de fibra, que sempre me incentivou a estudar e a não ter medo de novos desafios. Ao meu pai, Jurandy Sobrinho (em memória), por me ensinar a admirar o conhecimento. À minha tia Aracy Sobrinho, segunda mãe, com quem aprendi a ter autonomia.

À minha esposa, Janya Costa, pelo diálogo, apoio e solidariedade nas tarefas acadêmicas e na vida; com quem compartilho minhas desconstruções, saberes, desafios e projeto de vida.

Ao Unicef, nas pessoas de Ruy Pavan e Patrícia Portella, por terem investido nos meus estudos e me conectado ao povo do semiárido baiano.

Ao Naidison Baptista, que me acolheu com profundo sentimento cristão no MOC, oportunizando-me a conhecer experiências transformadoras de pessoas e de comunidades rurais, ao lado de colegas e lideranças populares com enorme compromisso com os/as excluídos/as.

Ao Clodoaldo Paixão, mestre, amigo e colega de trabalho, que acreditou no meu potencial e nos coletivos de jovens, emprestando-nos sua convivência carinhosa, sua consistência teórica e seu encantamento pelos movimentos sociais.

À Leninha de Valente, comadre e grande referência no movimento sindical da CUT, que me forjou nas lutas dos sindicatos de trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região sisaleira da Bahia.

Às lideranças juvenis e aos coletivos de jovens do Portal do Sertão, Sisal e Vale do Jacuípe, por cada saber, choro, alegria e conquista, que fizeram da minha juventude uma experiência intensa e enriquecedora. Minha eterna gratidão!

Ao Prof. José Celestino Lourenço (Tino), amigo e dirigente combativo da CUT-Brasil, que me acolheu generosamente na Rede Nacional de Formação da CUT e em São Paulo, durante as aulas presenciais do mestrado.

Ao SINDIUPES, na pessoa do Prof. Dr. José Christovam de Mendonça Filho, amigo e grande dirigente das lutas coletivas pela valorização dos/as profissionais da educação pública capixaba e brasileira, pela oportunidade de continuar atuando como educador sindical em permanente processo de formação.

À minha orientadora, Profa. Ma. Ana Paula da Silva, cujas orientações, paciência pedagógica e dedicação foram indispensáveis para eu completar essa fase importante da minha modesta formação acadêmica.

É preciso viver a juventude.

Leon Tolstoi, em A Morte de Ilitch.

RESUMO

A presente dissertação visa compreender os processos de organização, formação e participação cidadã dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia, principalmente as inovações operadas por jovens agricultores familiares para intervenção nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, de juventude rural e convivência com o semiárido. Para tanto, o enfoque qualitativo da pesquisa considerou as contribuições da literatura especializada sobre juventude rural no Brasil e na América Latina, encontradas no portal de periódicos da CAPES nos últimos cinco anos, os trabalhos acadêmicos de jovens militantes dos movimentos sociais do campo e a análise de documentos institucionais sobre os coletivos de jovens entre os anos de 2004 e 2008, período em que esse movimento juvenil teve o desenvolvimento pleno das suas capacidades de organização e atuação nas políticas públicas. Enfrentando a invisibilidade social da juventude rural do semiárido baiano, os coletivos de jovens se organizaram e construíram processos educativos, com base na educação popular de matriz libertadora, voltados para a construção de identidade juvenil, autonomia, solidariedade e participação cidadã, em articulação com o MOC, sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar, entre outras organizações e movimentos populares dentro e fora da região sisaleira da Bahia. A análise crítica sobre as políticas públicas de juventude contribuiu para a delimitação do cenário de emergência dos coletivos de jovens, bem como ajudou na compreensão das demandas represadas e atuais para a garantia de direitos da juventude rural, após o golpe de Estado que interditou o governo Dilma Rousseff. Nas considerações finais, encontram-se sistematizadas as principais contribuições dos coletivos de jovens do semiárido baiano para as políticas públicas de juventude rural, na perspectiva do reconhecimento dos jovens rurais como sujeitos de direitos e atores políticos relevantes para a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: juventude rural; região sisaleira da Bahia; coletivos de jovens; educação popular; participação cidadã.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the processes of organization, training and citizen participation of youth collectives in the sisaleira region of Bahia, Brazil innovations operated by young family farmers for intervention in public policies to strengthen family farming, rural youth and living with the semi-arid. Therefore, the qualitative approach of the research considered the contributions of the specialized literature on rural youth in Brazil and Latin America, found in the CAPES journal portal in the last five years, the academic work of young militants of rural social movements and the analysis of institutional documents on youth collectives between 2004 and 2008, period in which this youth movement had the full development of its capacities of organization and performance in public policies. Facing the social invisibility of rural youth in the semi-arid region of Bahia, youth collectives organized themselves and built educational processes, based on popular education of liberating matrix, aimed at building youth identity, autonomy, solidarity and citizen participation, in articulation with the MOC, labor unions of family farming, among other organizations and popular movements within and outside the sisaleira region of Bahia. The critical analysis of youth public policies contributed to the delimitation of the emergency scenario of youth collectives, as well as helped in understanding the repressed and current demands for the guarantee of rural youth rights, after the coup that outlawed the Dilma Rousseff government. In the final considerations, the main contributions of youth collectives of the semi-arid region of Bahia to the public policies of rural youth are systematized, recognition of rural youth as subjects of rights and political actors relevant to contemporary society.

Key-words: rural youth; sisaleira region of Bahia; youth collectives; popular education; citizen participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMAC - Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura
APAEB - Associação de Produtores do Estado da Bahia
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFA - Centro de Formação por Alternância
CEIAC - Centro de Incentivo às Associações Comunitárias
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CMJ - Coletivo Municipal de Jovens
CNPPJ - Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude
COAJ - Coletivo Ação Juvenil de Tucano
COGEFUR - Conselho Gestor do Fundo Rotativo
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPERJOVENS - Cooperação de Produção de Jovens da Região do Sisal
CFR - Casa Familiar Rural
CRJPS - Coletivo Regional Juventude e Participação Social
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DOU - Diário Oficial da União
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis
EFA - Escola Família Agrícola
EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FATRES - Federação dos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira da Bahia
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTJR - Grupo Temático de Juventude Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJR - Intercâmbio da Juventude Rural
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais,
Não-Binários e Mais

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEC - Ministério da Educação

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MOJAC - Movimento de Jovens de Antônio Cardoso

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PJPS - Projeto Juventude e Participação Social

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura
Familiar e Reforma Agrária

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura
Familiar e na Reforma Agrária

PNEEJC - Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo

PNPE - Programa Nacional Primeiro Emprego

PNJ - Política Nacional de Juventude

POLPUB - Políticas Públicas

PPJ - Políticas Públicas de Juventude

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ONG - Organização Não Governamental

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

STRAF - Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	17
REFERENCIAL TEÓRICO	21
CAPÍTULO I - JUVENTUDE RURAL DA REGIÃO SISALEIRA	27
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA	27
1.2. COLETIVOS DE JOVENS DO SEMIÁRIDO BAIANO	28
1.3. ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS COLETIVOS DE JOVENS	31
1.3.1. PERSPECTIVA TERRITORIAL	32
1.3.2. FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	34
1.3.3. EDUCAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE NEGRA RURAL	36
CAPÍTULO II - JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	39
2.1. MAPEANDO A CENA DA JUVENTUDE RURAL NO BRASIL	39
2.2. JUVENTUDE RURAL EM AMÉRICA LATINA: APONTAMENTOS	45
2.3. JUVENTUDE RURAL: INVISIBILIDADE E ATOR POLÍTICO	47
2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	51
2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE RURAL PÓS-GOLPE 2016	57
CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DOCUMENTOS	63
3.1. FRUTOS DO BRASIL NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA	64
3.2. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2004	71
3.3. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2005	79
3.4. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2006	84
3.5. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2007	85
3.6. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2008	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS	107

INTRODUÇÃO

Na primeira vez que me atrevi a escrever sobre juventude rural, existia uma gama bem menor de literatura acadêmica sobre o tema do que a encontrada atualmente. Era o ano de 2005, eu e meu coordenador de estágio¹ estávamos envolvidos na descrição da experiência e dos primeiros resultados do Projeto Juventude e Participação Social (PJPS), do Movimento de Organização Comunitária (MOC), para a publicação de um artigo que comporia uma revista sobre iniciativas da agricultura familiar na América Latina. Eu cursava licenciatura em História na Universidade Estadual de Feira de Santana/BA (UEFS) e tinha 22 anos de idade.

Antes do referido projeto, eu era um jovem migrante - nascido e criado em Salvador/BA - buscando se adequar à realidade de uma cidade situada a mais de cem quilômetros de distância dos meus pais e de qualquer pessoa com algum grau de parentesco. Essa condição era compartilhada por muitos/as jovens que não conseguiam (e ainda não conseguem) ingressar no ensino superior em suas cidades natais, muitas das vezes pelo fato de não existir estabelecimentos de ensino superior, ou, quando existem - no meu caso, havia uma universidade federal e uma estadual - as vagas eram insuficientes para atender a demanda, sendo que a maioria delas era ocupada por jovens de escolas privadas e que se preparavam nos melhores cursinhos pré-vestibulares que o dinheiro possibilita. Além disso, os escassos recursos financeiros da minha família não me permitiam acesso e permanência nas faculdades particulares na capital baiana.

Mesmo sendo de uma família pobre, tive a oportunidade de ingressar no ensino superior com bolsa de estágio no MOC, de Feira de Santana/BA, em maio de 2002, no mesmo período que iniciei o curso de História. O MOC possuía um centro de formação perto do campus da UEFS, onde ocupei um quarto coletivo nos sete primeiros meses de estadia na cidade de Feira de Santana, conhecida como portal do sertão baiano. Sem dúvida, minhas condições de permanência no ensino superior eram mais favoráveis do que as de outros/as colegas universitários/as, que vinham de regiões mais distantes do estado e com recursos tão ou mais escassos do que os da minha família.

Esse breve relato explica a origem da minha conexão com o semiárido baiano e, em decorrência disto, com os coletivos de jovens da região sisaleira, uma experiência de

¹ Clodoaldo Almeida da Paixão é professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Naquela ocasião, era coordenador técnico-pedagógico do MOC e elaborou a concepção político-pedagógica do projeto Juventude e Participação Social, financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 2003. Foi e ainda continua sendo uma grande referência para mim.

organização da juventude rural incentivada e apoiada pelo MOC em mais de 20 municípios da sua área de atuação institucional no sertão baiano. Trabalhar com jovens rurais me marcou profundamente, não só porque eu era jovem, mas porque essa experiência definiu os rumos da minha vida, contribuiu decisivamente para minha formação como educador popular e militante de movimentos sociais do campo. Guardo com muito carinho - na memória e no coração - todas as lições aprendidas, erros e acertos, da desafiadora tarefa de contribuir para a formação de militantes juvenis esperançosos que possuem autoestima elevada e grande combatividade na defesa da justiça social.

Na condição de pesquisador, busco certo afastamento objetivo, ajudado pela distância temporal e por referenciais de análise teórico-metodológica das ciências sociais, para empreender a investigação sobre o processo de auto-organização de jovens agricultores/as familiares de municípios do semiárido baiano e sua participação nas políticas públicas de juventude e desenvolvimento do campo. Com isso, espero contribuir para a retomada do debate de ideias, principalmente, no campo acadêmico, sobre as políticas públicas de juventude no meio rural, após anos de retrocesso na atenção às demandas e direitos da juventude brasileira. A cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, interditiou “todo um período de inclusão e de políticas sociais voltadas ao combate da miséria, assim como a atenção dada a determinados segmentos sociais, anteriormente pouco assistidos por outros governos” (Silva, 2021, p. 151). Para Tarcisio Silva, “agricultores familiares, quilombolas, comunidade LGBTQIAPN+ e jovens”² foram os mais invisibilizados.

Para a pesquisadora Maria José Carneiro (1998), a juventude pode ser uma categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea, não podendo ser reduzida a critérios exclusivamente biológicos, psicológicos ou jurídicos para sua definição. Carneiro (2011) também considera que a juventude rural é uma categoria bastante complexa e relacional aos contextos sociais. Elisa Guaraná de Castro et al. (2009) sugerem que a juventude rural seja uma categoria preferencial para se observar a disputa de classificação na sociedade.

Neste sentido, escapar da ideia de que a juventude rural é uma categoria auto evidente seja um dos primeiros desafios do presente estudo, exigindo o esforço investigativo de compreensão e análise acerca da identidade reivindicada pelos coletivos, como resultado dos processos de auto-organização dos/as jovens da agricultura familiar e suas interações com outros atores sociais no semiárido baiano. E também se busca delimitar o cenário da região sisaleira da Bahia, onde foram engendrados os coletivos de jovens.

² Ibidem.

De forma complementar a este desafio, realizar um balanço sobre as categorizações teóricas e conceituais relativas à juventude rural acumuladas pelo campo acadêmico nos últimos anos é um dos objetivos desta pesquisa. E destacadamente, neste âmbito, considerar em que medida a produção acadêmica contribuiu para a ruptura da invisibilidade social dos processos de auto-organização da juventude rural na perspectiva da incidência nas políticas públicas.

Descrever e analisar as percepções sobre organização e ação dos coletivos de jovens, a partir do depoimento de militantes que atuaram no PJPS contidos em documentos institucionais e em produções acadêmicas sobre os coletivos de jovens, também fazem parte deste escopo. Isto implica em conhecer a identidade coletiva, as formas de organização e a ação concreta construídas pelos/as jovens da região sisaleira, considerando-se os aspectos de interdependência, as tensões inerentes à subjetividade organizativa dos movimentos sociais do campo e as conquistas no bojo das lutas dos/as agricultores/as do semiárido baiano por direitos e dignidade.

Não menos importante será descrever e analisar, em grandes linhas, os processos educativos desenvolvidos pelo MOC, pelo movimento sindical e pelos próprios coletivos de jovens para formar militantes e potencializar a intervenção nas políticas públicas de juventude rural, perspectivando o fortalecimento da agricultura familiar no contexto do semiárido.

O meado dos anos 2000 marcou o semiárido baiano pela presença de um forte debate sobre a organização social da juventude rural, protagonizado pelos coletivos de jovens formados predominantemente por militantes juvenis da agricultura familiar da região sisaleira, perpassando pelos municípios do Vale do Jacuípe e da região Portal do Sertão da Bahia. A organização, a participação cidadã e as formas de educação popular dos coletivos de jovens do semiárido baiano constituem o campo de interesse principal desta dissertação, tendo em vista a construção da juventude como sujeito de direitos e ator político no meio rural.

A Bahia é um dos estados brasileiros com maior extensão territorial situada no semiárido nordestino. Mais de 250 municípios estão compreendidos por esta condição climática e possuem baixos índices de Desenvolvimento Humano, devido principalmente à alta concentração fundiária e de renda e à precariedade da ação do poder público local no atendimento dos direitos de cidadania. A formação socioeconômica dos municípios do semiárido baiano é predominantemente agrária, baseada em atividades rurais agrícolas e não-agrícolas, com poucas oportunidades de atração e retenção da população juvenil, sobretudo, no que diz respeito à geração de trabalho e renda com dignidade.

O encurtamento das fronteiras entre campo e cidade seria um dos fatores responsáveis por provocar uma ressignificação dos/as jovens rurais com os seus laços comunitários e

obrigações com a agricultura familiar e camponesa, gerando um fenômeno denominado de urbanização (Carneiro, 1998). Sob esta ótica, a transmissão da propriedade rural para as futuras se tornaria problemática, pois o processo sucessório tem implicações para a continuação da atividade profissional dos pais, a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio e a transferência patrimonial (Ahlert, 2019). O processo sucessório se consolida na construção de projetos de vida capazes de manter a sustentabilidade da unidade produtiva familiar, a fim de que a atividade rural seja atrativa para o sucessor e também para que uma eventual partilha entre os/as herdeiros/as não coloque em risco a continuidade da propriedade. Se o modo de vida camponês perde centralidade como referência para os projetos de vida da juventude rural, o envelhecimento e a descontinuidade na sucessão se tornam uma realidade preocupante, exigindo políticas públicas que respondam esse desafio.

A emergência da categoria juventude rural nos movimentos sociais rurais, por meio de reivindicações e processos de organização para a representação política nos espaços públicos, influenciou a agenda do Estado brasileiro. Como resposta às demandas sociais, houve uma reorientação nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura, que passaram a incorporar os/as jovens rurais como público prioritário e sujeito de direitos. Esse processo ascendente de constituição da juventude rural como sujeito de direitos, construído ao longo de uma década, esbarrou nas limitações político-administrativas do Estado para atender a especificidade deste segmento social e, sobretudo, nas mudanças das políticas advindas do golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Notadamente, a sociedade brasileira retrocedeu em conquistas civilizatórias, e a extrema direita assumiu a agenda do Estado para implementar políticas neoliberais que aprofundaram as desigualdades e a exclusão de segmentos mais vulneráveis.

O resultado das urnas de outubro de 2022 representou a retomada da democracia e da esperança para milhões de brasileiros/as que acreditam na reconstrução do país, a partir dos valores de respeito à diversidade, da justiça social, da equidade e da emancipação como obra dos próprios oprimidos e das oprimidas. Portanto, há oportunidade para reposicionar a agenda de políticas públicas para a juventude, em especial, para a juventude rural, historicamente invisibilizada pelo Estado brasileiro.

A presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo “Projeto Juventude e Participação Social” aborda em grandes linhas a região sisaleira da Bahia, os coletivos de jovens do semiárido baiano e as produções acadêmicas de jovens militantes sobre a auto-organização da juventude rural na agricultura familiar, a partir do prisma da educação popular, da negritude e da incidência da juventude do campo nos territórios rurais.

O segundo capítulo “Juventude Rural e Políticas Públicas” está voltado para o mapeamento de temas e problemáticas relativas à realidade social de jovens rurais no Brasil e na América Latina, bem como são consideradas as contribuições de pesquisadoras/es brasileiras/os para a ruptura com a invisibilidade social deste segmento populacional, na perspectiva da construção dos movimentos juvenis rurais como atores políticos e dos/as jovens rurais como sujeitos de direitos. Ainda neste capítulo, foram reunidos apontamentos, reflexões e inflexões sobre os programas e as políticas de juventude no governo federal, antes e depois do golpe de Estado de 2016.

Enquanto que o terceiro e último capítulo “Análise de Documentos” se propõe a investigar o sistema de relações internas e externas dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia, a partir do livro “Frutos do Brasil” (2006) e dos relatórios institucionais produzidos pelo MOC entre os anos de 2004 e 2008. Desta forma, as dimensões da autonomia, solidariedade e participação cidadã ganham nitidez nos processos de auto-organização, de formação e intervenção da juventude da agricultura familiar nas políticas públicas, em articulação com entidades de apoio e movimentos sociais do campo.

Nas considerações finais, são apontadas possíveis contribuições dos coletivos de jovens para a intervenção da juventude rural nas políticas públicas, nutrindo a crença esperançosa de que a retomada democrática se transforme em processos de reconstrução de direitos e de espaços de participação cidadã no país, sobretudo, para jovens da agricultura familiar no semiárido nordestino.

METODOLOGIA: A CORDA DE SISAL

A presente dissertação tem um caráter qualitativo, utilizando-se da revisão bibliográfica e da análise documental para investigar a organização, formação e ação dos coletivos de jovens entre os anos de 2004 e 2008. A escolha metodológica deste período parte do pressuposto de que é possível observar a realização plena das formas de organização e intervenção nas políticas públicas desenvolvidas por essas organizações juvenis da região sisaleira da Bahia. Como em uma corda de sisal, os anos de 2004 e 2008 são duas pontas.

Os coletivos de jovens eram compostos por pessoas com idade média entre 16 a 29 anos, residentes na zona rural, sendo que 30% deles/as possuíam ensino médio completo, enquanto a maioria ainda estava cursando esse período escolar (Mendonça Sobrinho, 2005). Esses/as estavam inseridos/as no contexto rural como “filhos/as de agricultores/as familiares, de baixa

renda, com pequenas unidades produtivas, em média 5 hectares, e, em sua maioria, sem acesso à assistência técnica e crédito rural, bem como sem oportunidades de qualificação técnica”³.

Ser jovem, estudante, filho/a de agricultores/as familiares, de baixa renda e sem acesso às políticas públicas do campo são aspectos objetivos da experiência geracional dos/as integrantes destes coletivos de jovens. Para Sérgio Botton Barcellos (2014), a posição geracional pode ser compreendida como potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, vivenciar experiências e processos sociais de forma semelhante. Essa posição demarca também uma situação “específica na estrutura social, isto é, das pressões ou das possibilidades de ganho de resultado dessa posição” (Mannheim, 1982, p. 70).

A posição de jovens na agricultura familiar é relacional com o sistema familiar numa determinada unidade produtiva e, geralmente, subordinada à liderança paterna. No caso dos coletivos de jovens, as relações estabelecidas por essas organizações juvenis com um conjunto de entidades da sociedade civil da região sisaleira da Bahia, entre as quais destacam-se o MOC e o movimento sindical rural, podem contribuir para elucidar as dimensões de participação e autonomia reivindicadas por esses sujeitos.

Em termos de revisão bibliográfica, realizou-se um mapeamento de produções acadêmicas e científicas nos últimos cinco anos, entre os meses de maio e junho de 2023. Esse tipo de investigação propicia estudos de caráter descritivo e inventariante sobre determinado tema (Miranda e Fiúza, 2017). Para tanto, utilizou-se a plataforma CAPES, por se tratar do maior repositório de trabalhos acadêmicos e científicos, vinculado ao MEC e, portanto, de natureza pública.

Foram encontrados 165 artigos publicados em periódicos relacionados à temática juventude rural no Brasil, na América Latina e na Europa. Desse total, apenas nove produções mencionam diretamente em seus resumos juventude rural e políticas públicas no Brasil. Ponderando a realidade dos estados do Nordeste brasileiro na análise dos resumos, esse número foi reduzido para oito artigos publicados nos últimos cinco anos.

O recorte juventude rural e políticas públicas, aplicado aos resumos de artigos acadêmicos sobre a realidade da América Latina, permitiu o contato com oito produções encontradas na plataforma de periódicos da CAPES. A atenção exploratória se voltou para compreensão das distâncias e aproximações sobre a realidade da juventude rural no Nordeste brasileiro e as relacionadas à juventude rural latino-americana.

³ Ibid., p. 28.

A revisão bibliográfica também buscou dar conta de dialogar com as autoras mais recorrentes das pesquisas sobre juventude rural no Brasil cujos estudos desenvolvidos no fim dos anos de 1990 e início dos anos 2000 contribuíram para romper com a invisibilidade da juventude rural no campo acadêmico. Essas autoras influenciaram direta e indiretamente as monografias acadêmicas de jovens militantes dos movimentos sociais que abordavam os coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia.

As monografias de Elis Souza dos Santos, Patrícia de Jesus Santos e Nilson Pereira de Souza Júnior foram requisito para conclusão de curso de licenciatura em universidades públicas do semiárido baiano, no ano de 2009 e no ano de 2012. Essas produções possuem caráter qualitativo, abordam a temática da juventude rural e suas relações com a educação popular, negritude e território, a partir da perspectiva de jovens integrantes dos coletivos de jovens do semiárido baiano. Entrevistas e revisão bibliográfica foram as técnicas utilizadas por essas autoras e por esse autor. Souza Júnior utiliza também os relatórios anuais do MOC como fonte de pesquisa, no sentido de apontar como os coletivos de jovens contribuíram para produzir um território de ação da juventude. O mérito deste estudo foi identificar o potencial dos coletivos de jovens para intervenção nas políticas públicas da região sisaleira da Bahia.

Como o ano de 2008 não é o fim dos coletivos de jovens, mas o fim do recorte temporal da corda de sisal que se alude na presente dissertação, o tratamento dado aos estudos dos referidos autores não observa as ações produzidas pelos coletivos de jovens entre os anos de 2009 e 2012. Considera-se mais relevante identificar e descrever os sentidos atribuídos às experiências de auto-organização juvenil e sua contribuição para a visibilidade social da juventude rural nos movimentos sociais e nas políticas públicas.

Vale mencionar brevemente que não foram encontrados estudos acadêmicos de pós-graduação sobre os coletivos de jovens na plataforma CAPES. Localizou-se na plataforma da FLACSO uma dissertação de mestrado sobre políticas públicas de juventude nas gestões do PT no estado da Bahia, de autoria de Jocivaldo Bispo da Conceição dos Anjos, militante do MOJAC, defendida em 2017. Porém esse estudo não se deteve à experiência dos coletivos de jovens, ainda que a escolha do tema e a contribuição da pesquisa seja representativa da experiência deste militante como líder do MOJAC, do CRJPS, do PT e como assessor do governo do estado da Bahia.

A análise de documentos considerou seis materiais institucionais, sendo um produzido pela jornalista Neide Duarte (2006), sob a encomenda da ONG Aracati, e os outros cinco produzidos pela equipe técnica do MOC nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. Segundo Sá-Silva, Almeida e Guinandi (2009), a análise documental permite a observação do processo

de maturação de indivíduos, grupos, conceitos, comportamentos e práticas. Esses autores apontam que a pesquisa documental está muito próxima da revisão bibliográfica, entretanto, o elemento diferenciador está na natureza das fontes: “a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”⁴.

O capítulo sobre o Projeto Juventude e Participação Social, publicado no livro “Frutos do Brasil” (Duarte, 2016), de autoria da jornalista Neide Duarte, utiliza técnicas de História Oral, principalmente, pelo fato da centralidade ocupada pelos depoimentos dos integrantes dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia. Esses relatos vívidos e espontâneos, cuidadosamente registrados pelas lentes da jornalista, mostraram-se extremamente relevantes para capturar a percepção dos/as jovens sobre as visões de mundo, suas práticas organizativas e de intervenção nas políticas públicas. Mesmo assim, representam um fio da grande corda de sisal construída pelas iniciativas juvenis no semiárido baiano naquele período. Os coletivos de jovens são uma de outras experiências visitadas pela Aracati, pelo Brasil adentro.

Em relação aos relatórios anuais do MOC, ocupa-se da análise das seções voltadas para o trabalho com juventude do Programa de Políticas Públicas (POLPUB), mais especificamente o PJPS, em 2004, e, os coletivos de jovens e suas experiências de participação cidadã nos anos posteriores até 2008. Embora os registros sejam descritivos, é possível compreender “o sistema de relações internas e externas que constitui a ação” (Melluci, 1989, p. 51) dessas organizações juvenis do semiárido baiano. Esses documentos explicitam o contexto, os atores, as possibilidades e limites das experiências em questão. Para Jackson R. Sá-Silva, Cristóvão D. Almeida e Joel P. Guinandi (2009, p. 13), a pesquisa documental se propõe “a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm se desenvolvido”.

Como nota-se até aqui, é uma preocupação metodológica o diálogo de diferentes vozes e visões sobre a auto-organização dos coletivos de jovens, que podem se apresentar como complementares e até mesmo divergentes. Uma corda de sisal não é um todo coerente, fios são arrebatados e outros ficam mais coesos. As contribuições dessas organizações juvenis para o campo das políticas públicas de juventude rural são localizadas e dispersas pelo tempo. Inevitavelmente, a tarefa de recuperar essa existência significativa aciona a memória do pesquisador que tece esses fios. Para Luis Fernando Herbert Masson (2017), a memória compõe o processo de construção do conhecimento, socializada através da linguagem e das narrativas, como uma espécie de testemunho da existência.

⁴ Ibidem, p. 5.

Seria possível separar produção de conhecimento científico e prática social experienciada? Masson (2017, p. 40) indica que os “paradigmas e recortes de pesquisa são frutos de nossas concepções ideológicas e posicionamentos políticos, tendo em vista que é impossível deixar de lado nossos valores”. Para fins desta pesquisa, recorrer à memória auxilia na elaboração de reflexões e na identificação de inflexões que os documentos não foram capazes de descrever adequadamente por razões diversas. “Desse modo, ao escrevermos sobre indivíduos e grupos sociais historicamente desfavorecidos, lutamos contra uma ciência parcial e homogênea, atuando no processo de empoderamento de minorias, um campo de desigualdades e lutas políticas (...) e simbólicas”⁵.

Segundo Maria da Glória Gohn (1997, p. 162), o sociólogo italiano Alberto Melucci considera que o destino dos movimentos sociais não deve ser uma preocupação do pesquisador, pois “os atores coletivos, em si, não devem ser objeto de análise, mas sim o produto de suas ações e o significado delas”. Nesta perspectiva, são mais valiosas as experiências vividas pelos atores, a partir do mundo interior deles/as, do conteúdo ideológico de suas crenças e valores (Gohn, 1997).

Aciona-se a alegoria da corda de sisal para valorizar a cultura agrícola característica do território no qual incidiu grande parte da ação dos coletivos de jovens, para indicar a tenacidade dos/as jovens que decidiram transformar política e simbolicamente a realidade da juventude rural do semiárido baiano e também para o desafio metodológico de trançar fios muito distintos, perspectivando a construção de uma unidade narrativa. O referencial indicará mais fios para serem tortuosamente trançados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Não há qualquer novidade em relação à participação de jovens nos movimentos sociais e nas ações coletivas por mudanças simbólicas e materiais ao longo dos tempos. Talvez seja novo o tipo de participação que os/as jovens colocam em prática; menos enrijecida pelo peso das estruturas verticais dos partidos políticos de esquerda e, ao mesmo tempo, permeada pelas interações sistêmicas entre sociedade e Estado. Para Melucci (1996, p. 11-12), “a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva”. Pode-se considerar que a luta por transformações na sociedade se apresenta articulada às demandas por inclusão social da juventude, protagonizadas pelos movimentos juvenis. Elisa Guaraná de Castro (2016)

⁵ Ibidem, p. 40.

denomina esse fenômeno como campo político da juventude, pelo qual se manifestam os movimentos sociais juvenis enquanto atores políticos.

Alberto Melucci (1989) considera que este tipo de ação coletiva não é motivado apenas pela dimensão econômica, em termos de custos e benefícios. Para esse autor, os/as participantes buscam também “identidade e solidariedade, que diferentemente de outros bens não são mensuráveis e não podem ser calculadas” (Melucci, 1989, p. 53). Neste sentido, o sociólogo italiano avalia que:

A ação coletiva não pode ser explicada sem levar em conta como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são constituídas e montadas, como as funções de liderança são garantidas. O que empiricamente é chamado de “movimento social” é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais (Melucci, 1989, p. 56).

A compreensão do significado de uma coletividade implica considerar o seu sistema de referência e dimensões analíticas. Uma dessas dimensões é a solidariedade, que, para Melucci, “é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva, isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social”⁶.

Este autor propõe a definição de um movimento social como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação (Melucci, 1989). Tais dimensões analíticas são extremamente relevantes para empreender abordagens sobre as formas de organização, ação e educação dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia.

Nesses termos, os coletivos de jovens se situam no campo dos “conflitos cada vez mais temporários e sua função é revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área”⁷, que, neste caso, se encontra nos processos de exclusão e invisibilidade social da juventude rural da região sisaleira, do semiárido baiano. Portanto, “a juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica”⁸.

Outra dimensão observada por Melucci diz respeito às “redes de movimento ou áreas de movimento, isto é, uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”⁹, que pode ser compreendido pelo Coletivo Regional Juventude e Participação Social - CRJPS, enquanto instância geral de auto-representação e organização dos

⁶ Ibidem, p. 57.

⁷ Ibidem, p. 59.

⁸ Idem, 1997, p. 13.

⁹ MELUCCI, op. cit. p. 60.

coletivos de jovens da região sisaleira e suas bases sociais nas comunidades rurais, a partir das alianças (ou interações) com o movimento sindical rural. Por outro lado, os coletivos de jovens amplificam sua capacidade de relações solidárias para fora da região sisaleira da Bahia em articulação com o MOC, expressando a necessidade de romper com o isolamento imposto pela invisibilidade do semiárido baiano.

Para Maria da Glória Gohn (1997, p. 154), Melucci reelabora a teoria da ação social, tendo como ponto de partida de sua análise a teoria da ação coletiva, porque “pode prover uma base analítica significativa para o estudo dos movimentos sociais”. Segundo Gohn, ele a define como “um conjunto de práticas sociais e capacidades das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo”¹⁰.

Melucci acredita que os novos movimentos sociais lutam “contra a discriminação, por uma distribuição mais igualitária no mercado econômico e político é ainda uma luta pela cidadania”¹¹, carregando consigo o estímulo à inovação e impulsionando mudanças na sociedade repletas de sentidos simbólicos.

Segundo Gohn, a questão da autonomia é apresentada por Melucci como “uma capacidade de um grupo gerar a ação autônoma, pois os movimentos desenvolvem a identidade coletiva em relacionamentos circulares entre o sistema de oportunidades e de constrangimentos”¹². A autonomia enquanto dimensão analítica possui valor heurístico para os processos de auto-organização e educação dos coletivos de jovens, tendo em vista a busca por espaços de participação simbólica nos movimentos sociais rurais e nas instâncias gestoras de políticas públicas. Ocupar espaços e criar novos espaços de participação não significa romper com os padrões da agricultura familiar, pelo contrário, trata-se de interagir e negociar com atores e estruturas públicas - às vezes bloqueadas à participação juvenil - a fim de garantir a representação simbólica e os interesses concretos da juventude rural do semiárido baiano. Portanto, não se trata de um conflito geracional inconciliável entre o novo e o já existente, e sim de mediações geracionais – tensas, intensas e cooperativas – que possibilitam novas sínteses sobre a subjetividade organizativa dos movimentos sociais do campo.

Nesta ótica, o conceito de gerações contribui para considerar a especificidade da juventude rural no âmbito das ciências sociais. Apoiando-se em Karl Mannheim, Castro et al. (2009) indicam que três dimensões da construção conceitual de geração são centrais para o debate da juventude, a saber: o recorte biológico; a unidade geracional; e os grupos concretos.

¹⁰ Ibidem, p. 154.

¹¹ MELUCCI, 1989, p. 63.

¹² GOHN, op. cit. p. 158.

Neste sentido, o recorte biológico se refere à convivência de diferentes gerações num dado momento histórico, que coloca em relevo as gerações como objeto de reflexão sociológica, numa perspectiva de temporalidade.

A unidade geracional implica o reconhecimento dos processos identitários construídos em um determinado contexto histórico, que pode não ser compartilhado por toda a população. Neste caso específico, ser integrante dos coletivos de jovens pode acarretar (ou não) na construção de uma identidade política construída em oposição aos veteranos que ocupam as direções do movimento sindical rural, ou seja relacional e em alguns casos subordinada pela estrutura sindical. Já os grupos concretos colocam em relevo as relações dos coletivos de jovens com outras organizações da sociedade civil que atuam no semiárido baiano, como as pastorais da juventude rural, do movimento de mulheres do campo, do associativismo rural, e do meio urbano, como o movimento estudantil.

Considerando uma conjuntura mais ampla dos processos sociais que estavam em curso no Brasil naquele contexto, os coletivos de jovens são organizados por pessoas que “integram uma geração que se identifica como juventude nos movimentos sociais rurais e que ressignifica as identidades rurais em diálogo com a identidade juventude” (Castro et al., 2009, p. 163). Os processos de identificação com os coletivos de jovens não se dão de forma espontânea. A dimensão de solidariedade e o compartilhamento de uma identidade política convergente se consolidaram nas ações educativas desenvolvidas por diversos atores sociais, inclusive pelas lideranças juvenis deste movimento em questão.

Assim compreendido, a educação popular é uma categoria-chave para a reflexão crítica acerca dos processos educativos e de organização dos coletivos de jovens rurais do semiárido baiano, a partir da matriz de educação libertadora. Compartilha-se simpatia com a ideia-força de que os/as oprimidos/as são os protagonistas do seu ato de libertação e, para tanto, isto pressupõe um processo de educação forjado por eles/as e deles/as e não para eles/as. Para Paulo Freire, a educação libertadora conduz a “opressão e suas causas como objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (Freire, 2015, p. 43).

Para Gohn (2015), os movimentos sociais progressistas baseiam sua atuação na sociedade em torno de uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade e constroem propostas, bem como atuam em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Ela indica que:

Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído; ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer políticas vencendo desafios localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania: construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida¹³.

A construção da autonomia é assumir uma postura crítica e ao mesmo tempo propositiva, cujo ponto de partida é a realidade concreta dos sujeitos que estão em processo de organização, mas sem perder de vista a potencialidade das propostas para promover direitos sociais extensivos à população. Essa autora considera também que a autonomia se conquista através de “pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas”¹⁴. Ou seja, autonomia requer educação orientada para se fazer escolhas individuais e coletivas.

Analisando a práxis educativa dos movimentos populares, Pedro Pontual (2007) defende que os processos educativos têm que estar vinculados com os processos organizativos e que, portanto, a estratégia de formação guarda uma relação muito orgânica com a estratégia político-organizativa que o movimento constitui para responder os desafios priorizados para a intervenção na realidade concreta. Pedro Pontual (2010) acredita que a práxis educativa dos movimentos sociais pode assumir um patamar de cidadania ativa, crítica e madura, que compreende que todos e todas são sujeitos de direitos e deveres.

Este autor assevera que a participação cidadã contribui para a percepção mais dinâmica de relações de interdependência combinadas com o reconhecimento da especificidade e autonomia de cada ator social. Segundo Gohn (2015, p. 18), “por não se restringir ao direito ao voto, a participação cidadã constrói o direito à vida do ser humano como um todo”. Nessa concepção, há uma visão democrática radical que objetiva construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social, sem desigualdades e sem exclusão de qualquer natureza¹⁵.

¹³ Ibidem, p. 16-17.

¹⁴ Ibidem, p. 17.

¹⁵ Ibidem.

Para que se realize a participação cidadã, Gohn acredita que “os sujeitos de uma localidade/ comunidade precisam estar organizados/ mobilizados de uma forma que ideários múltiplos fragmentados possam ser articulados”¹⁶. Assim compreendido, os processos educativos dos coletivos de jovens podem ter contribuído para fortalecer essa perspectiva de participação.

A proposta político-pedagógica que vem sendo implementada está voltada para o empoderamento político dos jovens para a convivência com o semiárido, visando sobretudo a geração de trabalho e renda a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, foram realizadas diversas ações estratégicas, entre as quais o estabelecimento de conselhos gestores e programas de apoio à juventude; encontros mensais municipais, sub-regionais e interestaduais para troca de experiências; planejamento e avaliação das ações juvenis; oficinas de capacitação temática na área da auto-gestão e convivência com o semiárido; além de visitas a experiências de trabalho com jovens (Mendonça Sobrinho, 2005, p. 28).

Nota-se que as temáticas dos processos educativos dos coletivos de jovens explicitam uma estratégia voltada para o fortalecimento da agricultura familiar no contexto semiárido. Esse direcionamento pode indicar dois sentidos: uma visão instrumental dos/as jovens rurais, como “agentes de desenvolvimento”, ou uma visão emancipatória na qual os/as jovens são responsáveis por suas escolhas, buscando o seu desenvolvimento integral. Entre as escolhas concretas, estariam: ficar na região sisaleira e contribuir para a transformação da realidade, a partir do “empoderamento político juvenil”. Diversas atividades formativas foram desenvolvidas para possibilitar o aumento do repertório de experiências e saberes desses sujeitos, a fim de que a autonomia ou a “autogestão” se tornasse prática social efetiva.

Em suma, o referencial teórico deste estudo proporciona um sólido alicerce conceitual para a compreensão e análise do fenômeno em questão, sobretudo, as dimensões analíticas de autonomia, solidariedade e participação cidadã. Por meio da exploração das principais teorias e abordagens presentes na literatura, foi possível contextualizar o tema, identificar lacunas e estabelecer conexões relevantes sobre a relação orgânica entre juventude rural e políticas públicas.

¹⁶ *Ibidem*, p. 19.

CAPÍTULO I - JUVENTUDE RURAL DA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO SISALEIRA

A região econômica Nordeste da Bahia tem uma parte do seu território conhecida como região sisaleira, encravada totalmente no semiárido. A vegetação de caatinga predomina neste vasto território, que tem uma extensão de 17 mil km² e uma população que fica em torno de 500 mil habitantes, segundo dados organizados por Espírito Santo et al (2006).

A difusão do cultivo do sisal, espécie vegetal originária da península de Yucatán, no México, e a estruturação de uma cadeia produtiva a partir da exploração econômica dessa cultura agrícola foram estimuladas no final da década de 1930, pelo governo da Bahia, nos municípios do entorno de Feira de Santana, de Alagoinhas e de Nova Soure (Tafuri e Fazio, 2017).

A consolidação da cadeia produtiva do sisal enquanto atividade econômica preponderante “gerou a construção de uma identidade definida pela ideia de pertencimento à região sisaleira da Bahia”¹⁷. Trata-se de um território conformado por pequenas e médias unidades produtivas familiares, ainda que existam dispersamente grandes propriedades rurais. O ciclo irregular de chuva e os longos períodos de estiagem favoreceram a disseminação do cultivo do sisal, planta adaptada ao clima desértico.

A região sisaleira tem predominância de uma economia agrícola e a maioria da sua população está estabelecida na zona rural. O cultivo do sisal é desenvolvido em pequenas propriedades e o seu beneficiamento é feito de modo artesanal, com grandes riscos para a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores envolvidos em tal atividade. Segundo Espírito Santo et al (2006), eram frequentes os acidentes de trabalho que, historicamente, têm gerado um verdadeiro exército de mutilados adultos durante o manuseio da máquina de desfibramento das folhas, comumente chamada de motor de sisal. Também ocorre nessa atividade laboral um grande número de crianças e adolescentes explorados pelo trabalho precoce e, geralmente, concorre para a exclusão escolar.

No ano 2020, trabalhadores/as rurais foram resgatados de regime laboral análogo à escravidão na Fazenda Ouro Verde, município de Várzea Nova. Em reportagem veiculada pelo site Repórter Brasil¹⁸, registra-se que:

¹⁷ Ibidem, p. 85.

¹⁸ HARARI, Isabel. Em decisão inédita, empresa de sisal é multada em R\$ 1 milhão por usar matéria-prima com trabalho escravo. Repórter Brasil, 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/09/em-decisao-inedita->

Os trabalhadores viviam em condições precárias, sem água potável para beber ou tomar banho. A água era armazenada em galões que já haviam sido utilizados para guardar óleo para motores. Nenhum dos funcionários tinha carteira assinada, e todos ganhavam menos de um salário mínimo – em alguns casos o valor não chegava a R\$ 400 reais por mês

(...)

As condições precárias são comuns na primeira fase do beneficiamento do sisal: colheita, retirada das fibras no “motor paraibano” – a etapa mais perigosa do processo –, secagem e armazenamento. Depois disso, as fibras são levadas para a cidade e de lá vendidas para as indústrias, que finalizam o processo.

(...)

Após retirar a fibra seca da Fazenda Ouro Verde, em Várzea Nova, a estocava e depois enviava para indústrias como a Sisalândia, em Retirolândia. (Harari, 2022).

A indústria Sisalândia, que atua em Retirolândia, município da região sisaleira, foi multada pela Justiça do Trabalho em R\$ 1 milhão (hum milhão de reais) por se beneficiar de trabalho escravo em sua cadeia produtiva, ainda que não seja dona da Fazenda Ouro Verde. O Brasil é o maior produtor de sisal do mundo e só em 2020 esse mercado faturou mais de R\$ 282 milhões, segundo Harari (2022). O contraste entre a poderosa indústria do sisal e a resistência da agricultura familiar na região sisaleira representa de modo peculiar as desigualdades e processos de exclusão que se aprofundaram no último período como parte de uma engrenagem maior de ataque aos direitos sociais dos/as trabalhadores/as do campo.

Neste contexto, a emergência dos coletivos de jovens contribuiu para o questionamento deste quadro social, apontando possíveis caminhos para a organização autônoma da juventude rural na luta por direitos e pelo fortalecimento da agricultura familiar. Em que medida essas formas de organização de jovens agricultores e agricultoras familiares conseguiram intervir nas políticas públicas? Quais fatores conjunturais ajudaram os coletivos de jovens a assumirem o protagonismo nas lutas pelo reconhecimento social da juventude rural como sujeito de direitos? São questões ajudam a aprofundar a caracterização da região sisaleira da Bahia por uma ótica diferente do senso comum, do preconceito e da discriminação contra o povo do semiárido baiano, colocando em relevo o protagonismo dos movimentos sociais do campo e, em especial, da juventude da agricultura familiar.

1.2. COLETIVOS DE JOVENS DO SEMIÁRIDO BAIANO

Os coletivos de jovens do semiárido baiano chamaram a atenção de atores sociais dentro e fora da região sisaleira, tendo o apoio institucional do MOC como um dos fatores decisivos para que essas experiências de auto-organização da juventude rural conquistassem projeção na cena das políticas públicas de juventude no Brasil. Com efeito, os coletivos de jovens fizeram parte de publicações nacionais, como a da Aracati - Agência de Mobilização Social, de São Paulo, que registrou experiências de mobilização juvenil no livro “Frutos do Brasil” de diferentes regiões do país (Duarte, 2006); trocaram experiências com jovens agricultores/as familiares de outras regiões do país com o apoio de uma rede de jovens rurais; participaram da constituição do Conselho Estadual de Juventude (CEJUVE) do governo do estado da Bahia e integraram o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Além de desenvolverem encontros e jornadas de intercâmbio com jovens rurais de outras regiões do país e da América Latina (MOC, 2007 e 2008).

No ano de 2008, no município de Candéal, da região sisaleira da Bahia, mais de 200 integrantes dos coletivos de jovens realizaram uma grande assembleia para institucionalizar a sua organização regional independente, criando o CRJPS (MOC, 2008). Por meio desta instância autônoma e articuladora em nível regional, os coletivos conquistaram mais autonomia em relação ao MOC, sem abrir mão da parceria estratégica com esta entidade. Desta forma, o CRJPS constituiu-se como movimento institucionalizado e responsável por coordenar os processos educativos e de organização dos coletivos de jovens do semiárido baiano (MOC, 2008). O MOC optou por assessorar as lideranças juvenis da coordenação regional e apoiar indiretamente os projetos desenvolvidos pelo movimento juvenil nos municípios da sua área de abrangência.

A perspectiva geracional adotada por Castro et al (2009) se apresenta analiticamente relevante para compreensão da especificidade de organização e atuação dos coletivos de jovens do semiárido baiano. A geração é definida a partir da convivência, em dado contexto histórico, de populações que constituem gerações distintas¹⁹. Deste modo, é possível afirmar que os coletivos de jovens do semiárido baiano compartilham a mesma situação histórica de grupos e movimentos sociais rurais que lutam pela cidadania da juventude rural nos níveis local e nacional.

Os coletivos de jovens conviveram e construíram relações de interdependência com outros movimentos sociais de juventude na região sisaleira, como as comissões de jovens dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (da base de representação da CONTAG) e dos Agricultores

¹⁹ Ibidem.

Familiares (da base de representação da FETRAF), a Cooperativa de Produção de Jovens da Região do Sisal (Cooperjovens), o movimento estudantil secundarista e as pastorais da Igreja católica, entre outros (MOC, 2006, 2007).

A atualidade da juventude faz com que ela esteja mais próxima dos problemas presentes e, por isso, seja mais atenta para os processos de desestabilização e disposta a tomar partido neles (Melucci, 1989). Nesta perspectiva, as lutas pelo reconhecimento social da juventude rural como sujeito de direitos se conectam com visões políticas que possuem a potencialidade para questionar e buscar mudanças nos padrões de desigualdade de gênero, de raça, de classe e das relações de subalternidade do campo em relação aos centros urbanos.

Nos marcos das Políticas Públicas de Juventude (PPJ), a categoria juventude rural unifica uma diversidade de grupos sociais e identitários como as populações jovens do campo e da floresta, como extrativistas; seringueiros/as; quebradeiras de coco babaçu; pescadores/as; marisqueiros/as; agricultores/as familiares; trabalhadores/as assalariados/as rurais, meeiros/as; posseiros/as; arrendeiros/as; acampados/as e assentados/as da reforma agrária; artesãos/ãs rurais.

Na proposta dos coletivos de jovens, a juventude rural estava desafiada a assumir papel político na discussão e formulação de ações coletivas voltadas para o reconhecimento público das suas especificidades como sujeito de direitos no contexto de luta pelo fortalecimento da agricultura familiar do semiárido (Mendonça Sobrinho, 2005; MOC, 2004). A participação cidadã é uma categoria chave que adensa “diversas práticas participativas que se desenvolvem na perspectiva de democratização dos espaços públicos” (Pontual, 2010, p. 4) e de revitalização dos movimentos sociais rurais. A afinidade de posição social dos/as jovens rurais e as formas de participação desenvolvidas pelos coletivos foram elementos decisivos para a emergência da identidade política da juventude rural nos municípios do semiárido baiano, mais especificamente na região sisaleira da Bahia.

A trajetória de organização e as percepções sobre o semiárido baiano pelos/as integrantes dos coletivos de jovens foram registradas pela jornalista Neide Duarte no livro *Frutos do Brasil: histórias de mobilização juvenil* (2006). A autora destaca o fato desses/as jovens não desejarem abandonar a terra onde nasceram e se organizarem coletivamente nos seus municípios para garantir que haja políticas públicas para a juventude do campo (Duarte, 2006). Com efeito, protagonizar as lutas pela conquista de condições viáveis para permanecer no semiárido configurava uma narrativa forte e densa de sentidos para os coletivos de jovens.

Os coletivos de jovens podem ser considerados iniciativas de organização da juventude rural que se colocaram o desafio de enfrentar práticas de discriminação que centravam na

juventude rural um dos aspectos problemáticos da crise da agricultura familiar na contemporaneidade. Em sintonia com a conjuntura nacional de luta pela cidadania juvenil, intensificada pela eleição e reeleição de Lula para a presidência da República (2002 e 2006), os coletivos de jovens disputaram na prática a concepção de que a juventude rural deveria ser considerada como prioridade e com autonomia para defender seus interesses nos movimentos sociais rurais e nos espaços de definição das políticas públicas.

1.3. ESTUDOS ACADÊMICOS SOBRE OS COLETIVOS DE JOVENS

Militantes dos coletivos de jovens passaram a ingressar nos estabelecimentos públicos de ensino superior existentes na região sisaleira da Bahia, como resultado das iniciativas de cursinhos pré-vestibulares, organizadas pelos próprios coletivos, para inserir jovens rurais nas universidades da região (UNEB e UEFS). As primeiras surgiram no ano de 2005. Alguns desses jovens militantes optaram por investigar os coletivos de jovens, suas formas de participação política e ações direcionadas para a conquista de direitos. Destacam-se, aqui, os trabalhos de Nilson Pereira de Souza Júnior (2012) e Patrícia de Jesus Santos (2012), coordenadores do coletivo municipal de jovens de Serrinha/BA. Esses dois jovens foram os primeiros militantes do CRJPS a transformarem as experiências de auto-organização de jovens rurais do semiárido baiano em objeto de estudo acadêmico. Mas Nilson e Patrícia não foram os únicos.

Em 2009, uma militante da pastoral da juventude (PJ), Elis Souza dos Santos, investigou em sua monografia a experiência de educação popular do movimento de jovens do município de Antônio Cardoso (MOJAC), que também compõe o CRJPS. A conexão dela com o MOJAC se dava em duas dimensões: no movimento pastoral da Igreja católica e no movimento negro. Esses dois espaços de participação aproximaram Elis, então coordenadora da PJ, militante da juventude negra de Feira de Santana e estudante de pedagogia da UEFS, de Jocilvado, Luciete e Miriam, membros da coordenação do MOJAC.

Os primeiros estudos acadêmicos sobre as experiências dos coletivos de jovens do semiárido baiano tiveram o mérito de problematizar a atuação deste movimento juvenil nos territórios rurais, apontando questões acerca da dimensão educativa e dos processos de auto-organização da juventude rural da região sisaleira da Bahia. Em grandes linhas, cada estudo acadêmico contribuiu para o aprofundamento de reflexões sobre as práticas sociais transformadoras da juventude rural em seus contextos locais. Vale salientar que adentrar nas reflexões sobre o trabalho monográfico desse/as militantes não extrapola a referência temporal adotada nesta dissertação, considerando que serão registrados aspectos estruturais dos coletivos

de jovens analisados, a partir do olhar dos/as jovens militantes desses movimentos sociais mencionados.

Souza Júnior (2012) identificou o papel do CRJPS como ator político relevante para construção de políticas de desenvolvimento e inclusão social do território do Sisal da Bahia, a partir das iniciativas de participação e proposição de projetos voltados para a juventude rural e para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Patrícia de Jesus Santos (2012) abordou os saberes mobilizados pelo coletivo municipal de jovens de Serrinha-BA, considerando a centralidade da educação popular para a vida dos/as jovens rurais que fazem parte deste movimento. Para ela, os saberes mobilizados contribuíram para uma compreensão mais ampla, crítica e também para a participação dos/as jovens no contexto onde estão inseridos, resultando em significativas mudanças na vida pessoal e profissional dos/as militantes.

Enquanto que Elis Souza dos Santos (2009) se concentrou na análise do significado do debate racial na experiência de educação popular desenvolvida pelo MOJAC e seus respectivos desdobramentos na formação política e identitária dos/as jovens integrantes do grupo. Ela observou que o MOJAC considera o debate racial enquanto prioridade na atuação e nos processos formativos internos no grupo e na comunidade, de modo que possibilita a construção de uma identidade negra e rural associada à intervenção política qualificada no município e em outros espaços de atuação do movimento.

Elis dos Santos, Souza Júnior e Santos adotaram a pesquisa qualitativa para investigar os processos organizativos e educativos desenvolvidos pelos coletivos de jovens. Os estudos acadêmicos mencionados contribuíram para romper a invisibilidade dos/as jovens rurais do semiárido baiano no campo acadêmico, a partir da convergência entre o fazer militante e produzir saberes sistemáticos com rigor metodológico.

1.3.1. A PERSPECTIVA TERRITORIAL DOS COLETIVOS DE JOVENS

Em “Jovens em ação no território do Sisal: uma análise ao Coletivo Regional Juventude e Participação Social – CRJPS”, monografia defendida para a conclusão do curso de licenciatura plena em Geografia, no Campus Serrinha da UNEB, por Nilson Pereira de Souza Júnior, no ano de 2012, é articulada discussões em torno dos conceitos de território para a construção do CRJPS como ator político. Para ele, o CRJPS se apropriou do “território Sisal como campo de atuação e prática, onde um indivíduo, alguns indivíduos e/ou uma coletividade

exercem o poder e praticam relações de conflito, interesse e dependência recíproca” (Souza Júnior, 2012, p. 14).

A pesquisa deste autor objetivou investigar a atuação do CRJPS nos municípios de Nordestina, Quijingue, Serrinha e Santaluz do território Sisal, a partir da análise de ações voltadas para o protagonismo e a emancipação social da juventude. E, com isso, identificar como esse movimento conseguiu superar a invisibilidade da juventude no território Sisal, ocupando os espaços de decisão política, de modo a incidir na produção e reprodução do território. Secundariamente, a pesquisa se ocupou em descrever a estrutura organizacional do CRJPS no território Sisal e nos municípios de Serrinha, Santaluz, Nordestina e Quijingue.

Souza Jr. propõe uma apropriação crítica do conceito de território a partir das relações engendradas pelos movimentos sociais juvenis no local. Com efeito, “a territorialidade evidencia e caracteriza a maneira com que grupos criam e recriam o território a partir de concepções e racionalidades próprias que muitas vezes se colocam em oposição às concepções de outros grupos sociais”²⁰. Nesta perspectiva, para ele, haveria, portanto, o surgimento de uma nova territorialidade, onde novos segmentos, grupos e classes sociais se fazem presentes e, com suas práticas, conformam o território.

Sendo assim, o território é o palco de ações para a prática social da juventude, onde este agente se torna protagonista. A produção ou a construção do território acontece pela ação política, pela intencionalidade dos atores para a transformação da realidade. Portanto, o território deve ser encarado como palco do sistema de interesses, na maioria das vezes conflitantes, dos atores sociais, assevera Souza Júnior. Essa noção de território se baseia em Claude Raffestin, na qual o “território não poderia ser mais nada do que produto de atores sociais”²¹. Em última instância, os/as jovens rurais reivindicam e produzem o território Sisal.

As bandeiras de luta dos movimentos juvenis estão relacionadas à condição juvenil articulada à luta pela terra, geração de trabalho e renda, mudança no modelo de sociedade, igualdade de gênero e combate ao racismo, entre outros, sendo que tais reivindicações só podem ser materializadas a partir das relações de conflito com o Estado e demais atores sociais, segundo Souza Júnior (2012). Nessa relação entre Estado e sociedade civil, os movimentos juvenis buscam reconhecimento como sujeitos de direitos, a partir de suas próprias demandas, com voz e formulações autênticas.

²⁰ Ibidem, p. 21.

²¹ Ibidem, p. 22.

Para Souza Júnior, a atuação do CRJPS envolve uma intensa trama de coletivos sociais organizados em rede de solidariedade, como sindicatos da agricultura familiar, cooperativas, associações, ONGs, movimentos sociais de juventude vinculados ao espaço escolar ou à Igreja católica, entre outros. Embora no território do Sisal se configure tamanha densidade organizativa, persistia a invisibilidade da juventude porque os jovens não participavam com autonomia e protagonismo dos espaços de decisão política na sociedade civil e no poder público. A conquista de autonomia e protagonismo juvenil se deve ao processo desencadeado pela atuação dos coletivos de jovens vinculados ao CRJPS, que passou a refletir e propor políticas de juventude nos espaços de decisão política, a partir da ação coletiva da juventude. Para este autor, “o CRJPS se constituiu como instrumento prático de luta através do uso, apropriação e das relações de poder do território Sisal”²².

Em síntese, Souza Júnior considera que o CRJPS vai além de um grupo que trabalha para a juventude, pois é um espaço de representatividade da juventude, onde os/as jovens podem sugerir ideias e ações que dialogam com a sua realidade e que caminham na perspectiva da melhoria da vida para a juventude no contexto local e territorial. Com o CRJPS, os/as jovens passaram a ocupar os cargos de direção das entidades sindicais, associações e cooperativas, bem como os espaços de decisão sobre as políticas públicas, numa perspectiva de identidade, protagonismo e emancipação juvenil.

1.3.2. FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

“Juventude rural organizada: desvendando os saberes formativos do Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha” é o título da monografia de Patrícia de Jesus Santos, defendida como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da UNEB, em 2012, também no Campus Serrinha, encravado na região sisaleira da Bahia. Santos considera que as organizações juvenis, como o Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha, buscam na formação para participação na sociedade um norte que dê sentido à ação política. Para tanto, a pesquisa investigou “os saberes mobilizados pelo Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha e suas implicações para a vida dos/as jovens que integram esta experiência” (Santos, 2012, p. 13).

A autora considera que a juventude sempre procurou diversas formas de se inserir nos espaços de luta por direitos, assumindo para si, enquanto ator social, as características de cada

²² Ibidem, p. 75.

contexto histórico, político e socioeconômico para impulsionar transformações. Portanto, a “participação social e política da juventude não é episódica”²³.

Considerando a categoria juventude rural, Santos chama a atenção para o fato de que o campo não pode ser apenas definido como espaço agrícola. Para ela, constitui-se como desafio encarar o campo para além da agricultura, sem com isso perder suas características rurais. Com efeito, a autora defende a ideia de que compreender a juventude do campo apenas sob o prisma da agricultura familiar é desconsiderar as transformações ocorridas no contexto atual e que afetam o espaço rural. Ela considera que “as transformações que ocorrem no seio da sociedade, provocadas pela globalização da economia, estreitaram as fronteiras entre o campo e a cidade, modificando os aspectos culturais e relacionais dos sujeitos entre si, e destes com seu espaço de convívio”²⁴.

Neste contexto, o Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha, por meio da formação política, atuava na organização de jovens para discutir a realidade local, construir propostas de intervenção e exercer o protagonismo juvenil através da participação política social e defender sua permanência no campo. Para Patrícia Santos, “as formações sempre estiveram em pauta, pois através delas os/as jovens construía(m) empoderamento para reivindicar seus direitos, entender e afirmar sua condição de jovem rural”²⁵. Ela se apoia no conceito de educação não formal de Maria da Glória Gohn, no qual se preconiza que “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”²⁶.

Patrícia Santos considera ainda que o CMJ Serrinha define a educação não formal como elemento forte para pensar a organização e atuação dos seus membros na luta por protagonismo da juventude do campo. Nesta perspectiva, formação e organização são dimensões indissociáveis do movimento juvenil e visam fortalecer as capacidades individuais e coletivas de ação na sociedade em busca de direitos específicos da juventude. Ela enfatiza que “não se trata da autoformação que ocorre nos movimentos sociais a partir do cotidiano, mas sim de processos de formação pensada intencionalmente na perspectiva de atender as necessidades políticas e sociais do Coletivo Municipal de Jovens”²⁷.

²³ Ibidem, p. 19.

²⁴ Ibidem, p. 21.

²⁵ Ibidem, p. 25.

²⁶ Ibidem, p. 30.

²⁷ Ibidem, p. 28.

A autora destaca que a formação política desenvolvida pelo CMJ Serrinha visa a atuação dos/as participantes nos diversos espaços políticos institucionais e não institucionais, com observância do “princípio da autonomia e orientada para o desenvolvimento de habilidades, domínio de instrumentos e conceitos para ação e intervenção na realidade”²⁸.

Nesta monografia, os princípios filosóficos do CMJ Serrinha foram sistematizados. Segundo a autora, a missão do grupo seria de “contribuir com o processo permanente de auto-organização social da juventude com vistas à sua inserção econômica, cultural, política e socioambiental”²⁹, enquanto que os objetivos específicos:

- Formar e organizar jovens para o acesso aos direitos sociais, políticos, civis, econômicos, culturais, ambientais na perspectiva da cidadania integral da juventude;
- Desenvolver ações de incentivo e apoio à criação de oportunidades geradoras de emprego, trabalho e renda voltadas à sustentabilidade financeira dos jovens;
- Promover ações de incentivo, apoio e defesa à luta pelos direitos humanos, sexual, de gênero, de acessibilidade, de raça-etnia e ambiental;
- Desenvolver ações de incentivo e apoio às organizações juvenis para inserção e controle social das políticas públicas setoriais de interesse da juventude;
- Participar dos diversos espaços políticos institucionais e não institucionais nos níveis municipais, territoriais, estaduais, regionais, nacional e internacional, representando a juventude (SANTOS, 2012, p. 32-33).

Patrícia de Jesus Santos conclui que ao conceber a formação como o pilar fundamental do processo de organização e luta protagonizado pelos/as jovens da agricultura familiar, o Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha contribuiu para elevar a autoestima dos/as jovens, para o reconhecimento da juventude como liderança comunitária, para oportunizar a apropriação crítica de técnicas e habilidades para o mundo do trabalho no contexto rural, para estimular os jovens a ingressar em níveis superiores de escolaridade e para fortalecer seu protagonismo social na reivindicação de direitos nos espaços de decisão de políticas públicas.

1.3.3. EDUCAÇÃO POPULAR E JUVENTUDE NEGRA RURAL

Elis Souza dos Santos se desafiou a analisar o processo formativo desenvolvido pelo MOJAC, a partir do recorte geracional, racial e campestre. “Jovem, negro e rural, estas três coisas!”: um olhar sobre a experiência de educação popular do MOJAC (Movimento de Jovens de Antônio Cardoso) investiga um coletivo de jovens do CRJPS que não integra o território Sisal, como a maioria das experiências de auto-organização da juventude rural apoiada pelo

²⁸ Ibidem, p. 30.

²⁹ Ibidem, p. 32.

MOC. Antônio Cardoso pertence ao território Portal do Sertão, cuja cidade-polo é Feira de Santana, segundo maior município do estado da Bahia.

Elis Souza dos Santos considera o MOJAC enquanto um espaço de anúncio de uma pedagogia libertadora, que abre caminhos para a construção de uma identidade política organizada e sistemática e que repercute na formação de grandes lideranças negras e jovens, que possuem capacidade de articular e motivar jovens das várias comunidades do município a participar deste espaço, como também de propor políticas públicas municipais com o recorte racial (Souza dos Santos, 2009). Esta experiência de educação popular indica concretamente que é possível construir um processo educativo orientado para autonomia e que potencialize a organização política em torno de melhorias para a qualidade de vida. Nesse sentido, essa autora se fundamenta em Conceição Paludo, cuja concepção de educação popular está pautada por “ações teórico-práticas dos sujeitos sociais e históricos das camadas populares”³⁰.

A autora enfatiza a dimensão emancipatória da formação política desenvolvida pelo MOJAC voltada para o protagonismo social da juventude negra e rural de Antônio Cardoso:

A possibilidade da juventude negra de Antônio Cardoso, de através do MOJAC, poder ter um espaço de diálogo, de troca de experiência, de partilha das dificuldades e angústias, somando-se ainda a proposta de formação política e construção de referenciais identitários afirmativos em relação ao “ser jovem negro e rural”, reflete que a pedagogia do MOJAC trabalha a educação em várias dimensões, não só na capacidade de formulação política, mas também ao garantir um espaço em que a juventude negra se sente acolhida e protagonista (Souza dos Santos, 2009, p. 85).

Desta forma, a autora considera que a experiência de educação popular gestada pelo MOJAC preconiza valores e práticas sociais contrapostos ao sistema hegemônico do capitalismo. Para ela, essa pedagogia, que favorece a formação de sujeitos autônomos, constrói “alternativas metodológicas que conseguem fazer com que a juventude possa fazer escolhas políticas com mais nitidez do contexto em que está inserida, e, com isso, contestando padrões que são regidos pelo mercado e pelo consumo exagerado, e por valores pautados num modelo urbano, racista e machista”³¹.

No contexto de intervenção do MOJAC, as práticas sociais seriam permeadas por princípios relevantes para o processo educativo, como a autonomia, a reflexão a partir da problematização do contexto social, desenvolvendo a percepção e concepção da juventude como sujeito de direitos. Segundo ela, a pedagogia do MOJAC aponta rupturas com as bases

³⁰ Ibidem, p. 36.

³¹ Ibidem, p. 86.

eurocêntricas e adultocêntricas nos processos educativos. Anuncia o poder da pedagogia pautada em valores e princípios libertadores, que estimulam a emancipação dos sujeitos, favorece a formulação de práticas educativas e metodológicas democráticas, que a partir da centralidade no debate racial consegue desconstruir valores racistas como a “democracia racial”, e a “coisificação da população negra”, denunciando e construindo perspectivas de transformação no cenário educacional escolar e não-escolar.

Em síntese, Souza Júnior, Santos e Souza dos Santos – cada um e uma ao seu modo – contribuíram para a sistematização de experiências de auto-organização coletiva e educação popular de jovens da agricultura familiar, apontando perspectivas radicais de enfrentamento à subalternização do campo e da juventude rural, a partir da mobilização de referenciais teórico-metodológicos que realçam as práticas sociais transformadoras dos coletivos de jovens. A produção acadêmica destes autores é pioneira e inspira os esforços da presente dissertação no sentido de dar visibilidade social às questões relativas aos/às jovens dos territórios rurais do semiárido baiano.

As três monografias aportam noções relevantes para a atualidade do debate sobre a juventude rural, a saber: a) a compreensão de que os/as jovens são sujeitos de direitos; b) que a organização e a formação são dimensões articuladas, orientando-se pelas necessidades de reflexão e ação dos atores sociais sem perder de vista o projeto político de emancipação coletivamente construído e desejado; c) a construção da autonomia é fator decisivo para que a juventude rural fortaleça sua participação cidadã; e d) a especificidade da juventude rural do semiárido baiano como ator político capaz de enfrentar as desigualdades, exclusões e discriminações, numa perspectiva de democracia, inclusão e justiça social.

Por fim, considera-se que esse/as autor/as focalizam muito pouco o sistema de relações sociais constituídas entre o MOC, coletivos de jovens e movimento sindical rural da região sisaleira da Bahia. A construção da autonomia - como método de organização social e representação política - só pode ser experimentada em sua plenitude, a partir das tensões, conflitos e negociações operadas nas relações com o poder nos movimentos sociais e nas estruturas de Estado. Alguns aspectos dessas contradições serão analisadas mais adiante, no capítulo sobre a análise de documentos, realçando não somente os impasses, mas também as resoluções experienciadas pela capacidade transformadora da subjetividade organizativa dos coletivos de jovens do semiárido baiano.

CAPÍTULO II - JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. MAPEANDO A CENA DA JUVENTUDE RURAL

Para proceder o mapeamento sobre juventude rural, recorreu-se ao portal de periódicos da CAPES, por ser um dos maiores repositórios de artigos acadêmicos e vinculado ao Ministério da Educação. A busca utilizou como categoria para filtro a palavra “juventude rural”, considerando-se os resumos dos artigos publicados nos últimos cinco anos. Esse levantamento resultou num total de 165 artigos acadêmicos associados à juventude rural no Brasil, na América Latina e em países europeus, entre maio e junho de 2023.

Chama a atenção que desse total, apenas oito artigos estão diretamente relacionados à realidade de jovens rurais no Nordeste brasileiro. Nesse universo de artigos, a categoria juventude rural está associada ao ensino superior, à educação básica pública e projetos de vida, a pesquisas de pós-graduação entre os anos de 2007 e 2016, ao trabalho na cadeia produtiva de cana-de-açúcar e apicultura (Alves, Fernandes e Mesquita, 2021; Lima de Paulo, 2018; Melo, Braga e Santana, 2019; Melo, Macedo e Chaves, 2021; Melo e Pereira, 2020; Peres e Barbosa, 2018; Rodrigues, 2022; Silva, 2019).

Quando se filtra as publicações relacionadas ao semiárido nordestino, o número cai para três artigos, sendo um relacionado à percepção de jovens rurais sobre a apicultura desenvolvida em comunidades rurais do Piauí (Rodrigues, 2022), outro a aborda a relação entre escola e desenraizamento social da juventude rural no semiárido de Alagoas (Melo et al, 2018), e ainda outro sobre jovens militantes do MST no semiárido alagoano (Alves, Fernandes e Mesquita, 2021). Esse quadro indica que a juventude rural do semiárido nordestino tem pouca visibilidade social nos estudos acadêmicos publicados em periódicos nos últimos cinco anos.

Quando se aciona a categoria-chave de políticas públicas, o número de resumos que estabelecem relação das mesmas com jovens rurais quase não avança, representando um pouco mais de 5% das produções acadêmicas dos últimos cinco anos pela plataforma CAPES³². De maneira geral, esses estudos indicam que as políticas públicas são um dos fatores decisivos para a continuidade do/a jovem rural no campo e, mais especificamente, nas unidades produtivas familiares.

³² Do universo de 165 resumos de publicações acadêmicas da CAPES relacionadas à juventude rural, apenas 9 estabelecem diretamente conexões entre o segmento juvenil rural e as políticas públicas.

Letícia Costa Silva e José Anchieta de Araújo (2020) empreendem uma revisão de literatura sobre o Estado para discutir o caráter das políticas públicas voltadas para a juventude rural, bem como a atuação das estruturas estatais no processo de formulação destas políticas. Eles analisam os desafios encontrados para a disputa de espaço da juventude rural na agenda pública, em termos de prioridade e investimentos públicos.

Daiane Loreto de Vargas, Gabriela Gomes da Silva e Aline Guterres (2022) consideram a Casa Familiar Rural do município de Igrapiúna, no baixo Sul da Bahia, através das suas práticas de pedagogia da alternância, tem promovido a transformação na vida dos/as jovens rurais, sobretudo, em relação à sucessão das unidades produtivas familiares. Este estudo indica a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas de educação do campo e de Casas Familiares Rurais, visando uma formação contextualizada e voltada para a permanência no campo.

O interesse pela permanência do/a jovem no campo reaparece no estudo de caso realizado em Uberlândia/MG e Piracicaba/SP por Márcia Freire Oliveira e Luciano Van Herk Vasconcelos (2022). Para os autores, o vínculo familiar, as melhorias de condições de trabalho e de renda e a gestão compartilhada entre pais e filhos são fatores que estimulam a permanência dos/as jovens nas unidades produtivas. Por outro lado, aponta-se que o processo sucessório tardio e sem planejamento, e muitas vezes permeado por conflitos, bem como a falta de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar podem desestimular a continuidade da juventude rural no campo.

Marizete Andrade da Silva (2018) constata que o campo vem perdendo expressivamente jovens rurais e que isto compromete a implementação de um projeto socialmente justo para o campesinato brasileiro. Para esta autora, o fenômeno do êxodo rural da juventude camponesa provém de inúmeros fatores, mais destacadamente da ausência de políticas públicas abrangentes. Ela considera ainda que a imprescindível inclusão da diversidade e extensão do campesinato nas políticas educacionais.

Discutindo as relações entre educação e projeto de vida dos/as jovens rurais pernambucanos, Flávia Mendes de Andrade Peres e Ezequiel Alves Barbosa (2018) constataram de que estudantes da zona rural do 3º ano do ensino médio de uma escola pública de ensino médio de Orobó não se identificam mais com a profissão de agricultor uma escolha viável para suas vidas, e indicam a migração para contextos urbanos como necessária à concretização de seus projetos pessoais. Os autores consideram que a escassez de oferta escolar na zona rural e de políticas públicas para criação de alternativas formativas e recreativas aos/às jovens parece contribuir com o quadro da migração.

Douglas Vianna Bahiense et al (2021) analisam a aplicação das políticas públicas para jovens rurais pelos mecanismos desenvolvidos pela EMATER-MG, a partir de pesquisa documental sobre os relatórios do Projeto Transformar, entre os anos de 2006 e 2012 na Zona da Mata mineira. Para os autores, o trabalho formativo desenvolvido pelos extensionistas da referida empresa pública no Projeto contribuiu para os/as jovens alcançarem sua autonomia.

O binômio educação e trabalho são analisados nas pautas discutidas pela juventude rural organizada em movimentos sociais em eventos nacionais, entre 2006 e 2017, por Magno Nunes Farias e Roseli Esquerdo Lopes (2021). Segundo os autores, as reivindicações expressam centralidade na luta por políticas públicas que garantam o acesso à escola e a ao trabalho digno, bem como é colocado em relevo a necessidade desses sujeitos de mais autonomia para a produção cotidiana de suas vidas. Considera-se ainda que a sucessão rural é questão nuclear para a democratização da terra no seio da família, além de se garantir condições financeiras e de assistência para a permanência no campo, passando, igualmente, por políticas públicas que contribuam para a democratização do trabalho decente, da educação escolar, do reconhecimento cultural e do fomento à agricultura familiar.

João Paulo Louzada Vieira, Douglas Vianna Bahiense e Suany Machado da Silva (2019) analisaram a produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar no período de 2003-2018. Para esses autores, a institucionalização de políticas públicas para a agricultura familiar contribuiu para a emergência da juventude rural como ator social relevante para a continuidade da propriedade rural.

Keyla Rejane Almeida Melo e Letícia Alves Pereira (2020) discutem o acesso e permanência de jovens rurais no ensino médio no município de Milton Brandão, Piauí. Para as autoras, a fragilidade das políticas públicas e do cumprimento da legislação educacional pelos gestores públicos provocam evasão escolar, êxodo rural e falta de perspectivas dos/as jovens em relação ao futuro. O estudo concluiu que é importante atuar na formação crítica e política da juventude rural, para tomada de consciência sobre a realidade que os/as oprime, de modo a buscar formas de enfrentamento.

Educação, projeto de vida, trabalho e renda, sucessão rural na agricultura familiar e acesso à terra foram os temas mais recorrentes da relação entre a juventude rural e as políticas públicas, considerando-se os resumos dos estudos acadêmicos analisados até aqui. Todos convergem para a preocupação sobre os processos de exclusão social enfrentados pelos/as jovens rurais e como a ausência e/ou precariedade das políticas e programas governamentais podem agravar a expulsão da juventude do campo.

Samuel Pires Melo, Osmar Rufino Braga e Jullyane Frazão Santana (2019) constatam que as políticas federais de educação contribuíram para a expansão e interiorização do ensino superior na região Nordeste, a partir do ano de 2007. Porém, merece destaque a dualidade da educação ofertada para os/as jovens do campo. Se de um lado, os processos educativos são fundamentais para qualificar a participação desse segmento no desenvolvimento do campo e no fortalecimento da agricultura familiar, inclusive tornando-se pauta reivindicada nas políticas públicas, por outro, a educação descontextualizada, que dissemina valores depreciativos em relação ao espaço rural, pode comprometer a construção de projetos de vida voltados para a permanência de jovens nos territórios rurais.

A sucessão das unidades produtivas familiares e a democratização da terra são questões sensíveis para a realização de projetos portadores de futuro em que o/a jovem tenha protagonismo na agricultura campesina, mesmo que subordinado à hierarquia familiar ou associado à organização coletiva dos movimentos sociais. Em outras palavras, a terra dos pais ou a terra adquirida pelas lutas por reforma agrária e acesso a crédito fundiário têm peso decisivo para que juventude rural tenha suas necessidades de trabalho e renda atendidas. Tais questões merecem atenção das políticas públicas.

A invisibilidade social ainda se constitui como um desafio para os/as jovens da agricultura familiar e do semiárido no Brasil. Os poucos avanços conquistados pelas lutas sociais em termos de marcos legais e de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar na primeira década dos anos 2000 não foram suficientes para consolidar a cidadania plena deste expressivo segmento populacional, que representava em 2010 um universo de 7,8 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo Nilson Weisheimer (2013) e Leonardo Rauta Martins (2020).

Para Barcellos (2014, p. 41), “a produção de uma determinada política pública e sua execução compõem uma dinâmica intimamente ligada às interações e às relações de força que se cristalizam entre os atores em um setor ou esfera de Estado ou governo”. Este autor analisou as possibilidades e limites dos processos decisórios da agenda de políticas públicas da juventude rural em âmbito federal, a partir das relações de interdependência entre os movimentos juvenis do campo e os setores do Estado brasileiro. Se de um lado, o protagonismo da juventude rural como sujeito de direitos obteve avanços institucionais, por outro, os entraves e negligências inerentes à burocracia governamental represaram demandas reivindicadas pelo movimento juvenil do campo.

A adoção do ajuste fiscal nas políticas de Estado nos últimos anos, como resultado de alterações na correlação de forças na arena política e na sociedade, provocou retrocessos para

as políticas públicas e para determinados segmentos sociais (Silva, 2021). Paul Singer (2003) nos alertava que a conquista de direitos sociais, em geral, nunca pode ser considerada definitiva, enquanto o antagonismo de classes permanecer e provocar reações dos setores mais conservadores da sociedade, que, aos seus olhos, consideram direitos como privilégios injustificados. Numa conjuntura desfavorável, pode-se inferir que os grupos com invisibilidade histórica, como a juventude rural, sofrem os maiores reveses na agenda decisória do Estado.

Como se percebeu, a invisibilidade da juventude rural reflete-se também no campo acadêmico, sobretudo, em relação à realidade dos/as jovens da agricultura familiar do semiárido brasileiro. Existiriam três hipóteses para o desinteresse dos/as pesquisadores/as em relação à realidade social da juventude rural: “a) subestimação da juventude no meio rural; b) a subestimação da importância do meio rural, uma vez que nossas sociedades seriam predominantemente urbanas; c) a incompatibilidade entre juventude e rural” (Weisheimer, 2013, p. 24-25).

Nilson Weisheimer desconstrói tais hipóteses, evidenciando aspectos da condição juvenil nos processos sociais da agricultura familiar e do meio rural. Primeiro, porque a inserção produtiva, ainda que seja muitas vezes precoce no trabalho rural, não permitiria a superação da condição juvenil, considerando-se que na agricultura familiar, embora o/a jovem tenha papel produtivo, ele ou ela se encontra subordinado à autoridade dos pais³³ (ibid., 2013).

Mesmo que a população urbana represente 84% da totalidade populacional considerada pelo IBGE³⁴, Nilson Weisheimer destaca que os territórios rurais não estão fadados a desaparecerem, pois, considerando o índice de pressão antrópica, os municípios rurais comportam 30% da população brasileira. Além disso, deve-se superar a confusão reinante entre rural (noção espacial) e atividade agrícola (relações sociais de produção), reconhecendo, portanto, que os territórios rurais abrigam processos de inserção social, dos quais os/as jovens participam e que merecem atenção dos/as pesquisadores de juventude³⁵.

Weisheimer indica ainda que a invisibilidade social se deve em parte à desatenção dos/as cientistas sociais, pois a disjuntiva entre juventude e rural dominou a pauta dos estudos acadêmicos do século passado como termos irreconciliáveis e contraditórios. Já que a juventude seria a expressão da modernidade e vinculada aos processos de transformação da sociedade e ao futuro na sucessão de gerações. Enquanto o rural estaria carregado semanticamente pelos signos do atraso, passado ou conservação, que precisa ser transposto. Para o autor, a

³³ Ibidem.

³⁴ Cf. WEISHEIMER, op. cit., sobre dados do Censo IBGE 2010.

³⁵ Ibidem.

reconciliação entre os termos passa pelo reconhecimento da juventude como elementos dinâmicos e com grande potencial como construtores de mudanças sociais significativas. Portanto, qualquer projeto de desenvolvimento rural sustentável prescinde da juventude como agente estratégico, o que envolve relações intergeracionais³⁶. Nesses termos, os/as jovens rurais são vistos como categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar.

A percepção dos/as jovens rurais como atores políticos é uma tendência recente nos estudos das ciências sociais no Brasil (Castro et al, 2009; Martins, 2020). O êxodo rural e o encurtamento das fronteiras entre campo e cidade seriam os maiores responsáveis por desestabilizar os padrões sucessórios da agricultura familiar brasileira. Com efeito, a prevalência de estudos que colocam juventude e rural como termos contrapostos perdurou por quase todo século XX (Weisheimer, 2013). Questionar a concepção que associa juventude rural e êxodo do campo é um dos pontos relevantes para romper com a invisibilidade da juventude rural tanto como categoria analítica quanto sujeito político em construção nos diversos territórios rurais.

Elisa Guaraná de Castro et al (2009) perceberam o pouco reconhecimento da juventude rural como categoria política, bem como categoria social relevante para investimentos em políticas públicas. Essa situação configura uma invisibilidade do/a jovem do campo como cidadão. Em contrapartida, constata-se também a consolidação de uma identidade política de juventude organizada em movimentos sociais rurais, visando o enfrentamento de tal quadro social. Esses movimentos se caracterizam como “juventude camponesa, juventude da agricultura familiar, entre outras, cuja principal bandeira de luta é a permanência do/a jovem no campo” (Castro et al, 2009, p. 20).

Tais questões colocam em relevo o papel decisivo do Estado - e suas relações interdependência com os movimentos sociais do campo - para garantir direitos e ações político-administrativas voltados para a juventude rural, levando-se em conta as demandas organizadas pela agenda dos movimentos juvenis do campo e, ao mesmo tempo, as necessidades efetivas da população juvenil do campo em diferentes contextos sociais, que nem sempre encontram ressonância nos espaços institucionais de decisão nas variadas esferas do aparato estatal brasileiro. Portanto, a condição juvenil rural e sua expressividade para o modo de vida do campo merecem atenção para se compreender as transformações do campo e da sociedade brasileira.

³⁶ Ibidem.

2.2. JUVENTUDE RURAL EM AMÉRICA LATINA: APONTAMENTOS

O entendimento sobre a juventude rural como categoria social em disputa também está presente na literatura especializada na América Latina. A premissa de que esta representação geracional seja resultado de um longo processo de construção social relacionado à expansão das relações de produção capitalista no campo é defendida por Joel Orlando Bevilaqua Marin (2009). Para este autor, “os poderes públicos e privados começaram a investir na qualificação profissional da população rural, especialmente para os/as jovens, com o objetivo de difundir novos conhecimentos e tecnologias de aperfeiçoamento da produção agrícola e melhoria na qualidade de vida no meio rural” (Marin, 2009, p. 609).

Nestes termos, é possível considerar que as políticas públicas, associada ao capital industrial, pujante no meado do século passado, lançou as bases para a construção moderna da juventude rural e seu papel no desenvolvimento técnico-científico. Numa perspectiva histórica de América Latina e em países em desenvolvimento, os/as jovens rurais atuaram “como un sujeto social al servicio del desarrollo del capitalismo industrial”³⁷, visando atender as profundas transformações dos espaços urbanos e agrários ocorridas.

O levantamento da categoria juventude rural, empreendido no portal de periódicos da CAPES, pinçou resumos de estudos acadêmicos sobre a realidade de jovens rurais em países latino-americanos. Quais os temas são preponderantes desses estudos? Em que medida esses temas se relacionam com as questões da juventude rural brasileira? Eis as questões que orientam este breve apontamento.

Rayén Amanda Rovira-Rubio e María Antonia Montoya-Castaño (2021) investigaram as práticas de resistência da ação coletiva da juventude implantada em Riosucio, zona rural atingida pelo conflito armado colombiano. Para essas autoras, não somente a violência reconstrói as dinâmicas dos territórios locais e nacional, a ação coletiva juvenil também, que, através do seu potencial para a arte, desenvolve mecanismos de resistência e reexistência para a construção da paz no meio rural, em meio a guerra que afeta a Colômbia.

David Sánchez-Sánchez, Patricio Andrés Meza-Opazo e Claudia Paulina Águila-Robles (2021) analisam a condição laboral da juventude de uma comunidade de Palos Altos, em Jalisco, México. O estudo constata que as noções de migração e trabalho dos/as jovens rurais são re-apropriadas pela intervenção do agronegócio e das políticas neoliberais na comunidade.

³⁷ Ibidem, p. 610.

Conclui-se que a precarização do trabalho é uma característica preponderante da inserção produtiva da juventude rural.

O envelhecimento da população cubana está tematizado pelo estudo desenvolvido por C. Víctor Tellez-Rivera e Eliasib Gálvez-Catalá (2018). Para esses autores, o segmento juvenil de 17 a 29 anos de idade é um grupo etário decisivo para o desenvolvimento local em áreas urbanas e rurais, considerando a dinâmica populacional na atualidade e no futuro em Cuba. Considera-se, portanto, o papel estratégico da juventude rural para elevar a segurança alimentar como via de enfrentamento à fome e à pobreza.

Yilmer Adiel Mina Hernández e Gonzalo Téllez Iregüi (2022) analisam as vulnerabilidades de jovens rurais afetados pela migração na Colômbia. Esse fenômeno se deve principalmente à falta de oportunidades de trabalho para este segmento social. Os autores concluem, de um lado, que há necessidade de mudanças na concepção e operacionalização das políticas públicas para aumentar a oferta de trabalho e reduzir a migração juvenil e, de outro, que os/as jovens rurais requerem mais espaços de participação política, social e econômica nas dinâmicas locais.

O tema das políticas públicas também ocupa a atenção do estudo de caso empreendido por Adrián Chaves Marín (2019) a respeito dos impactos do auge e crise da cafeicultura em Naranjo, Alajuela, na Costa Rica, entre 1980 e 2008. Para este autor, essas mudanças acarretaram continuidades e rupturas nas ocupações laborais tradicionais e incidiram na experiências e construção de identidades dos/as jovens de Naranjo. O estudo recomenda a implantação de políticas públicas inclusivas para os/as jovens, de modo a estimular a participação ativa na cidadania, o empoderamento e a busca de soluções para os problemas que atingem este segmento específico da população.

Para Fernando Ruiz Peyré (2019), as políticas públicas devem ser orientadas para diminuir o êxodo rural e melhorar as condições de permanência do/a jovem no campo. O estudo de caso desenvolvido no Departamento de Malargüe, em Mendoza, na Argentina, aponta para a discussão sobre as oportunidades de trabalho no âmbito rural, considerando as expectativas e necessidades da juventude, principalmente, no que diz respeito à importância de diversificar a economia rural para atender as demandas deste segmento.

A revisão de literatura sobre juventude rural na América Latina e Caribe, entre 2001 e 2019, desenvolvida por Andres F. Zabala Perilla e Neil A. Knobloch (2021), abrangeu 45 publicações acadêmicas. Segundo esses autores, os enfoques de investigação destes estudos miram para os seguintes temas: a) a migração da juventude rural; b) a educação para a juventude rural; c) as expectativas e perspectivas da juventude rural; e d) configurações da juventude rural.

Conclui-se que os enfoques de análise coincidem com a percepção de que o contexto rural da América Latina impõe barreiras para a juventude e, por isso, os projetos de vida deste segmento se voltam para as atividades urbanas.

Um balanço provisório dos estudos sobre juventude rural em países da América Latina permite a percepção de que os problemas enfrentados pelos/as jovens rurais para permanecer no campo guardam certas semelhanças com a realidade brasileira. A questão da migração é bastante recorrente nestas investigações, como reflexo dos processos de exclusão, fome e pobreza no meio rural latino-americano. Em certa medida, a situação de conflito armado vivenciada por jovens rurais colombianos corresponde à especificidade da juventude do campo em meio à guerra e à violência.

As noções de juventude rural como agentes do desenvolvimento local e sujeito de direitos estão presentes nestes estudos, sobretudo, para apontar a necessidade de políticas públicas que qualifiquem a participação social, política e produtiva da juventude no meio rural. Neste ínterim, não basta apenas implantar políticas voltadas para educação, trabalho e inclusão social, os estudos apontam também a importância de que os/as jovens rurais tenham participação cidadã em seus contextos locais, sobretudo, para o enfrentamento às lógicas neoliberais subordinam o campo aos interesses do modo de produção capitalista.

2.3. JUVENTUDE RURAL: ENTRE INVISIBILIDADE E ATOR POLÍTICO

No início dos anos 2000, os estudos de juventude rural passaram a se dedicar ao entendimento das causas da permanência dos/as jovens no campo, em articulação com o contexto de implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social de jovens rurais no Brasil. Para Martins (2020, p. 95), tal mudança de perspectiva “decorre de transformações socioeconômicas e políticas vivenciadas no rural nas últimas décadas e, correlato, da consolidação da juventude rural como ator político de destaque no interior de importantes movimentos sociais rurais”. Nesta seção, recorre-se a autores que contribuíram para a construção social da juventude rural como ator político e enfrentaram o tema da invisibilidade deste segmento.

Em mapeamento sobre trabalhos acadêmicos sobre juventude rural no Brasil, Nilson Weisheimer (2005, p. 20) identificou “cinco abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre juventude rural faixa etária; ciclo da vida; geração; cultura ou modo de vida e ainda representação social”. Para este autor, a “definição de limites etários é obviamente arbitrária e não dá conta das diferenças entre idade biológica e idade social”. As abordagens relacionadas

ao ciclo da vida seriam enriquecidas pelo descompasso entre “projeto de vida e condições de realização” (Carneiro, 1998, p. 98 apud Weisheimer, 2005, p. 22), o que permitiria compreender as tendências de alargamento da noção de juventude e o alongamento do período de escolarização³⁸. Já o enfoque geracional se inspira nas contribuições sociológicas de Karl Mannheim e pode se tornar limitador, caso seja concebida apenas pelo prisma oposição entre “pais conservadores” e “filhos rebeldes”³⁹. A juventude como modo de vida considera esse segmento populacional como expressão da cultura de massas, conseqüentemente, a mídia aparece como principal componente de construção da cultura juvenil⁴⁰. A abordagem sobre a juventude como representação social designa a especificidade da condição juvenil, enquanto posição na hierarquia social, “apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural”⁴¹.

Ainda sobre a condição juvenil, Weisheimer (2005, p. 26) acredita que:

As interpretações sobre a condição juvenil demonstram que esta é uma construção social, cultural e histórica altamente dinâmica e diversificada, o que implica considerá-la uma realidade múltipla, visto que os jovens não formam um todo homogêneo. Quando se consideram as diferenças de classe social, etnia e gênero, por exemplo, percebem-se distinções relativas às posições ocupadas nos espaços sociais – que por sua vez são diferentes entre si – e aos processos de socialização. Nesse sentido, é mais correto privilegiar as noções de juventudes e jovens rurais no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas.

Essas cinco perspectivas refletem a disputa em torno da conceituação teórica e empírica em torno da definição sobre juventude rural no Brasil. Indica também a ausência de uma matriz analítica compartilhada e capaz de dar conta da diversidade das juventudes rurais e seus contextos sociais. Neste sentido, Weisheimer questiona se é possível ou desejável ter uma matriz analítica unitária⁴².

Para Maria José Carneiro (2011), a juventude rural permanece numa situação de invisibilidade social. Essa autora afirma que a “invisibilidade é decorrente de um estereótipo baseado numa visão urbana da noção de juventude sustentada na percepção de um espaço cultural propriamente juvenil e do adiamento das responsabilidades e dos papéis de adulto” (Carneiro, 2011, p. 13-14). Assim compreendido, a fase juvenil se caracterizaria por uma

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem, p. 23.

⁴⁰ Ibidem, p. 23.

⁴¹ Ibidem, p. 24.

⁴² Ibidem.

gradual transição até assumir plenamente os papéis de adulto em todas as sociedades tanto rurais como urbanas. Sob esta ótica, pode-se considerar que a sucessão da unidade produtiva familiar representaria um marcador para a transição geracional no meio rural.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) dedicou um capítulo sobre juventude rural no livro “Juventude e políticas sociais no Brasil”, organizado por Jorge Abrahão Castro e Luseni Maria C. de Aquino. Esse estudo observa que é recorrente no país a associação da juventude a problemas sociais, por parte dos diversos atores e agências que atuam nesta área, enquanto que a juventude rural geralmente é percebida com certa naturalização, aparecendo, às vezes, como categoria auto evidente (Ferreira; Alves, 2009). Esses autores reforçam a preocupação de que não se pode traçar um perfil único da juventude rural, seja pelos diferentes contextos socioeconômicos e culturais em que vive, seja pela escolha dos critérios que possam delimitá-la, e que a identificação dos “ser jovem” passa por alguns marcadores, entre os quais, a absorção de novos comportamentos⁴³.

Algumas características gerais sobre o jovem rural reforçam tendências problemáticas para o campo brasileiro, segundo Brancolina Ferreira e Fábio Alves (2009, p. 247):

a) diminuição da população rural na faixa etária de 0 a 29 anos e um modesto crescimento de 30 a 59 anos e 60 anos ou mais; b) essa tendência de envelhecimento também é acompanhada da masculinização do campo (52,16% de homens e 47,84% de mulheres), sendo que na faixa etária entre 18 e 24 anos (53,16% de homens e 46,84% de mulheres); c) a migração juvenil campo-cidade, a ponto de algumas regiões registrarem presença de cerca de 50% a mais de homens na faixa etária entre 60 anos e mais, reforçando a tendência de envelhecimento e celibato rural; d) em comparação aos jovens urbanos brasileiros, entre 15 e 29 anos, os jovens rurais têm um nível de escolaridade menor, sendo mais grave ainda no analfabetismo, que afeta 9% da juventude rural, enquanto que na mesma faixa etária na zona urbana a taxa é de 2%; e) apenas 34% dos jovens entre 15 e 29 anos estavam ocupados em atividades rurais e o subgrupo majoritário de ocupados entre 18 e 24 anos, que eram mais da metade dos jovens ocupados, estão envolvidos em atividades rurais não-agrícolas.

Esses dados indicam certa correlação entre a intensidade do fluxo migratório dos/as jovens rurais e o envelhecimento do campo brasileiro. Mais problemático ainda é considerar que a sucessão das unidades produtivas familiares represente um fardo para aqueles/as jovens que não tiveram seu direito à educação garantido em idade regular e que os mesmos estariam fadados ao celibato, tendo em vista o padrão sucessório está marcado pela prevalência do sexo masculino, sobretudo, em famílias com forte influência europeia (Abramovay, 1998).

De modo geral, a população de 15 a 29 anos de idade representava, em 2010, 53 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% eram rurais, enquanto que a população

⁴³ Ibidem.

rural total representava 15,6% dos mais de 190 milhões de brasileiros (Barcellos, 2014). As questões relacionadas à permanência dos/as jovens rurais no campo perpassam em vivenciar a falta de bens e serviços em um meio rural socialmente desigual e tensionado de forma geral pelos conflitos agrários entre a sobrevivência da agricultura familiar e a expansão indiscriminada do agronegócio e da concentração fundiária⁴⁴. Não se pode deixar de mencionar que a “tendência migratória dos jovens, em grande parte justificada por uma percepção relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia” (Ferreira; Alves, 2009, p. 251).

Rodrigo Kummer e Silvio Antônio Colognese (2013) consideram que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas: a saída dos/as jovens do meio rural (migração e êxodo) e a permanência do/a jovem no meio rural (sucessão e reprodução da agricultura familiar). Esses autores propõem que se investigue porque os/as jovens permanecem no meio rural e, com isso, sejam formuladas análises sobre os espaços sociais ocupados pelos/as jovens rurais, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não-agrícolas), as condições de vida e trabalho e as representações da ruralidade que vivenciam.

Embora seja uma categoria específica, conforme analisado até aqui, a juventude rural é heterogênea e diversa, compondo um grande mosaico plural que não se resume ao fator biológico, muito menos às atividades agrícolas. Kummer e Colognese (2013, p. 209) propõem uma definição para o/a jovem rural, a saber:

(...) é aquele que não apenas reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa da unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de vida específico, vinculado a uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se confundem. Não é ou não está imobilizado por esta condição, não é refém de um espaço ou de uma situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora mantenha suas especificidades identitárias que carregam as particularidades do seu modo de vida.

Ainda que não se pretenda assumir uma definição cristalizada de jovem ou de juventude rural, superar as perspectivas discriminatórias - que associam o rural ao atraso e preconizam a existência de crise estrutural da agricultura familiar - seja um caminho investigativo relevante para compreender esse segmento social como protagonista da sua trajetória de vida individual e coletiva, cujas conexões com outras realidades, incluindo a urbana, não caracteriza perda da identidade e/ou das suas responsabilidades sociais e culturais com o modo de vida da agricultura familiar e campesino. Em alguns casos, as mediações com realidades distintas potencializam a

⁴⁴ Ibidem.

intervenção da juventude rural no seu contexto social de origem. Segundo Martins (2020, p. 109), as itinerâncias entre “ficar” e “sair”, como fenômeno contemporâneo, “são momentos que não são mutuamente excludentes e estão inscritos nas trajetórias individuais de muitos/as jovens”.

Para Weisheimer (2013), a superação da invisibilidade da juventude rural não implicaria apenas em transformar os/as jovens do campo em sujeitos a serem investigados. Esse autor considera necessário “problematizar a própria construção do objeto, ou seja, as relações sociais nas quais os jovens se inserem e que fazem da própria categoria juventude uma construção social em disputa”⁴⁵. Neste caso, juventude rural é uma categoria analítica relacional enquanto que jovens rurais são os sujeitos concretos que precisam ser compreendidos nos processos sociais que participam, reconhecendo suas especificidades da socialização nos diferentes espaços rurais.

2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

O conjunto de ações desenvolvidas pelas instâncias do poder público para atender demandas da sociedade é designado como políticas públicas (Barcellos, 2014). Sérgio Botton Barcellos chama a atenção para o fato dos projetos e ações direcionados à população jovem no Brasil ganharem mais visibilidade e expressão nos anos 1990. A criação de instituições, políticas e programas com referência específica aos/às jovens situados no meio urbano e rural, prospectam um marco institucional diferenciado no âmbito das relações de acordo e disputa política ao longo da história do Estado no Brasil. Barcellos (2014) faz um resgate do histórico recente das políticas públicas de juventude e juventude rural - que nesta seção será breve e reflexivamente apropriada - por consolidar a noção de que jovens são sujeitos de direitos.

No final do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) surgiram as primeiras políticas federais direcionadas à juventude, mais especificamente, focalizadas nos jovens urbanos. No entanto, houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, como reflexo do ascenso das lutas do campo e da capacidade de pressão social do movimento sindical rural por acesso a crédito subsidiado destinado aos agricultores familiares, não atendia a especificidade da juventude rural.

Barcellos (2014, p. 124) destaca que:

⁴⁵ Ibidem, p. 26.

(...) a mobilização de organizações e movimentos sociais, aliada à ausência histórica de políticas públicas por parte do Estado, contribuiu para que iniciativas educacionais e de qualificação social-profissional fossem protagonizadas pela sociedade civil ao longo da história no Brasil, a exemplo de experiências dos Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), por meio da implantação de Casa Familiar Rural (CFR) e Escola Família Agrícola (EFA). Em um período mais recente, essas iniciativas são relativas ao Programa Jovem Saber da CONTAG e o Programa Especial de Juventude do Movimento de Organização Comunitária (MOC), entre outros.

Além de não existir políticas voltadas para a juventude rural, na avaliação de Sposito e Carrano (2003, p. 23, apud Silva, 2021), as ações, programas e projetos do governo federal entre 1995 e 2002 foram caracterizadas pela grande fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática. Nesta perspectiva de análise, a heterogeneidade de parâmetros sobre a dimensão etária era um dos complicadores que não permitia a constituição de uma totalidade orgânica em torno da focalização de políticas para a juventude. Além disso, não havia espaços de democracia participativa para a formulação, gestão, acompanhamento e avaliação dessas ações de governo (Silva, 2021; Barcellos, 2014). Marcou também esse período a terceirização de ações voltadas para a juventude, principalmente, no contexto do campo.

Contudo, a partir do início do Governo Lula (2003-2006), as políticas públicas para a agricultura familiar passaram por um processo de reorientação e aumento de investimentos. O governo sinalizou para a necessidade dessas políticas atenderem de forma mais específica demandas da diversidade de grupos sociais dentre os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas, comunidades tradicionais, dentre outros (Barcellos, 2014).

Para lidar com o desemprego juvenil, o governo federal direcionou seus primeiros esforços institucionais para que a questão da juventude estivesse inserida no mundo do trabalho. Assim, foi criado e desenvolvido o Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE), bem como instituído uma unidade de juventude no Departamento de Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho. Esse dado é relevante porque indica que a juventude urbana foi a primeira a ganhar espaço na agenda dos programas federais, enquanto a juventude rural ingressou posteriormente e com muitos desafios para acessar os programas federais, como será apontado mais adiante.

Barcellos (2014, p. 125) menciona ainda que:

(...) documento divulgado pelo Grupo Interministerial sobre o balanço das ações governamentais de Juventude na primeira gestão do Governo Lula, foram identificadas mais de 150 ações federais desenvolvidas em 45 programas e implementadas por 18 ministérios ou secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público jovem (15 a 24 anos). As

demais ações, ainda que contemplassem os (as) jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles.

A partir de 2003, pode ser evidenciado que os atores atuantes nas políticas públicas para o meio rural brasileiro passaram a debater e tentar reconhecer a diversidade dos grupos sociais que vivem no espaço rural. O período dos governos petistas (2003-2016) marcou o fortalecimento da democracia participativa, reforçada pela criação de conselhos e conferências sobre temáticas e atores sociais historicamente invisíveis na arena de disputa de relações de poder, diferentemente de períodos anteriores.

Durante essa conjuntura de discussões e mobilizações para a implementação de políticas públicas para a juventude, dois programas foram lançados em 2004 pelo Governo Federal: o "Pronaf Jovem" (crédito para produção), também motivado pela mobilização das entidades identificadas com as pautas jovens (como a CONTAG e a FETRAF) e o PNCF com a linha Nossa Primeira Terra (crédito para compra coletiva de imóvel) feita em relação com agências internacionais como o Banco Mundial. Pode-se afirmar serem esses “primeiros projetos de dimensão nacional que aparecem como uma resposta das demandas dos movimentos sociais do meio rural junto ao governo” (Castro, 2009, apud Barcellos, 2014, p. 126).

Neste contexto, ocorre a mobilização política da juventude rural que, além de estar sendo refletida em toda a sociedade, também chega ao Estado, e esse processo é traduzido na constituição de políticas públicas. Os movimentos sociais da juventude rural participaram da composição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), instituído conjuntamente à criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, em fevereiro de 2005 (no âmbito do poder executivo federal) e de Comissões Parlamentares de Juventude no nível federal e nos estados.

Precedendo a SNJ, no governo federal, existiam instâncias atentas para as questões da juventude rural. Barcellos indica que dentre os ministérios que debatiam as pautas da juventude rural, era o MDA que desenvolvia ações e políticas públicas com enfoque para esses atores sociais.

A Política Nacional de Juventude (PNJ), instituída no âmbito do governo federal no ano de 2005, é o documento que contém as diretrizes que regem a elaboração de políticas públicas de juventude no Brasil. A Conferência Nacional de Juventude (CNPPJ) passou a ser o processo de participação popular oficial, que envolve atores do governo e da sociedade civil, em que se propõem políticas públicas e ações para a juventude no Brasil. Também no mesmo ano ocorreu a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que foi considerado pelo governo federal, durante os anos de governo Lula, uma das principais iniciativas para a juventude constituídas nos últimos anos (SNJ, 2010, apud Barcellos, 2014, p. 126).

A constituição do Conjuve se deu pela Lei nº 11.129, conjuntamente com a instituição do Projovem e da Secretaria Nacional de Juventude (Brasil, 2005). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos/as jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O CONJUVE foi composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil. As organizações e movimentos sociais em juventude rural estão representados no CONJUVE por duas vagas, segundo Barcellos (2014).

Esses marcos institucionais contribuíram para reorientar as instâncias de participação democrática no âmbito dos ministérios. No MDA:

(...) ocorreu em 2006 à formação do Grupo de Trabalho de Juventude Rural e, em 2008, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) criou o Grupo Temático de Juventude Rural (GTJR-CONDRAF) pela Resolução n. 66, publicada no DOU, em 20 de novembro de 2008. Em sua regulamentação interna estava previsto como definição ser um espaço coletivo, participativo e democrático, que se destina a fortalecer a articulação entre as diversas políticas públicas para subsidiar a construção do pacto da juventude no que se refere às demandas e necessidades da juventude. De 2008 a 2011, esse GTJR realizou 14 reuniões ordinárias e quatro extraordinárias para debater questões referentes à juventude rural. O GTJR definiu quatro grandes eixos de atuação na época, que foram: acesso à terra; trabalho e renda; educação do, no e para o campo e qualidade de vida; e participação e organização política da juventude rural (Barcellos, 2014, p. 129).

É importante notar que ocorreram mudanças nas estruturas e nos programas governamentais federais para o atendimento da especificidade e, ao mesmo tempo, da diversidade dos/as jovens rurais no Brasil. Neste sentido, há uma ruptura importante: a juventude rural deixa de ser invisível para a ação do Estado e, *pari passu*, torna-se sujeito ativo das políticas públicas. Trata-se de uma mudança paradigmática que converge para as dimensões da participação cidadã contidas na experiência dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia.

Para Elisa Guaraná de Castro (2016), tais mudanças no enfoque das políticas públicas, durante os governos Lula-Dilma, marcaram a juventude como campo de identificação política. Neste bojo, a juventude rural se apresentou como categoria política no diálogo e na incidência das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo. Nesses termos, a ruptura de enfoque se efetiva porque a juventude rural se “fez presente” (Castro, 2016, p. 198).

Neste balanço sobre as políticas públicas de juventude, durante os governos petistas, Castro considera que “não foi possível consolidar a política nacional para a juventude rural, nem mesmo a efetivação do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, que afirma múltiplas questões envolvendo a presença do/a jovem no campo, bem como a centralidade do papel do Estado”⁴⁶. Para Castro (2016), não houve priorização das políticas para este segmento. Essa também é a conclusão de Sérgio Botton Barcellos (2014) sobre o tema das PPJ e juventude rural. É importante qualificar esta falta de prioridade ou “falta de políticas públicas”, a fim de que o/a leitor/a compreenda o gradiente das ações do governo federal para a juventude rural brasileira naquele contexto específico.

A expectativa do Estado em relação ao sujeito de direito e aos resultados das políticas públicas difere das condições objetivas e concretas dos diferentes espaços rurais brasileiros (Barcellos, 2014). Tais condições nem sempre são consideradas no processo de formulação e negociação entre os atores envolvidos. Barcellos também notou que havia diversos espaços no governo federal para participação cidadã nas políticas públicas de juventude rural: MDA, GTJR-CONDRAF, SNJ e Coordenadoria de Políticas Transversais⁴⁷. Porém, a avaliação dos movimentos sociais do campo em relação aos espaços do MDA não os identificaram como “ativadores ou que vão discutir e contemplar efetivamente as suas pautas de reivindicação ou propor políticas públicas diferenciadas em relação às já existentes (...), não atendem suas demandas sociais no espaço rural brasileiro”⁴⁸. Esses espaços não foram priorizados ou prestigiados, sobretudo, porque faltam-lhes prioridade orçamentária e política, em meio às tensões partidárias inerentes ao governo federal e sua relação com o Congresso Nacional (Barcellos, 2014).

Para dar mais concretude ao desencontro entre participação cidadã dos movimentos sociais do campo e o processamento das políticas públicas de juventude rural do Estado brasileiro, exemplifica-se a presença deste segmento social no Estatuto da Juventude, lei nº 12.852 (BRASIL, 2013). As menções em relação à juventude rural neste documento: “uma quando se refere ao transporte escolar, que é necessário, mas que remete a um projeto de esvaziamento das escolas do campo, e outro que se refere à inserção produtiva da juventude”⁴⁹.

Para Barcellos, por mais que os movimentos sociais do campo tenham participado do processo de elaboração e acompanhado a tramitação do Estatuto da Juventude, o projeto sofreu

⁴⁶ Ibidem, p. 206.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem, p. 242.

⁴⁹ Ibidem, p. 242.

forte influência do Congresso Nacional. E, na finalização do documento, “as reivindicações da garantia do direito à terra e sobre medidas para garantir aos jovens proteção perante os agrotóxicos não constavam no Estatuto sancionado”⁵⁰.

Se as demandas consideradas relevantes não são atendidas apropriadamente pelo Estado, levando-se em conta os problemas e as soluções apresentadas, pode-se evidenciar situações de ausência de políticas públicas para a juventude? Barcellos avalia que o tema da juventude rural “não obteve confluência de fatores e acúmulo de força política necessária para entrar na agenda das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil”⁵¹, durante os governos Lula-Dilma.

O balanço crítico realizado por Barcellos indica pertinência, sobretudo, porque leva em conta a opinião dos/as militantes juvenis dos movimentos sociais do campo que atuavam nos espaços de participação cidadã no governo federal naquela conjuntura. Entretanto, esse esforço de análise não esgota as possibilidades de intervenção social da juventude rural nas políticas públicas, a partir dos seus contextos locais, regionais e até em âmbito nacional. E também não descarta a contribuição dos governos Lula-Dilma para a promoção e visibilidade da juventude rural como sujeito de direitos, uma simbologia importante para o despertar de tantas outras experiências e avanços para a ruptura dos processos de exclusão social no campo, como os coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia.

Entre 2004 e 2008, os programas Programa Nacional Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem (Pronaf Jovem) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens do Campo (Projovem Campo) - antigo Saberes da Terra) foram os principais programas sociais voltados para a juventude rural brasileira. O “Nossa Primeira Terra” integrava o Programa Nacional de Crédito Fundiário e se destinava à aquisição de imóveis e investimentos de infraestrutura, tendo como público alvo jovens filhos de agricultores familiares, jovens sem-terra e estudantes de escolas técnicas agrícolas de ensino médio, na faixa etária de 18 a 28 anos. “Seus beneficiários podem receber crédito de até R\$ 40 mil para projetos comunitários e de infraestrutura” (Ferreira; Alves, 2009, p. 256). O Pronaf Jovem se constitui como linha de financiamento voltada aos/às filhos/as de agricultores/as familiares, entre 16 e 29 anos, “que tenham concluído ou estejam cursando o último ano (...) de formação por alternância ou de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso (...) de formação profissional de no mínimo 100 horas”⁵², sendo R\$ 7 mil o valor máximo

⁵⁰ Ibidem, p. 243.

⁵¹ Ibidem, p. 245.

⁵² Ibidem, p. 256.

concedido por unidade produtiva familiar para projetos produtivo de interesses do/a jovem. Já o Projovem Campo se voltava para fortalecer e ampliar a permanência de jovens agricultores/as familiares no campo, com idade entre 18 e 29 anos, por meio da formação e qualificação profissional. Os alunos recebiam “um auxílio mensal de R\$ 100,00 durante 12 meses, quando estiverem exercendo atividades na escola”⁵³, na qualificação profissional e nas comunidades rurais, conforme regime de alternância entre atividades formativas presenciais e não presenciais.

Os coletivos de jovens participaram direta e indiretamente da concepção, execução e avaliação desses programas anteriormente mencionados, por meio da intervenção qualificada em espaços nacionais de debate sobre as políticas públicas de juventude rural, das articulações institucionais envolvendo MOC, movimento sindical rural e entidades que atuavam fora da região sisaleira da Bahia, e de projetos de participação, inclusão e qualificação profissional de jovens rurais voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e convivência com o semiárido baiano, como se verá no capítulo seguinte.

2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE RURAL PÓS-GOLPE DE 2016

Segundo Tarcisio Silva (2021, p. 155), “o Brasil se tornou, a partir de 2005, uma referência latino-americana no tema pelos diversos programas e ações, mantidos em 19 ministérios e 4 secretarias”, com destaque para a Emenda Constitucional nº 65 que incluiu os/as jovens na Constituição Federal (BRASIL, 2010) e o Estatuto da Juventude, de 2013, que estabeleceu direitos das juventudes, princípios e diretrizes das PPJ. Não menos importante, o decreto nº 8.736 que instituiu o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (BRASIL, 2016), como uma das últimas conquistas significativas da juventude rural em termos de reconhecimento dos seus direitos sociais.

O Plano representa os acúmulos de debate e formulação do Comitê de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que, na época, integrava o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Segundo Luiza Dulci (2020), houve uma construção participativa com movimentos sociais do campo que lutam por reforma agrária, pela agricultura familiar e pelos povos e comunidades tradicionais brasileiros. De certo modo, o referido decreto visava avançar no atendimento de demandas relativas à permanência da juventude rural no

⁵³ Ibidem, p. 256.

campo brasileiro nas PPJ analisadas anteriormente, e foi assinado por Dilma Rousseff e seu ministro Patrus Ananias, do MDA.

Merece atenção o alcance do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural em número de ministérios integrados ao seu Comitê Gestor. Além do MDA, responsável pela coordenação, o Comitê Gestor Interministerial seria composto por: Ministério da Comunicação, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Previdência Social e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e de Direitos Humanos, e também os Conselhos Nacionais de Direitos Humanos, Desenvolvimento Rural Sustentável, de Igualdade Racial, da Juventude e das Mulheres. Com efeito, a presença institucional dos conselhos nacionais de políticas públicas no Comitê Gestor possibilitaria a representação dos movimentos sociais na gestão do Plano, inclusive na formulação de novas ações voltadas para a promoção da cidadania juvenil do campo.

Cinco eixos temáticos orientam as ações previstas no Plano: acesso à terra e trabalho; garantia de trabalho e renda; acesso à educação do campo; promoção da qualidade de vida; e a ampliação e qualificação da participação (BRASIL, 2016). Cada eixo é seguido por objetivos, estratégias, metas, indicadores e ministérios/ órgãos federais responsáveis por cada estratégia. O eixo “terra e trabalho” visa ampliar o acesso à terra por meio de desapropriação por interesse social, através do PNCF e demais formas de obtenção de terras. O eixo “trabalho e renda” se volta para ampliar e qualificar os serviços de ATER, na perspectiva agroecológica, e para a organização produtiva da juventude rural por meio do associativismo, do cooperativismo, da agroindustrialização, do acesso ao crédito, visando a garantia do trabalho decente. Ampliar e qualificar a oferta de educação para a juventude rural nas respectivas comunidades e de forma a atender suas necessidades, eis o objetivo do eixo de “acesso à educação do campo”. Enquanto que o eixo “promoção da qualidade de vida” tem dois objetivos, a saber: garantia de habitação rural, à mobilidade e aos meios de comunicação nos espaços da agricultura familiar e da reforma agrária; e promover a cultura do meio rural, garantindo o acesso e a fruição à cultura, à condição de produção cultural protagonizada por jovens rurais, como forma de promoção da qualidade de vida e do coletivismo, a partir da abordagem territorial. E, por fim, promover e valorizar a participação social e política dos/as jovens rurais na formulação, execução, avaliação, monitoramento e controle social das políticas públicas, a partir da abordagem territorial, garantindo autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento, conforme previsto no eixo da “participação”.

Os eixos “trabalho e renda” e “participação” concentram a maior quantidade de estratégias/ metas (23 em cada um dos dois eixos), sendo que a maioria delas recai sob a responsabilidade do MDA. Ao todo estão previstas 63 estratégias/ metas descritivamente bem delimitadas para a ação articulada dos ministérios ou específica de apenas um ministério e/ou respectivo órgão. O Plano orienta-se nitidamente por uma perspectiva de desenvolvimento integral das juventudes rurais, priorizando questões estruturais para a promoção dos direitos j

Todas as pretensões do Plano Nacional de Juventude e Sucessão foram frustradas pelo golpe à democracia levado a cabo naquele período.

Elisa Guaraná de Castro (2016) não descartou a possibilidade de fragilização das políticas públicas de juventude rural, diante do cenário emergido pelo golpe parlamentar que interrompeu o governo Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016. A mudança de correlação de forças políticas não só poderia comprometer todos os avanços construídos pelo governo federal em relação às PPJ, mas também promoveria retrocessos na relação do Estado com os direitos da juventude rural.

Os governos Temer e Bolsonaro empreenderam a desestruturação das PPJ, sobretudo em relação às ações governamentais voltadas para a juventude rural. O governo de Michel Temer (2016-2018) “realizou cortes no financiamento de políticas públicas e favoreceu todo um contexto de desmonte de direitos sociais” (Silva, 2021, p. 158). Segundo Silva, a contraofensiva aos direitos sociais foi definida pela retirada de direitos expressa na precarização das relações de trabalho, através da lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e no favorecimento dos grandes grupos educacionais na ponta da formação de jovens, através da lei nº 13.415/2017 (Novo Ensino Médio), além de reduzir o alcance das PPJ⁵⁴. Em respostas aos ataques, as juventudes e movimentos sociais ocuparam as escolas de ensino médio por todo o Brasil.

No governo Jair Bolsonaro (2019-2022), houve o aprofundamento na estratégia de geração de empregos flexíveis para a classe trabalhadora, principalmente para jovens, a partir da noção de empreendedorismo herdada da gestão anterior. Para Silva, o foco no empreendedorismo, advinda do golpe de Estado de 2016, representa “um canto de seriedade para a saída do desemprego e é difundido como oportunidade de sucesso em contexto de desfiliação social (sem benefícios por parte do Estado e das empresas) e crescimento do precariado”⁵⁵.

⁵⁴ Ibid. 161.

⁵⁵ Ibid., p. 164.

A ofensiva não se limitou a atacar os direitos sociais, mas limitar a participação popular nos espaços de políticas públicas, sendo essas estratégias do governo Bolsonaro. Através do Decreto nº 9.759/2019, Jair Bolsonaro extinguiu os órgãos colegiados instituídos na esfera pública, entre os quais o CONJUVE⁵⁶. Segundo Silva, “uma liminar conferida pelo Supremo Tribunal Federal, em resposta à ação movida pelo PT, assegurou a todos os conselhos e coordenações colegiadas, citadas em leis, a continuidade do seu funcionamento” (ibid., p. 158). Ao atacar os conselhos de participação e controle social, o governo sufocava a participação democrática e, ao mesmo tempo, a resistência dos movimentos sociais ao desmonte das políticas públicas e às violências implementadas num período de escalada antidemocrática no Brasil. Por outro lado, movimentos sociais criaram espaços nacionais de participação democrática e plural voltados para o controle social de políticas públicas em contraponto às tentativas de cooptação, tutela e ingerência dos governos posteriores ao golpe, como se pode citar o Fórum Nacional Popular de Educação e da Conferência Nacional Popular de Educação, instituídos pelo manifesto em prol da democracia e da educação transformadora, lançado em 30 de junho em 2017⁵⁷.

O decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020, foi a “pá de cal” nas políticas públicas de juventude rural (BRASIL, 2020). Segundo Luiza Dulci, o decreto do governo Bolsonaro revogou o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e “outros 304 decretos assinados pela Presidência da República entre 1956 e 2019”, sendo que a maioria deles “já havia cumprido as funções para as quais foram editados”⁵⁸. Essa autora destaca que a relevância do Plano “não era somente para a vida das juventudes rurais, mas para o Brasil” e sua extinção aumentava “os sentimentos de revolta, indignação e tristeza”⁵⁹.

Como se pode perceber ao longo das problematizações sobre a realidade da juventude rural brasileira, “a decisão entre ficar e sair não pode recair [apenas] sobre as e os jovens e suas famílias individualmente”. O alcance do extinto Plano alcançaria mais de 8 milhões de jovens rurais e também dos “jovens de pequenos municípios, cujas características são marcadamente rurais, bem como aqueles que vivem na transição permanente entre o rural e o urbano”⁶⁰.

A esperança em torno do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural não se encerra com o decreto 10.473/2020. Através do Projeto de Lei nº 9.263/2017, de autoria dos deputados

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Disponível em https://www.cnte.org.br/images/stories/2017/manifesto_de_lancamento_da_conapef.pdf. Acesso em 20 de out. de 2023.

⁵⁸ DULCI, op. cit.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid.

federais do PT, sendo eles: Patrus Ananias (MG), Nilto Tatto (SP), Valmir Assunção (BA), Marcon (RS), João Daniel (SE) e Luiz Couto (PB), o Plano se encontra em tramitação na Câmara Federal⁶¹. Quiçá, os novos tempos se apresentem como alvissareiros para as conquistas de direitos por meio da participação cidadã das juventudes rurais.

A ofensiva contra os espaços democráticos de participação cidadã e os direitos de segmentos historicamente excluídos, como a juventude rural, reforçaram a invisibilidade e as violências com aqueles e aquelas que mais necessitam do Estado para lutar por possibilidades de vida digna e de transformações portadoras de futuro para o campo brasileiro. Se há opressão, há também resistências, denúncias e experiências coletivas - passadas e atuais - que cultivam o projeto societário de democracia e emancipação.

Há sinais de novos tempos com a eleição de Lula para presidente da República?

Em 4 de setembro de 2023, o governo Lula III sancionou a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC), aprovada pelo Congresso Nacional através da lei nº 14.666 (BRASIL, 2023). A PNEEJC estabelece relação direta com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Nesta perspectiva, a lei estabelece quatro eixos de ação do poder público nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), a saber: educação empreendedora; capacitação técnica; acesso a crédito; e difusão de tecnologias.

A PNEEJC compreende o/a jovem da agricultura familiar como agente de desenvolvimento rural, visando transformá-lo/la em “líderes empreendedores, com sensibilidade para identificar oportunidades de desenvolvimento profissional, familiar e do território onde estão inseridos”; “estimular a elaboração de projetos produtivos pelos jovens agricultores, como forma de viabilizar alternativas de trabalho e renda”; “ampliar competências, conhecimentos e práticas que possibilitem a gestão eficiente do negócio agrícola”; “incentivar o desenvolvimento de competências relacionadas a atividades não agrícolas com potencial de expansão no meio rural”; “estimular os jovens e suas famílias a estruturarem estratégia de governança para a sucessão familiar”, entre outros objetivos relacionados à participação econômica do jovem rural na agricultura familiar.

Não há dúvidas de que a implementação desta política poderá atender necessidades de jovens agricultores familiares e orientará - através de princípios, diretrizes, ações e investimentos - atuação institucional das empresas públicas de ATER, assim como de EFA e

⁶¹ Ibid.

outras experiências de educação do campo, objetivando fomentar as potencialidades empreendedoras de jovens nos territórios rurais. No entanto, é necessário fazer algumas ponderações sobre o alcance desta política.

A lei 14.666 é uma política de ATER para jovens com terra, ou seja, filhos de agricultores familiares, ainda que em seus objetivos esteja incentivar atividades não agrícolas. O acesso às linhas crédito rural, como o Pronaf Jovem, está geralmente condicionado à estrutura da unidade produtiva familiar de origem daquele ou daquela jovem que pretende desenvolver projetos produtivos. Jovens rurais acampados/as, filhos/as de agricultores/as com minúsculas propriedades rurais, entre outros segmentos, podem participar das ações de educação e fomento ao empreendedorismo, articulada ao Projovem, mas dificilmente conseguirão acessar o crédito rural previsto pela PNEEJC.

De maneira geral, as empresas públicas de ATER operam com recursos humanos e econômicos cada vez mais escassos, por vários motivos, entre os quais: concursos públicos insuficientes, precarização do trabalho dos/as extensionistas, longo período de desinvestimento na extensão rural de caráter público. Esse quadro pode ser relacionado aos efeitos deletérios do recrudescimento das políticas de ajuste fiscal na administração pública em diferentes níveis e áreas de políticas públicas (Silva, 2021). No que tange à ATER pública, conseqüentemente, haveria um desencontro entre a propositura dos legisladores e as condições reais para a sua viabilidade nos diferentes territórios rurais.

Em última instância, a concepção do PNEEJC está orientada pelo prisma da geração de trabalho e renda descolada de uma série de condicionantes que seriam estruturais para garantir a permanência e desenvolvimento integral de jovens em seus territórios rurais. Pode-se considerar que, se comparada ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a concepção da PNEEJC representa um recuo ou inclusão parcializada na estratégia de promoção da cidadania juvenil no campo.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DOCUMENTOS

A corda de sisal é um material resistente e flexível, com várias utilidades. Ela é resultado do trabalho humano de emaranhar vários fios, construindo uma forte unidade capaz de suportar toneladas de peso sem quebrar. Cada fio que se adensa à corda, torna ela mais potente. Cada fio rompido pode diminuir sua resistência, mas não compromete sua unidade totalizadora tal como ocorre em um elo fraco de uma corrente. A corda de sisal é “chave de leitura” para compreender a dinâmica dos coletivos de jovens do semiárido baiano, a partir dos documentos analisados nessa seção.

Para tecer a trajetória de formação, organização e atuação dos coletivos de jovens do semiárido baiano, foram selecionados documentos institucionais que registram depoimentos, conceitos e ações engendradas nos processos de construção da identidade coletiva e participação cidadã nas políticas públicas no contexto da agricultura familiar da região sisaleira da Bahia. Neste sentido, as análises se direcionam ao capítulo Projeto Juventude e Participação Social do livro *Frutos do Brasil: histórias de mobilização juvenil*, publicado em 2006, e aos relatórios institucionais do MOC dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

O livro “Frutos do Brasil” coloca em relevo depoimentos das lideranças juvenis que atuavam na coordenação dos coletivos de jovens e nas comunidades rurais da região sisaleira da Bahia, explicitando a importância dos movimentos sociais do campo e da auto-organização da juventude rural para a conquista de oportunidades e direitos sociais, perspectivando a transformação da realidade do semiárido. Esse é o principal motivo para que o capítulo do livro “Projeto Juventude e Participação Social” seja considerado como uma fonte relevante para a análise em questão, ainda que este documento institucional produzido pela Agência de Mobilização Social Aracati não seja suficiente para a compreensão da totalidade da experiência e do desenvolvimento pleno das capacidades dos coletivos de jovens.

Os relatórios anuais do MOC, no período de 2004 a 2008, registraram a concepção e desenvolvimento do processo de auto-organização da juventude rural e dos projetos de intervenção nas políticas públicas construídos pelo protagonismo social dos coletivos de jovens. Essa escolha de documento e período de tempo se justifica também pelo envolvimento do pesquisador com os trabalhos do Programa de Políticas Públicas do MOC, como técnico em desenvolvimento comunitário que se especializou em educação popular com jovens rurais na prática. Neste sentido, a memória é um recurso relevante para a tessitura dos fios de análise, a fim de realçar saberes, conflitos e sínteses da experiência vivida que foram excluídos (muitas

vezes por limite de espaço na publicação) do discurso institucional de prestação de contas das ações desenvolvidas com a juventude rural, ao longo do período analisado.

3.1. FRUTOS DO BRASIL NA REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA

No ano de 2005, a experiência de participação dos coletivos de jovens do semiárido baiano foi selecionada para integrar o livro “Frutos do Brasil: histórias de mobilização juvenil”, produzido pela jornalista Neide Duarte. Partiu da equipe do Programa de Políticas Públicas do MOC a iniciativa de inscrever o Projeto Juventude e Participação Social na seleção promovida pela Aracati, em diálogo com as lideranças juvenis do referido movimento. Com muita sensibilidade, Neide descreveu a paisagem do sertão, as pessoas do semiárido e o modo de vida da região sisaleira da Bahia. Ela visitou quatro municípios, onde foi recebida pelos/as militantes juvenis, seus desejos e projetos.

A primeira parada do roteiro foi em Salgadália, com o coletivo de jovens de Conceição do Coité na delegacia sindical do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares. Naquela ocasião, havia uma reunião de jovens e de trabalhadores/as rurais para tratar de propostas voltadas ao desenvolvimento da comunidade. “A cultura do sisal predomina na economia rural do distrito, assim como de boa parte dos municípios que pertencem a esta região, como explicou o jovem Melquisedeque” (Duarte, 2006, p. 116).

Denúncia, esperança e ação se articulam nos depoimentos das lideranças juvenis. O trabalho penoso no cultivo do sisal não deixou de ser lembrado por aqueles e aquelas que ingressaram precocemente nas atividades agrícolas. “A gente cortava palha com dez, doze anos”, segundo Melquisedeque⁶².

Trabalho infantil e mutilações são faces da mesma moeda na lida do sisal. O depoimento de Marilúcia indica que um jovem de 16 anos havia perdido a mão na máquina de desfibrar o sisal. Jailson explica que o desfibramento do sisal é o trabalho mais perigoso, pois:

(...) você está sujeito a perder um braço, porque não tem uma única proteção para você que vai desfibrar; depois tem que ir para o campo para secar e aí tem outro processo na bateadeira, para depois ele ser comercializado. Aqui um quilo de sisal é um real, depois que ele sai da bateadeira ninguém sabe, acho que aqui nenhum sabe o preço de um quilo de sisal quando vai para o exterior (Duarte, 2006, p. 117).

⁶² Ibid., p. 117

A consciência da exploração do trabalho rural também está presente na fala do Melquisedeque:

(...) estão exportando o nosso sisal, fruto da gente, da mão-de-obra da gente, que a gente faz com tanto carinho, com tanto trabalho, com tanto sacrifício... quem acaba ganhando são os grandes empresários que compra o “sinal” aqui nas bateadeiras e revende, exporta para outros países (Duarte, 2006, p. 117).

Para Maria Luzia do Carmo, a cultura do sisal poderia trazer mais benefícios para Salgadália, caso o distrito fosse emancipado. A reivindicação por autonomia pode ser entendida como indignação com a distribuição desigual das riquezas geradas pelo trabalho no campo. Mas não para na denúncia, porque os problemas são encarados como desafios a serem superados, como projetos a serem construídos pela ação coletiva.

O sisal aqui em Salgadália tem uma renda muito grande, uma renda de 534 mil reais, então a nossa sede de emancipação política é porque se essa renda ficar aqui, Salgadália vai ter progresso principalmente no sisal. A renda vai ficar aqui e o jovem vai ter emprego, vai se interessar mais pelo sisal, não como forma de estar na mão-de-obra, mas como uma questão de gestão e tudo mais. São 534 mil reais que não ficam aqui, vão para Conceição do Coité; então, imagina se ficasse aqui (Duarte, 2006, p. 119).

Uma coisa que nós da juventude pensamos em é conseguir cursos para que as pessoas possam se aperfeiçoar no trabalho do sisal, para que a gente mesmo comece a fazer coisas, comece a vender, a mostrar o nosso produto, o que a gente sabe fazer para as outras comunidades (Duarte, 2006, p. 119).

Para Neide Duarte, os/as jovens reconhecem o papel estratégico do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Coité para o desenvolvimento comunitário e inclusão social da juventude da agricultura familiar⁶³. Eles/as acreditam nas formas de ação coletiva para permanecerem no campo, conforme depoimento da jovem Betânia:

Salgadália é tudo o que a gente tem, em termos de escola, de estudo, de família, tudo está aqui. A gente tenta se manter aqui porque é nossa realidade, nossa vida. Não adianta sair daqui, do nosso cotidiano, para se habituar em outro ambiente. A nossa luta é justamente essa: para que a gente jamais precise dizer olha eu, vou sair daqui porque a minha terra não oferece condições para eu viver (Duarte, 2006, p. 119).

A relação das lideranças juvenis com o Projeto Juventude e Participação Social (PJPS) fica mais nítida no depoimento da jovem Maria Luzia do Carmo:

⁶³ Ibid., p. 118-119.

A gente se reúne todo mês nas oficinas do PJPS (Projeto Juventude e Participação Social) com os jovens coordenadores dos outros 22 municípios envolvidos no projeto. E a gente percebe a dificuldade de cada município, de cada região. A gente percebe o quanto é bom a juventude estar se organizando. A gente já trabalhava, já se organizava enquanto juventude dentro do sindicato, mas esse projeto veio aprimorar assim, ainda mais (Duarte, 2006, p. 119-120).

Chamou a atenção de Neide Duarte a capacidade de organização daqueles/as jovens rurais para buscar melhorias na comunidade. A revitalização da praça que fica no centro do distrito de Salgadália foi uma iniciativa discutida pelos/as jovens rurais e reivindicada junto à Câmara de Vereadores do município de Conceição do Coité.

Falando em beneficiamento à população rural, eu digo que de qualquer forma o jardim da praça aqui da sede de Salgadália também é uma forma de beneficiamento. Mesmo as pessoas que moram na zona rural, no fim de semana, vêm aqui até a praça de Salgadália para se reunir com amigos, até mesmo para namorar..., segundo a jovem Marilúcia (Duarte, 2006, p. 120).

Eu posso dizer que essa praça significa tudo para mim. Salgadália não tinha diversão e agora, aos domingos e todos os dias, nós temos a praça, assim, toda bonita. É uma coisa que nós conseguimos pela vontade do jovem, pelo nosso trabalho, conforme depoimento do jovem Melquisedeque (Duarte, 2006, p. 120).

Essa praça para gente é tudo. Hoje, dia de domingo, você vai às duas da tarde e está um movimento enorme o dia inteiro até o final da noite, isso me enche os olhos, de acordo ao depoimento da jovem Maria Luzia do Carmo (Duarte, 2006, p. 120).

Eles/as não querem migrar para as áreas urbanas, pois, como visto, não abrem mão do modo de vida da agricultura familiar, sentem orgulho de ser jovem rural. Mas ficar na zona rural não significa se conformar com a pobreza, com o trabalho infantil, com a negação de direitos. Querem realizar projetos de vida na zona rural, sem abrir mão da busca por melhor qualidade de vida.

Uma questão também de preocupação nossa é conseguir a melhora da qualidade de vida do pessoal que mora na zona rural. Se as comunidades rurais estiverem bem, a comunidade urbana também vai estar bem, conforme depoimento da jovem Clécia (Duarte, 2006, p. 120).

Mais de 150 km separam o município de Conceição de Coité de Monte Santo, na região sisaleira da Bahia. Em Monte Santo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais também emprestou sua sede administrativa para a reunião do coletivo de jovens. Deixar de ser socialmente invisível é um desafio para jovens rurais da região sisaleira da Bahia. Em muitas circunstâncias, faltam-lhes as condições básicas que estruturam a cidadania, como o documento de identidade.

Dentro do coletivo mesmo tem alguns projetos que os jovens poderiam participar, mas acabam perdendo por não ter documentos de identidade. Aí a gente insistiu junto à Secretaria de Jovens e fizemos um levantamento e chegamos a um número de 45% de jovens na nossa região que não têm identidade. Falta de incentivo dos pais, está lá na zona rural e pensa assim: eu moro na zona rural não preciso dessa história de documento. E aí o que acontece? Quando eu tirei a minha demorou uns 90 dias, três meses, agora está demorando uns seis meses, os jovens não têm aonde tirar, às vezes acaba indo até em outro município..., segundo depoimento da coordenadora do coletivo de jovens de Monte Santo (Duarte, 2006, p. 122).

O desejo de construir projetos produtivos voltados para o contexto do semiárido que sejam capazes de incluir jovens rurais é manifestado por Heraldo:

A gente vai trabalhar já este ano com o beneficiamento do umbu, já tem pessoas do grupo que fizeram o curso prático e já sabem produzir desde o doce, a geleia do umbu, o suco e a polpa (...)

A nossa perspectiva para esse ano é ter jovens trabalhando em sua própria comunidade e sem pensar em querer sair da sua terra, para ir para as grandes cidades (Duarte, 2006, p. 122)..

A busca pela permanência de jovens no campo tem um duplo conteúdo: de um lado, enfrentar o problema do êxodo da juventude rural; de outro, valorizar e fortalecer a agricultura familiar do semiárido. Essa consciência pode ser atribuída às vivências com os movimentos sociais do campo, como aponta a jovem Ludimila, do município de Araci:

(...) A gente não chegou aqui à toa, a gente já tinha participado de outros movimentos sociais e também religiosos aqui na nossa cidade. Somos de associações comunitárias, igreja, grêmios estudantis, sindicatos de trabalhadores rurais, movimento de mulheres trabalhadoras rurais, associações de pequenos agricultores (APAEB) e também de jovens comunicadores e comunicação juvenil, ou seja, viemos de todos esses movimentos e hoje somos o Coletivo de Jovens de Araci e queremos lutar por dias melhores na nossa região sisaleira (Duarte, 2006, p. 124).

Os movimentos sociais e organizações populares mencionados por Ludimila contribuíram para alargar a participação dos jovens nos espaços de controle social das políticas públicas. Até ali, os coletivos de jovens não possuíam personalidade jurídica, geralmente exigida para compor conselhos de políticas públicas. Então, muitas vezes os jovens buscavam os sindicatos de trabalhadores rurais, a APAEB e as associações comunitárias para o exercício do direito a voz e a voto nesses espaços de participação na administração pública municipal.

Para Ludimila, como conquista, nós temos a atuação de jovens em conselhos municipais de educação, saúde, alimentação, merenda, no Conselho da Criança e do Adolescente e também

no Fórum de Cidadania⁶⁴. Enquanto que, para Dailson Andrade, o desafio é representar a identidade e os interesses da juventude rural nos espaços ocupados. Nas palavras dele:

(...) buscar o nosso lugar dentro de todos os Conselhos que existem. Não só ficar representando outros e sim mostrar nossa identidade, nosso objetivo maior eu acho que é esse, mostrar a identidade para o jovem e a cara do jovem. As coisas que a gente precisa para crescer mais, para que no futuro ele (o jovem) tenha orgulho de dizer que é sertanejo, como dizia Euclides da Cunha, o poeta, “sertanejo é, antes de tudo, um forte”, então a gente tem que ser isso mesmo e não ter medo de dizer “eu sou sertanejo, com muito orgulho”. É de pessoas assim que a gente precisa para crescer mais e mais (Duarte, 2006, p. 125).

Essa identidade sertaneja indicaria um forte elemento mobilizador discursivo, marcando de forma indelével a experiência juvenil nos coletivos de jovens. Pensar, sentir e agir como jovem sertanejo com autoestima elevada. Dailson não era a principal liderança do coletivo de jovens do município de Tucano, mas estava se preparando para algo muito maior: atuar como coordenador geral dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia. Essa trajetória pessoal forjada em coletividade se deu sem pressa, vivenciando cada curso, cada intercâmbio e conquistando a confiança de todas as lideranças juvenis de mais de 20 municípios do semiárido baiano.

Participar e acionar os movimentos sociais do campo potencializou também o desenvolvimento de projetos voltados para pautas de interesse da juventude, como apontou Ludimila:

Temos também o nosso projeto de reciclagem e nós damos o nome de “Agente do Meio Ambiente”. Também temos os poços artesanais, que é um projeto nosso, para estar dando aos jovens da zona rural a possibilidade de um trabalho e renda. A nossa ideia é a criação do camarão, porque nos poços perfurados aqui em Araci a água é salgada, por isso a questão do camarão, a água não dá para o consumo humano, mas precisamos de uma política pública para viabilizar esse projeto (...)

Agora vamos apresentar um teatro feito só por mulheres, que vão mostrar como é a nossa cultura e como a gente é aqui em Araci (Duarte, 2006, p. 125).

Muitos coletivos de jovens eram coordenados por lideranças juvenis do sexo feminino, a exemplo dos municípios de Araci, Serrinha, Tucano, Capim Grosso, Quijingue, Monte Santo, Quixabeira. Nesses e em outros municípios, a atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) conquistou espaços na direção dos sindicatos. Nalguns casos, existia na estrutura organizacional dos sindicatos uma secretaria específica para mulheres, em outros a secretaria era de mulheres e jovens. O MOC desenvolvia ações voltadas para o

⁶⁴ Ibid., p. 126.

fortalecimento da participação das mulheres trabalhadoras rurais nos sindicatos e no MMTR, bem como fomento a projetos de inclusão produtiva das agricultoras familiares. Esse precedente de experiências de luta pela igualdade de gênero e emancipação feminina foi incorporado aos coletivos de jovens. Vale mencionar que essa temática fez parte do processo de formação de lideranças dos coletivos de jovens, sendo ministrada pela equipe de Gênero do MOC (MOC, 2007).

A troca de experiências possui uma dimensão educativa potente dos movimentos sociais do campo e foi muito utilizada pelos coletivos de jovens como forma de compartilhar aprendizagens e fortalecer ações comuns de interesse da juventude rural. O depoimento do jovem David, do município de Tucano, apresenta este elemento:

No ano de 2004, em parceria com o MOC e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nós jovens fizemos uma viagem de intercâmbio pela região sisaleira, onde a gente pôde observar que as experiências trabalhadas aqui com os jovens deixaram a gente muito esperançoso, que a vida no campo tinha condições de ser melhor para o jovem. Logo após, a gente promoveu o 1º Congresso Municipal de Jovens, onde participaram os jovens da zona rural e da zona urbana do município de Tucano. E como encaminhamento desse congresso, a gente priorizou um cursinho pré-vestibular. Porque a gente sabe que mesmo no campo, a necessidade de o jovem ter uma qualificação é de fundamental importância. E conseguimos também o curso de políticas públicas e gerenciamento de propriedade (Duarte, 2006, p. 125).

É possível notar que o sindicalismo rural é uma referência importante para a juventude que se organiza nos coletivos de jovens do semiárido baiano. Mas é importante considerar que os desejos dos jovens em algumas circunstâncias entram em conflito com a visão das lideranças sindicais já constituídas. Neste sentido, uma iniciativa de curso pré-vestibular pode contrastar com a luta pela permanência do jovem no campo, pois o município de Tucano não tinha estabelecimentos de ensino superior. Mesmo a oferta de ensino superior de caráter público existindo em municípios próximos, como em Serrinha e em Euclides da Cunha, as universidades não trabalham com currículos que problematizam a realidade do campo no contexto do semiárido. Aí reside um problema, que do ponto de vista do sindical, era expressado objetivamente pela perda da identidade forma de agricultor ou agricultora familiar.

É possível considerar que as lideranças do sindicalismo rural compartilham do entendimento de que o campo precisa de professores, médicas, agrônomas, arquitetos, entre outros profissionais, podendo estes e estas estarem aliados nas ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Porém, o ou a jovem rural, ao assumir formalmente uma profissão distinta daquela vinculada à unidade produtiva familiar, perde sua condição de ser representado/a pelo sindicato como base social da agricultura familiar. Inclusive, algumas

lideranças sindicais discordavam da ideia de os coletivos de jovens serem um espaço aberto à participação de jovens da zona urbana dos municípios da região sisaleira da Bahia.

Entretanto, os coletivos de jovens extrapolam essa limitação da estrutura sindical, apontando novas possibilidades de vivenciar a condição juvenil rural e de classe trabalhadora, sem negar a importância do movimento sindical tampouco a permanência sustentável do/a jovem na agricultura familiar.

Ludimila, coordenadora do coletivo de jovens de Araci, reforçou o desejo daqueles jovens de continuar no campo, mobilizando os saberes da convivência com o clima semiárido: “para que a gente não tenha que estar partindo para outras cidades e que a gente aprenda a conviver com a seca, porque a nossa região é semiárida, não é uma coisa mais de tentar acabar com a seca e sim aprender a conviver com a seca”, segundo a coordenadora do coletivo⁶⁵.

Não se trata de uma visão ingênua em relação aos problemas enfrentados pelos municípios do semiárido baiano. A reivindicação da identidade juventude rural e o desejo de permanecer no campo carregam uma forte percepção crítica das desigualdades sociais daquele contexto adverso.

A nossa cidade de Quixabeira fica a 300 quilômetros de Salvador. Cultivamos aqui mandioca, mamona, milho, feijão, melancia, abóbora, nós temos solo, só falta a chuva. A população de Quixabeira é de 9460 habitantes, 6632 na zona urbana e 3128 na zona rural. A nossa arrecadação é insuficiente, o município depende das receitas estaduais e federais, a arrecadação per capita no município é de 60 centavos. É como a gente percebe a pobreza que se alastra e a gente está tentando aprender a conviver melhor com essas situações.

Diante de toda essa problemática que o município vive, dessa pobreza, era necessário que nós jovens tomássemos uma atitude; ao surgir o projeto PJPS, nós reunimos os jovens do município e estamos começando a trabalhar, criar alternativas para que os jovens sobrevivam aqui e sobrevivam bem, conforme depoimento de Fábio, coordenador do coletivo de jovens de Quixabeira (Duarte, 2006, p. 126).

A organização dos coletivos de jovens buscava a mobilização ativa da juventude rural para superar os desafios circunscritos pelas desigualdades regionais, a partir da perspectiva de que o/a jovem é capaz de construir possibilidades de participação cidadã, entre as quais, a intervenção nas políticas públicas. O depoimento de Patrícia, coordenadora do coletivo de Pé de Serra, destaca que:

A nossa maior preocupação é inserir a juventude na sociedade, mostrar à juventude o quanto é necessário à sua participação nas políticas públicas. Será que a juventude não pode ajudar a juventude? A maioria dos jovens não pensa muito em se organizar, estão mais curtindo festa, diversão. Eles não pensam na importância, no papel que eles têm

⁶⁵ Ibid. p. 125.

dentro da sociedade. É uma minoria que está mobilizada, mas com garra, com força, a gente começa a tocar os outros jovens (Duarte, 2006, p. 126).

O caminho das políticas públicas passa por conhecer a legislação municipal e assumir uma atitude propositiva a partir das necessidades sociais da juventude rural. O depoimento de Janilde Oliveira, coordenadora do coletivo de jovens de Capim Grosso, que:

Essas leis orgânicas dos municípios não são elaboradas pelo pessoal do município, mas por uma empresa em Salvador, que faz para toda a região; eles não conhecem a nossa realidade. Até a questão dos recursos, eles não passam nem perto do que nós vivemos. Por exemplo, para a área da agricultura só destinavam 40 mil reais, sendo que a nossa região é principalmente rural, nossas cidades são rurais e quem faz a lei orgânica parece que ignora isso. Então, depois que estudamos toda a lei orgânica, fizemos as nossas questões e todas foram incluídas. A gente queria que o prefeito reparasse na questão dos estudantes que saem de Capim Grosso para Jacobina, para fazer faculdade, então eles precisavam de uma bolsa de custos porque o transporte fica muito caro. A gente sugeriu que o prefeito desse um auxílio no transporte para aqueles jovens. E também a questão da agricultura familiar, para que a prefeitura comprasse os produtos e distribuisse nas escolas, na merenda. Outra coisa que falta nas escolas é a educação sexual. O índice de meninas grávidas é muito alto, falta educação, orientação, é tudo muito precário (Duarte, 2006, p. 126)

Em síntese, o recorte de alguns depoimentos das lideranças juvenis e membros dos coletivos jovens - capturados pela lente perspicaz da jornalista Neide Duarte - revela características fundamentais do estágio de consciência organizativa e da participação cidadã da juventude rural do semiárido baiano, quando o Projeto Juventude e Participação Social.

Os relatórios anuais do MOC ajudarão a construir a tessitura capaz de tornar mais inteligível os depoimentos capturados pela aguçada lente da jornalista Neide Duarte, através do livro *Frutos do Brasil*. Reconstituir a concepção e as diversas etapas de organização e participação cidadã nas políticas públicas é um dos objetivos principais da análise dos documentos, a seguir.

3.2. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2004

O Projeto Juventude e Participação Social (PJPS) apareceu no repertório de ações da equipe de Políticas Públicas (POLPUB) no Relatório anual do MOC de 2004, publicado no ano seguinte. O tema central deste relatório é a intervenção e a construção de políticas públicas, compreendendo que os projetos gestados pela referida entidade deveriam contribuir para que os mais pobres e excluídos se inspirem, se organizem, se eduquem e lutem conseqüentemente para conquistar direitos, e, que, portanto, esses direitos sejam garantidos pela efetiva ação do

poder público, respeitando-se o contexto social dos sujeitos e organizações populares (MOC, 2005).

Construir aprendizagens significativas sobre participação, negociação e gestão democrática de políticas públicas se constituía como estratégia do Programa de Políticas Públicas do MOC. No relatório de 2004, a equipe de POLPUB avaliava que “a democratização e qualificação das políticas públicas é um dos maiores desafios do poder público e da sociedade civil no século XXI”⁶⁶. Para tanto, o trabalho educativo desta equipe deveria abarcar duas diretrizes principais. De um lado, estimular o envolvimento de grupos e pessoas, de forma qualificada e na condição de sujeito de direitos, nos processos de tomada de decisão, proposição e monitoramento de políticas públicas; e, de outro, apoiar o processo de intervenção da sociedade civil organizada nos espaços de políticas públicas, como conselhos municipais, comissões e câmara de vereadores, respeitando a identidade e a autonomia das entidades e organizações populares⁶⁷.

No âmbito das ações com jovens rurais, o relatório anual informa que o MOC sempre se preocupou com a inclusão da juventude nos diversos espaços de participação, entretanto, até então, nunca houve uma atuação estratégica tal qual a desenvolvida junto ao movimento de mulheres, às rádios comunitárias, ao movimento sindical⁶⁸. Desde a adesão do MOC ao Programa Jovens Escolhas, numa parceria com o Instituto Credicard, que resultou no apoio ao Projeto Jovens Comunicadores/as Sociais da região sisaleira da Bahia, tanto as entidades parceiras quanto a equipe do MOC apontavam as seguintes questões relativas à juventude:

- a) Embora as entidades sindicais e pastorais trabalhassem com jovens, tais experiências se restringiram a ações pontuais (palestras, seminários e encontros), mas que pouco evidenciavam experiências de auto-organização política e representativa da juventude numa dimensão de identidade política juvenil;
- b) Apesar do número de jovens envolvidos nos processos sociais existentes ser grande, não havia a inserção de jovens nos espaços institucionais (conselhos gestores, fóruns, conferências, entre outros) de discussão e definição de políticas públicas;
- c) A participação do segmento juvenil em cargos diretivos das entidades da sociedade civil pode se dizer que era mero “enfeite de gestão”;
- d) As experiências educativas locais, tanto formais quanto não formais, pouco contribuíam para uma compreensão crítica dos jovens acerca das potencialidades e limites da realidade do semiárido na perspectiva da agricultura familiar;
- e) As regiões Jacuípe e Sisal se caracterizavam pela predominância de economia agrícola, oferecendo poucas oportunidades de geração de ocupação e renda e isso colocava a necessidade de pensar alternativas de geração de trabalho e renda a partir da agricultura familiar a partir da agricultura familiar no contexto do semiárido (MOC, 2005, p. 61).

⁶⁶ Ibid., p. 52.

⁶⁷ Ibid., p. 52-53.

⁶⁸ Ibid., p. 53

Essa compreensão extremamente crítica acerca das experiências sociais com juventude rural desenvolvidas pelos movimentos sociais e organizações populares da região sisaleira da Bahia motivou a criação do PJPS, entre os anos de 2003 e 2004, no âmbito do convênio entre o MOC e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Evidenciar a especificidade da juventude rural enquanto sujeito de direitos pode engendrar conflitos e disputas nos movimentos sociais do campo, ainda que a reivindicação por direitos e por protagonismo juvenil nas lutas sociais sejam legítimas no prisma do princípio democrático da autodeterminação. Como se pode perceber em depoimento de lideranças dos coletivos de jovens, o PJPS se beneficiou enormemente das experiências e processos sociais construídos ao longo dos anos pelas organizações populares e pelo movimento sindical rural. Deste modo, poder-se-ia considerar que o MOC buscava se diferenciar das iniciativas em curso como forma de justificar o financiamento de um projeto social e/ou, ao delimitar uma nova frente de atuação institucional, que tentava se consolidar internamente na entidade e na sua relação com as organizações populares e movimentos sociais historicamente parceiros. Colocava-se em relevo a necessidade de refletir e experimentar processos educativos de afirmação da autonomia da juventude rural enquanto ator político.

Assim posto, pode-se conferir os objetivos do PJPS:

- Contribuir na formação de jovens para o processo de cidadania apoiando iniciativas regionais e municipais de auto-organização política da juventude e formulação, por eles/as, de propostas juvenis de políticas voltadas para a convivência com o semiárido, geração de trabalho e renda e participação em instâncias políticas das regiões Sisaleira e Vale do Jacuípe;
- Incentivar e apoiar processos de organização municipal e regional de coletivos de jovens para participação e inserção da juventude nos diversos espaços de definição e gestão de políticas;
- Capacitar jovens da região em temáticas voltadas para a convivência com o semiárido, fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento territorial sustentável e participação cidadã;
- Mobilizar e articular jovens da região para discussão e formulação de propostas de políticas de educação, geração de trabalho e renda para a juventude;
- Garantir que a participação da juventude na direção das entidades da sociedade civil seja uma oportunidade concreta de gestão, de inclusão política desse segmento e do exercício de 'se aprender a fazer escolhas';
- Possibilitar a participação política da juventude numa ambiência de evolução coletiva dos diversos grupos sociais, com destaque para o envolvimento principalmente da escola, da família e das entidades da sociedade civil como uma estratégia de fortalecimento do território (MOC, 2005, p. 62).

O escopo do Projeto demonstra nitidamente uma concepção orientada para a autonomia e participação cidadã da juventude rural, sem, com isso, negar a importância da participação das organizações populares e do movimento sindical rural nas ações que fortalecem essa perspectiva de protagonismo social da juventude rural. As alianças construídas pela equipe de POLPUB fez com que a área de abrangência do Projeto fosse ampliada para municípios do Vale do Jacuípe, atualmente reconhecido como Território Bacia do Jacuípe, e para Antônio Cardoso e Iará, municípios do atual Território Portal do Sertão, cuja cidade-pólo é Feira de Santana/BA. Então, o Projeto se expandia de 17 para 22 municípios do semiárido baiano, ainda no ano de 2004, perfazendo assim 22 seminários municipais para constituir as coordenações juvenis que foram responsáveis pela organização dos coletivos de jovens no primeiro semestre daquele ano⁶⁹.

Já naquele ano também as coordenações municipais participaram de encontros formativos regionais, pelos quais se estabeleceram laços de solidariedade e identidade regional, apesar das diferenças de gênero, raça, faixa etária (variando entre 15 e 26 anos de idade), distância geográfica e vínculos com os movimentos sociais do campo e com a agricultura familiar no contexto do semiárido baiano. Pode-se considerar, assim, que esses/as jovens partilhavam pouco a pouco uma cultura de movimento e uma identidade coletiva (Melucci, 1989).

O relatório do MOC indica a mobilização de várias ações formativas, como seminários municipais, reuniões dos coletivos de jovens, reuniões regionais com as coordenações dos coletivos municipais de jovens e bolsas de apoio para o trabalho das coordenações municipais (Idem, p. 63). Vale salientar que essas bolsas de apoio apenas custeavam o deslocamento das coordenações juvenis e outros jovens rurais da zona rural para a zona urbana dos municípios. Na concepção do Projeto, a estratégia de autonomia dos coletivos de jovens passava também por ter condições efetivas de se organizar e definir sua agenda de atividades em âmbito municipal. Na maior parte dos municípios, a reunião dos coletivos de jovens acontecia na sede administrativa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (STRAF), que, em alguns casos, forneciam lanches para acolher os/as jovens rurais. Em alguns casos, a direção dos sindicatos dava informes sobre as lutas sindicais e abordavam a importância da sindicalização da juventude.

O relatório destacou alguns avanços alcançados pela organização dos coletivos municipais e regional de juventude, a saber:

⁶⁹ Ibid.

- discussão e compreensão crítica da proposta de trabalho e da realidade da juventude;
- formação e organização dos Coletivos Municipais de Jovens com participação dos segmentos juvenis ligados aos grêmios estudantis, jovens comunicadores, pastorais de Igreja, STRs, Associações Comunitárias, entre outros, e escolha de jovens para a coordenação regional e municipal do Projeto, pelos próprios jovens;
- formação e organização do Coletivo Regional de Jovens enquanto fórum de representação local e deliberação de ações da juventude no Projeto;
- desenvolvimento de iniciativas e trabalhos locais dos jovens planejadas e executadas, em parceria com entidades dos movimentos sociais, pelos Coletivos Municipais de Jovens;
- em nível de coordenação regional, maior empoderamento dos jovens no processo de cogestão, planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Projeto (MOC, 2005, p. 63).

Para ser coerente com a concepção de juventude rural adotada, foram previstas e desenvolvidas ações que estimulavam a percepção crítica das lideranças dos coletivos de jovens sobre o andamento do Projeto. Significa dizer que aumentar a qualidade da participação da juventude se constituía como critério relevante para as prioridades de ação do Projeto. O exercício da autonomia juvenil implicava negociar consensos e sínteses coletivas acerca das diretrizes e até mesmo cronograma de execução das ações do projeto, entre equipe de POLPUB e lideranças juvenis.

Esse processo de auto-organização e autonomia se desenvolveu e se fortaleceu ao longo das ações formativas regionais e municipais do Projeto, como as de planejamento e metodologia de trabalho com juventude, de programas e políticas governamentais de juventude, de cooperativismo e economia solidária na agricultura familiar, realizadas na sede administrativa da Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região Sisaleira da Bahia (FATRES), uma associação dos sindicatos da região, em Valente, reunindo mais de 70 jovens rurais em um fim de semana formativo - sábado e domingo -, a cada dois meses⁷⁰. A maioria absoluta dos jovens era estudante de ensino médio, menor parte já havia concluído e um número bem reduzido estava no ensino superior.

Na avaliação da equipe de POLPUB do MOC, aquele processo formativo articulado à dimensão de auto-organização dos coletivos de jovens, contribuiu para:

- compreensão dos jovens acerca de noções, elementos e metodologias de planejamento estratégico na definição e avaliação de ações locais, com enfoque para o trabalho com os Coletivos de Jovens;

⁷⁰ Ibid., p. 64.

- percepção crítica dos jovens quanto aos limites e possibilidades de convivência com o semiárido, sobretudo, no que diz respeito às práticas sustentáveis da agricultura familiar;
- empoderamento do grupo acerca da realidade (a partir de um levantamento de informações nos municípios sobre os conselhos, quanto à composição, regimento, planos, projetos e funcionamento) e importância sobre o controle social das políticas públicas, bem como da participação mais efetiva nestes espaços, como a estratégia de atuação para proposição, discussão, negociação e gestão de políticas setoriais voltadas para a juventude (ênfase nas áreas de educação, saúde, cultura, desenvolvimento rural, comunicação, criança e adolescente);
- empoderamento dos jovens mais diretamente envolvidos no projeto, no que diz respeito ao conhecimento e divulgação de experiências locais de convivência com o semiárido;
- percepção da importância do cooperativismo e do associativismo e entendimento da necessidade de se praticar a economia como elemento de desenvolvimento local sustentável, como instrumento de fortalecimento da solidariedade entre as pessoas, entidades e instituições (MOC, 2005, p. 64-65).

Ainda que o relatório não dê conta deste registro, vale a pena mencionar que as lideranças juvenis que participavam dos encontros formativos regionais na sede administrativa da FATRES eram envolvidas em comissões de trabalho responsáveis pela gestão do encontro. Buscava-se fortalecer a responsabilidade dos jovens com o próprio processo formativo em termos de: místicas e dinâmicas de animação, que cuidava das músicas, atividades grupais e de integração dos/as participantes; organização e limpeza, que cuidava do cumprimento dos horários e da higiene dos dormitórios, da cozinha e dos banheiros; memória/ relatoria e avaliação, que resgata os conteúdos trabalhados, desenvolvia sínteses coletivas e atividades de avaliação para os/as participantes. Embora estimuladas pela equipe de POLPUB, as comissões funcionavam por adesão voluntária e baseada no equilíbrio de gênero para a divisão dos trabalhos.

A cada encontro formativo, havia um revezamento na composição das comissões a fim de que todos os/as 75 jovens participassem da totalidade dos processos de auto-organização dos encontros formativos. O fato de algumas lideranças juvenis já vivenciarem nas atividades de pastorais de Igreja, associações e sindicatos fazia com que a auto-organização do encontro formativo fosse tão bem assimilada a ponto de não depender da equipe de POLPUB como ponto de partida para tal iniciativa. Em alguns casos, essas comissões de auto-organização eram combinadas na chegada dos/as jovens na noite anterior e apenas informada no início do encontro no dia seguinte, conforme se fortalecia os laços de confiança e solidariedade entre os/as jovens.

A auto-organização juvenil no processo formativo regional fortalecia aprendizagens sobre o papel educativo das lideranças dos coletivos de jovens, que passaram a assumir a responsabilidade de educar politicamente os/as jovens rurais de suas respectivas bases de atuação municipal, conforme apontam Elis Souza dos Santos (2009) e Patrícia de Jesus Santos (2012).

O ano de 2004 foi marcado pela disputa eleitoral nos municípios brasileiros e alguns coletivos de jovens se atreveram a participar das eleições municipais de uma forma diferente: apresentando as propostas da juventude aos candidatos a prefeito/a e a vereador/a. Essa ação não fazia parte do escopo do Projeto, pois naquele ano, as ações locais eram mais voltadas para conhecimento da realidade local, através do levantamento de informações sobre conselhos gestores, entidades da sociedade civil e experiências de geração de trabalho e renda na agricultura familiar. No entanto, todas aquelas informações reunidas e refletidas coletivamente pelas lideranças juvenis durante os encontros formativos e reuniões de gestão participativa do Projeto desaguaram num documento de propostas voltadas para as políticas públicas de juventude, que se iniciou no município de Ichu/BA. Bastou a liderança deste município compartilhar a ideia no coletivo regional e outras tantas aderiram à iniciativa, sendo realizados nos municípios de Araci, Antônio Cardoso, Candéal, Conceição do Coité, Irará, Nova Fátima, Nordestina, Pé de Serra, Quixabeira, Retirolândia e Serrinha (MOC, 2005, p. 67).

O espanto com aquele tipo de ação política protagonizada pelos coletivos de jovens foi registrado na página 65 do relatório anual do MOC, pois era uma grande novidade que candidatos a prefeito e a vereador deveriam ter em seus programas de candidatura ações voltadas para a juventude rural. Espantava mais ainda que jovens rurais apresentassem um documento com propostas da juventude para o desenvolvimento local aos candidatos, em que reivindicavam o/a jovem rural ser reconhecido como sujeito de direitos e em que o candidato ou a candidata assumissem o compromisso de colocar em prática e/ou defender a implementação de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, educação, trabalho e renda, lazer e cultura. Em alguns municípios, a equipe de POLPUB teve de atuar como mediador dos debates eleitorais promovidos pelos coletivos de jovens, pois as lideranças juvenis estavam comprometidas com as candidaturas advindas do movimento sindical rural, visando garantir com isso a seriedade, lisura e imparcialidade na disputa de ideias. Eram realmente sinais de “outros tempos”⁷¹.

⁷¹ Ibid., p. 65.

Os seminários municipais sobre geração de trabalho e renda na agricultura familiar do semiárido traziam um quadro bastante desafiador para as perspectivas da juventude rural acerca deste tema, como indica algumas constatações do relatório do MOC:

- a inexistência de experiências de trabalho e renda exclusivamente de jovens que pudessem servir de referência de uma política local;
- que as experiências e oportunidades possíveis estão ligadas, de um lado à área de agricultura familiares em ovino-caprinocultura, avicultura caipira, apicultura, artesanato de sisal, palha, crochê, renda, pedra, etc. e, de outro, prestação de serviços comunitários voltados para assistência técnica e extensão rural, armazenamento e gerenciamento de recursos hídricos para consumo humano, orientação à prevenção de DST/AIDS, segurança alimentar e nutricional, alfabetização de jovens e adultos, reforço escolar para crianças e adolescentes, identificação e orientação e grupos de interesse de jovens e adultos para acesso à crédito rural;
- as poucas experiências existentes de adultos que contam com a participação de jovens não têm o caráter de participação efetiva da mesma (MOC, 2005, p. 66).

De modo geral, pode-se dizer que esse diagnóstico não partia de estudos rigorosos sobre a dinâmica econômica do semiárido baiano, mas evidenciava a percepção de jovens - que fizeram um trabalho prévio de mapeamento em suas comunidades rurais - e das lideranças do movimento sindical rural e associativista da região sisaleira da Bahia que participaram dos seminários municipais organizados pelos coletivos de jovens. Somava-se a essas constatações uma forte crítica à invisibilidade da juventude rural nas experiências de trabalho e renda, embora, como se aponta acima, existisse um potencial reprimido que veio a se transformar em projetos específicos de juventude gestados pelo MOC, no contexto de emergência dos programas e políticas de juventude rural do governo federal, como o Pronaf Jovem e o Consórcio Social da Juventude Rural - Projovem Campo (MOC, 2006 e 2007).

Em Capim Grosso, com apoio do Fórum da Cidadania, o coletivo de jovens elaborou propostas à Lei Orgânica Municipal para atender as necessidades dos/as jovens estudantes de ensino superior, pois eram desejo daqueles/as jovens rurais ingressarem em universidade pública em Jacobina sem abrir mão da convivência com a sua família e comunidade rural. O financiamento de um ônibus pelo poder público municipal poderia atender o direito ao acesso e permanência na educação superior e, ao mesmo tempo, garantir a permanência da juventude rural no campo.

O relatório chama a atenção para os desafios e as perspectivas em relação ao Projeto. É possível realçar algumas percepções que tiveram continuidade nas ações com os coletivos de jovens. Primeiro, o entendimento de que a intervenção nas políticas públicas, mesmo as de juventude, poderiam ser melhor articuladas com o movimento sindical rural e organizações

populares assessoradas pelo MOC; segundo, que o tema da qualificação profissional da juventude rural demandaria maior atuação institucional, articulando-se inclusive com o trabalho de outras equipes do MOC, como a de Assistência Técnica e Extensão Rural; e por fim, que a prestação de serviço comunitário para jovens rurais na área de orientação e prevenção às DST/AIDS e gravidez na adolescência poderia se transformar numa política pública de saúde para a juventude (MOC, 2005).

As práticas sociais desenvolvidas pelos coletivos de jovens da região sisaleira extrapolaram o escopo de ações do Projeto Juventude e Participação Social do MOC. No entanto, os princípios relativos à construção da autonomia e solidariedade da juventude rural enquanto sujeito de direitos e ator político eram cada vez mais reforçados pela atuação das lideranças juvenis nas comunidades rurais e nos movimentos sociais do campo. Foram essas ações coletivas concretas que fizeram a ONG Aracati: Agência de Mobilização Social de São Paulo selecionasse os coletivos de jovens como experiências a fazerem parte do Projeto Frutos do Brasil: Histórias de Mobilização Juvenil.

3.3. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2005

O balanço inicial da equipe de POLPUB aponta que o ano de 2005 consolidou a intervenção institucional do MOC na dimensão de juventude, pois diversas áreas incorporaram o trabalho com jovens rurais, como comunicação social e cultura, ATER, interferência nas políticas públicas, acesso à terra (MOC, 2006). Em outras palavras, isto se traduzia concretamente: lideranças formadas pelos coletivos de jovens se inseriram nos demais projetos da entidade e os/as jovens que integravam os demais projetos passaram a participar dos coletivos de jovens.

Essa constatação se articula com o registro de que se pretendia “criar o Programa de Juventude”, como “resultado mais expressivo da compreensão político-estratégica e reconhecimento institucional do papel do segmento juvenil na construção do desenvolvimento territorial sustentável da região”⁷², atribuindo-se esse avanço à singularidade dos coletivos de jovens. Se o relatório do ano anterior predominava a percepção da juventude rural como sujeito de direitos e ator político, nesta edição se adensa à concepção deste segmento como agente do desenvolvimento territorial. Essa narrativa institucional buscava integrar o MOC às políticas

⁷² Ibid., p. 33.

voltadas para o reconhecimento dos territórios rurais e, depois, aos territórios da cidadania, implementadas pelo governo federal naquela conjuntura.

Talvez mais importante seja realçar uma tentativa provisória de conceituação dos coletivos de jovens pela equipe de POLPUB presente à edição do relatório do MOC, considerando que os “Coletivos Municipais de Jovens atuam e (são reconhecidos pelas entidades locais) enquanto instrumento de organização política e social da juventude”⁷³.

Também se percebe maior nitidez da equipe de POLPUB sobre seu papel de assessoria aos coletivos de jovens, realizando visitas de acompanhamento nos municípios, capacitação regional das lideranças juvenis, numa perspectiva de formação continuada e complementar aquela desenvolvida no ano anterior, bem como assessoria técnica ao Coletivo Regional de Jovens, cujos membros atuavam na coordenação do Projeto Jovem Prevenção juntamente com o MOC⁷⁴. É importante compreender que apenas dois assessores da equipe de POLPUB atuavam na capacitação e assessoria técnica dos coletivos de jovens, sendo que um era professor universitário e outro era estudante universitário. Então, as visitas de acompanhamento aos coletivos municipais de jovens não eram frequentes e quando ocorriam eram no sentido de mediar conflitos entre as lideranças do coletivo de jovens e os dirigentes sindicais, que, às vezes, se sentiam pouco envolvidos com as ações de juventude nas comunidades rurais ou discordavam da natureza das atividades desenvolvidas, entre outros aspectos. De modo que essa mediação procurava “tornar o conflito de ordem pedagógico, através da explicitação dos interesses em jogo e o estímulo às formas de organização democrática para enfrentá-lo, que passe a significar um fator de crescimento político educativo para os atores envolvidos” (Pontual, 2010, p. 5).

Essas visitas também aconteciam para potencializar alguma ação considerada relevante e referencial para a totalidade da experiência de auto-organização dos coletivos de jovens. Enquanto que a assessoria ao Coletivo Regional de Jovens acontecia mensalmente, seja nas noites de sexta ou de sábado, como uma programação extra do encontro formativo, seja nas reuniões específicas do Coletivo Regional, que também aconteciam na sede administrativa da FATRES.

Embora não esteja nitidamente registrado, uma questão que se apresentou como limite e ao mesmo tempo potencialidade dos coletivos de jovens foi a renovação das lideranças municipais e regionais. As lideranças municipais e regionais eram eleitas diretamente em

⁷³ Ibid., p. 33.

⁷⁴ Ibid.

reuniões dos coletivos. A grande maioria delas advinha das comissões municipais de jovens do movimento sindical rural ou até pertenciam ao quadro de direção sindical ou das associações rurais. Entretanto, ao longo de um ano, alguns poucos não se engajaram efetivamente na condução dos processos de auto-organização e formação da juventude rural e foram se dedicar ao trabalho nas unidades produtivas familiares, conseguiram ocupação na modesta rede de comércio e serviços dos seus municípios e outros migraram em busca de melhores oportunidades de emprego, entre outros motivos pessoais. As entidades do movimento sindical e associações rurais participavam de maneira direta ou indireta do processo de renovação das lideranças dos coletivos de jovens.

Naquela época, quando se falava em oportunidades de emprego da juventude rural do semiárido baiano poucas alternativas existiam, entre elas: comércio e serviços na zona urbana dos municípios, concurso público e/ou prestação temporária de serviço para as prefeituras, migração sazonal ou permanente para regiões da Bahia e de outros estados com maior absorção de mão-de-obra pouco qualificada. Dar uma resposta - mesmo que provisória - de enfrentamento a este desafio era uma necessidade premente, no sentido de atender a expectativa dos/as jovens rurais de permanecer no campo e vinculado à agricultura familiar do semiárido, do ponto de vista estratégico da autonomia juvenil. Do ponto de vista da realidade concreta, muitos daqueles jovens rurais estavam sendo pressionados por suas famílias a contribuir com renda dentro de casa. Ao se dedicarem à atuação dos coletivos de jovens, eles/elas deixavam de contribuir no trabalho da unidade produtiva familiar, sobrecarregando aqueles/as que permaneciam, ou, no limite, advinham de famílias que nem sequer tinham terra suficiente para produzir e trocar o excedente por dinheiro para consumo de outros itens necessários à vida doméstica. Como resolver esse problema?

A solução provisória partiu do diagnóstico sobre os limites e as possibilidades de geração de trabalho e renda na agricultura familiar, realizado pelos coletivos de jovens no ano anterior. Um pequeno trecho do depoimento de Janilde Oliveira, liderança do coletivo de jovens de Capim Grosso, para Neide Duarte delimita bem os termos: “falta nas escolas a educação sexual (...) e o índice de meninas grávidas é muito alto, falta educação, orientação, é tudo muito precário” (Duarte, 2006: p. 126). Essa leitura sobre a necessidade da juventude rural motivou a criação do Projeto Jovem Prevenção, que visava a capacitação de jovens multiplicadores na área de prevenção de DST/AIDS e gravidez na adolescência (MOC, 2006, p. 34). Esse Projeto capacitou 96 jovens rurais de 22 municípios para prestação de serviço comunitário de informação, orientação e prevenção de DST/AIDS e gravidez indesejada, como parte do convênio MOC/Unicef. O trabalho de orientação se desenvolvia nas atividades dos coletivos

de jovens, nas atividades do movimento sindical, nas reuniões das associações comunitárias e nos diversos grupos de jovens que tivessem relação com as lideranças juvenis capacitadas pelo Projeto Jovem Prevenção. Para tanto, os/as jovens recebiam uma bolsa-auxílio para desenvolver esses trabalhos no valor de R\$ 100,00/ mês, ao longo de oito meses. Muitas lideranças dos coletivos de jovens aderiram a atuação como jovem multiplicador/a do Projeto.

Na negociação entre MOC e Unicef para o Projeto Jovem Prevenção, formulado pelos coletivos de jovens com a assessoria técnica da equipe de POLPUB, eram previstos seminários municipais e regional de apresentação da proposta de trabalho com a participação das entidades da sociedade civil, oficinas de capacitação dos/as jovens multiplicadores/as, visitas para acompanhamento técnico aos/às jovens multiplicadores/as, além das bolsa-auxílio para 56 jovens rurais, sendo 3 jovens por município, no total de 22 municípios que foram abrangidos pelo Projeto. Como 56 jovens bolsistas passaram a ser 96 capacitados?

Os Coletivos de Jovens realizaram seminários regional e municipais para apresentar, discutir e negociar apoio para o Projeto Jovem Prevenção, junto às entidades locais do poder público (secretarias municipais de saúde, educação, assistência social e câmaras de vereadores) e da sociedade civil (STRs, Pastoral da Família, Associações Comunitárias) e também com empresas privadas. Com isso, o número de jovens multiplicadores bolsistas quase que duplicou (MOC, 2006, p. 35).

Estabelecer alianças locais com o poder público, principalmente com aqueles/as que foram eleitos/as, que participaram dos debates e assinaram a carta de compromisso com as propostas da juventude rural, com o movimento sindical, que acompanhava com o entusiasmo seu trabalho de base da juventude rural ser potencializado pela qualidade das lideranças dos coletivos de jovens e também as associações comunitárias. Nesses termos, a conquista da autonomia juvenil perpassava também pela construção de alianças com entidades fora do repertório institucional do MOC, como empresas privadas locais. Pedro Pontual considera que a educação popular direcionada para a participação cidadã “desenvolve as capacidades comunicativas e de conhecimento sobre o território” (Pontual, 2010, p. 5-6).

Essa resposta era bem limitada se for considerado que como verdadeiro que os coletivos de jovens alcançaram 600 jovens nos territórios Sisal e Jacuípe (MOC, 2006, p. 37). Como ampliar a capacidade de inserção dos jovens em iniciativas geradoras de trabalho e renda no contexto da agricultura familiar do semiárido baiano?

Em Serrinha, assessorou-se, em parceria com a ADS/CUT, o Coletivo de Jovens e a Apaeb-Serrinha na elaboração de um projeto voltado para implantação de 35 pequenos criatórios de abelha e galinha caipira, enquanto oportunidade de geração de trabalho e renda para jovens e mulheres. O projeto está sendo implementado com o apoio da

ADS/CUT e da Fundação Banco do Brasil. Já em Cansanção e Coité, jovens estão desenvolvendo experiências de horta comunitária para comercialização dos produtos no mercado local. Também em parceria com a ADS/CUT e a Cooperativa Caróá, os jovens de Araci estão formando um grupo de beneficiamento de laticínio bovino (MOC, 2006, p. 34-35).

Nos municípios de Antônio Cardoso, Conceição do Coité e Tucano, prestou-se assessoria na elaboração e acompanhamento de projetos referenciais de formação e mobilização social de jovens comunitários, que foram negociados e apoiados junto a CESE. Em Antônio Cardoso, os jovens conseguiram apoio com a Cáritas Brasileira Regional 3, para realização da I Semana Social da Juventude (MOC, 2006, p. 34).

A atuação dos Coletivos tem conquistado reconhecimento pelas entidades parceiras locais e contribuído para a emergência de lideranças juvenis. No município de Nordestina e Araci jovens foram eleitos para o Sindicato de Trabalhadores Rurais (MOC, 2006, p. 35).

Enquanto perspectiva, ainda em 2005, as coordenações municipais discutiram e conceberam o Planejamento Estratégico do Coletivo Regional de Jovens, que define objetivos e linhas prioritárias de atuação da experiência juvenil. Dentre as definições para 2006, foram priorizadas ações voltadas para o acesso de jovens ao Pronaf Jovem e ao Programa Nossa Primeira Terra (Crédito Fundiário/ MDA), enquanto oportunidade de geração de renda e permanência da juventude no campo. Noutra dimensão, os jovens identificaram a necessidade de criar uma coordenação regional executiva que fortaleça a identidade de juventude e autonomia política da experiência, deixando de ser apenas 'projeto' e assumindo o caráter de CRJPS (MOC, 2006, p. 36).

Duas outras linhas de trabalho a serem priorizadas pelo CRJPS, para 2006, dizem respeito ao desenvolvimento de ações de comunicação e cultura, em parceria com a AMAC, através do Programa Ação Cultura Viva (Ponto de Cultura), convênio MOC e Ministérios da Cultura e do Trabalho. E, depois de muitas negociações institucionais entre o Instituto Aliança e o Ministério do Trabalho, serão iniciadas as capacitações e qualificações técnicas nas linhas de comunicação social, caprino-ovinocultura, teatro e apicultura através do Consórcio Nacional da Juventude Rural, que envolverá, inicialmente, 150 jovens dos Coletivos das Microrregiões Sisal e Vale do Jacuípe da Bahia (MOC, 2006, p. 36).

A busca por alternativas se movia na velocidade do ímpeto da juventude rural de ocupar espaços nos movimentos sociais e na gestão de políticas públicas. Mesmo que as primeiras tentativas não resultassem em acertos e as negociações não tivessem avanços significativos, os coletivos de jovens não desistiam. A fibra do sisal não arrebentava. Por mais precárias que as respostas parecessem, cada pequena conquista de projeto, de espaço ocupado, de parceria negociada era celebrada nas reuniões do Coletivo Regional de Jovens. E o que dava certo em um município poderia dar certo em outro. A troca de experiências era a base da construção de saberes da participação cidadã das lideranças juvenis. As práticas de autogestão (no sistema interno) e cogestão (nas relações externas), estimulou nos coletivos de jovens a assumirem “atitudes de corresponsabilidade e a prática de parceria entre os atores sociais na resolução de problemas e construção de alternativas para o desenvolvimento com equidade (Pontual, 2010).

O contato com movimentos juvenis fora da região sisaleira da Bahia apontava que era possível alcançar novos espaços de participação cidadã e, com isso, fortalecer o protagonismo social da juventude rural da agricultura familiar no contexto do semiárido.

Jovens da região participaram de diversos espaços de intercâmbio para conhecimento e troca de experiências de trabalho com juventude rural, no Campo da Sementeira (SERTA), em Glória do Goitá (PE), e também marcaram sua participação política no I Congresso Regional Juventude e Trabalho, em Recife. Já em Brasília, participaram do encontro das oito experiências de mobilização juvenil, selecionadas pela Aracati. Também, em Brasília, uma representante do Coletivo de Jovens participou do II Vozes Jovens, com apoio da Coordenação de Juventude da SRA/MDA, para discutir e traçar políticas de juventude a serem implementadas pelo Governo Federal. Enquanto em Gramado, 45 jovens de diversas experiências juvenis, da região, participaram e divulgaram suas experiências na Jornada Nacional do Jovem Rural, evento que contou com a participação de mais de 200 jovens rurais de todos os cantos do Brasil, apoiado pelo Instituto Souza Cruz e entidades parceiras, entre elas o MOC e o SERTA (MOC, 2006, p. 36).

Nem de longe o MOC era uma entidade de referência no trabalho com juventude rural quando os coletivos de jovens ganharam visibilidade. Grande parte da sua notoriedade vinha de um trabalho muito consistente e de forte impacto com o movimento sindical rural no combate ao trabalho infantil na zona rural, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na segunda metade da década de 1990. Eram novos tempos. Tempos dos coletivos de jovens que desafiavam a inteligência coletiva de uma entidade de apoio aos movimentos sociais, fundada em 1967 no município de Feira de Santana/BA. E a conjuntura nacional do primeiro governo democrático popular favorecia, com o advento dos programas e políticas públicas para a juventude rural. Favorecia a aliança com o movimento sindical rural para que jovens fizessem parte da direção sindical e que os coletivos de jovens tivessem autonomia para negociar projetos com entidades do seu próprio arco de alianças. Com isso, criavam-se as condições para uma nova etapa na conquista de autonomia pela juventude rural dos coletivos de jovens no semiárido baiano.

3.4. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2006

A participação cidadã dos coletivos de jovens tem maior destaque nesta edição do relatório anual do MOC. As lideranças juvenis pelejavam para que os conselhos municipais de juventude se tornassem realidade. O primeiro governo Lula já havia criado o CONJUVE, em 2005. Seria possível criar conselhos voltados para discutir políticas públicas de juventude no semiárido baiano?

Segundo o relatório, os coletivos de jovens de Conceição do Coité, Pé de Serra, Quixabeira, Retirolândia, São Domingos e Valente já estavam avançados nos processos de negociação com a administração municipal para a criação do Conselho Municipal de Juventude (MOC, 2007). Durante muitos anos, o MOC assessorou conselhos municipais em diversas áreas, como desenvolvimento rural, assistência social, criança e adolescente. Esse trabalho consistia basicamente em prestação de assessoria técnica para capacitar os conselheiros na elaboração de diagnósticos e de planejamento das ações dos conselhos, bem como no fortalecimento da capacidade de fiscalização da administração pública (MOC, 2005). Essa atuação institucional se justificava pela fragilidade dos conselhos e principalmente das entidades da sociedade civil em desenvolver o controle social das políticas públicas. Se esses conselhos penavam para existir e cumprir funções estabelecidas em lei, sobretudo, quando os gestores públicos eleitos não demonstravam qualquer respeito ao princípio do diálogo democrático e à transparência na gestão dos recursos públicos, por que aquela novidade dos conselhos municipais de juventude vingaria?

É bem verdade que em 2006 existiam pouquíssimas experiências de conselhos municipais de juventude pelo Brasil afora. Um ano antes, através do intercâmbio com os agentes de desenvolvimento do SERTA, em Glória do Goitá, os coletivos de jovens viram que é possível criar um conselho municipal de juventude no semiárido nordestino, pois existia uma iniciativa protagonizada por movimentos juvenis e organizações populares no agreste pernambucano (MOC, 2005: p. 36).

Em 05 municípios da região (Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos e Quixabeira) os jovens se mobilizaram, discutiram uma proposta e participaram de sessões especiais e apresentaram às Câmaras de Vereadores Projetos de Lei de Iniciativa Popular para criação dos Conselhos Municipais de Juventude. Há projetos de lei em tramitação em 04 municípios e em Retirolândia já foi aprovado e será realizada a I Conferência Municipal de Juventude para definição das diretrizes que fundamentarão a política municipal de juventude e escolha dos representantes. Em Riachão de Jacuípe, após atuação dos jovens junto à Câmara de Vereadores, foi formada uma comissão de jovens para construir a proposta de Projeto de Lei, visando o Conselho Municipal de Juventude (MOC, 2007: p. 57).

O coletivo de jovens de Retirolândia contou com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), mediante a apresentação de um projeto voltado para o fortalecimento do protagonismo juvenil nas políticas públicas, assessorado pela equipe de POLPUB do MOC. Esse projeto financiou a capacitação das lideranças juvenis sobre a legislação municipal e funcionamento dos processos legislativos, na perspectiva da participação popular. Encontros municipais de juventude realizados para apresentar e discutir a natureza da proposta de

intervenção, pois haveria duas possibilidades com razoável nível de viabilidade junto ao poder público. Um caminho seria a apresentação e negociação da proposta de criação do conselho junto ao prefeito, que, por sua vez, poderia criar uma portaria constituindo este espaço de participação da juventude ou um projeto de lei do poder executivo direcionado ao legislativo municipal.

Ao optar pelo caminho mais árduo, de um projeto de lei de iniciativa popular, o coletivo de jovens percorreu escolas e comunidades rurais para dar visibilidade e conquistar adesão da juventude rural à proposta de criação do conselho municipal de juventude. O Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Retirolândia foi um aliado de primeira hora nesta empreitada, pois a tarefa não era fácil. De acordo com o estudo da lei orgânica municipal realizada pelas lideranças juvenis, o coletivo de jovens precisava de contar com a assinatura de 5% do eleitorado de Retirolândia para se adensar ao projeto de lei de iniciativa popular e muitos jovens que abraçaram a ideia não tinham título de eleitor. A documentação básica de exercício dos direitos políticos não era tão acessível, como demonstrou Cláudia, coordenadora do coletivo de jovens de Monte Santo (Duarte, 2006). Daí a importância da aliança com o sindicato e as associações rurais para conquistar a lei do conselho municipal de juventude com o protagonismo da juventude rural. Além do STR, juntaram-se a essa movimentação juvenil a AMAC e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que teriam assentos no conselho, garantido pela proposta de lei. Não seria exigido CNPJ das organizações juvenis, como ocorre em outros conselhos de gestão de políticas públicas, mas seriam solicitadas declarações dos seus integrantes sobre a atuação das organizações juvenis. Foi assim que o Coletivo Regional Juventude e Participação Social (CRJPS) e o coletivo de jovens de Retirolândia participaram da primeira experiência de Conselho Municipal de Juventude na região sisaleira da Bahia.

Ao mesmo tempo, a relação com outras experiências e movimentos juvenis do campo e das cidades se aprofundava, mediante a ocupação de novos espaços de participação juvenil em nível nacional:

Os jovens hoje estão inseridos numa Rede Regional de Trabalho, coordenada pela Assocene (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste), e, integram a Rede Nacional de Jovens Rurais apoiada pelo Instituto Souza Cruz que congrega as principais ONG que desenvolvem trabalho com jovens do campo no Brasil (MEPES-ES, CEDEJOR RS, SC e PR, PROJOVEM-SP, SERTA-PE e MOC). Além disso, a experiência regional já foi premiada com capítulo de livro (Frutos do Brasil - jornalista Neide Duarte, Aracati-SP) (MOC, 2007, p. 55)

Participação nas diversas experiências de protagonismo de juvenil – Conferências Estadual e Nacional, I Jornada Nacional da Juventude Rural e Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira (15 pessoas enviadas para 06 estados e a região recebendo mais 15 jovens de 06 estados) (MOC, 2007, p. 55).

Os intercâmbios oportunizaram jovens rurais a viajarem de ônibus e de avião para fora da Bahia. E não havia deslumbramento com aquilo, mas sim a responsabilidade de representar bem as ideias e os projetos desenvolvidos pelos coletivos de jovens, bem como conhecer novas culturas e modos de vida relacionados à agricultura familiar nas regiões Sul, Sudeste e Norte do Brasil. Era no fórum do Coletivo Regional de Jovens – que nesta edição do relatório já aparece como CRJPS que se definiam democraticamente critérios para ocupar as vagas de representação nos intercâmbios e cursos fora da região sisaleira da Bahia. Dois princípios eram básicos: igualdade de gênero e revezamento entre os/as integrantes para não haver concentração de oportunidades em determinadas lideranças. O outro princípio era a representatividade e acúmulo sobre o tema das atividades em questão, pois a representação juvenil deveria ser lastreada por uma prática social efetiva que fortalecesse o testemunho daquele tema ou bandeira de luta que seria debatida em determinado espaço de participação. Ou até mesmo era realizado um debate prévio ou formação específica, que ajudasse a qualificar a representação. A recepção de jovens rurais de outras regiões do país era meticulosamente planejada pelos coletivos de jovens, visando o melhor acolhimento possível e o máximo de vivências na região sisaleira da Bahia. Os mesmos critérios se aplicavam para o planejamento do acolhimento.

Este exercício de democracia interna não era fácil, pois existiam divergências, contrapontos e até votação, na impossibilidade de um consenso progressivamente construído pelo diálogo e superação do debate de ideias. E toda essa vivência democrática engendrou elos potentes de confiança política e, conseqüentemente, foram estabelecidas coordenações sub-regionais que poderiam ser consultadas pela equipe de POLPUB, caso a ocupação de determinado espaço fosse urgente, não havendo tempo ou recursos necessários para reunir o CRJPS. Cada jovem que assumia a coordenação sub-regional ficava responsável por mobilizar as lideranças dos coletivos de jovens de uma determinada quantidade de municípios. Eram três sub-regiões no território do Sisal (onde estavam o maior número de coletivos de jovens), uma no Território da Bacia do Jacuípe e outra no Território Portal do Sertão.

Os coletivos de jovens avançavam na ocupação de espaços de participação e representação juvenil nas entidades da sociedade civil do semiárido baiano.

Outro resultado é o fato de jovens estarem participando da direção de entidades da sociedade civil, especificamente nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Irará (03), Araci (03- tesouraria e secretarias de jovem e mulher), Coité (03), Valente (08-sindicato e associação), Nordeste (01-vice-presidente), Serrinha (02), Tucano (06-Associação Comunitária), São Domingos (01-STR), Cansanção (04-sindicatos e associações), Candeal (03-associações). Há ainda um jovem na Secretaria de Jovens

do Polo Sindical de Feira de Santana e no Polo do Vale do Jacuípe foi criada a Secretaria de Jovens. Além disso, houve a criação e/ou reativação das Secretarias de Jovens e de Mulheres na maioria dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados aos Polos Sindicais do Sisal e Vale do Jacuípe (MOC, 2007, p. 56).

Cada vez mais jovens eram incorporados às direções do movimento sindical rural e também à frente das associações comunitárias da agricultura familiar, como apontam os números entre parênteses no trecho acima. A renovação dos quadros diretivos das entidades da sociedade civil obriga também os coletivos de jovens a renovarem suas lideranças para a coordenação das ações municipais e regionais da juventude rural. Aquelas lideranças que ingressaram nas direções sindicais estavam envolvidas noutras tarefas organizativas no sentido de implementar a política sindical nas localidades e em outros espaços institucionais da agricultura familiar. Portanto, o processo formativo das lideranças dos coletivos de jovens tinha um caráter permanente e o MOC já não dava conta de atender a demanda, principalmente pelo fato ter seu quadro de equipe de POLPUB reduzido e ter cada vez menos apoio para as ações de fortalecimento da sociedade civil organizada. Diante deste desafio, o caminho optado pelos coletivos de jovens foi de desenvolver autonomamente suas experiências de formação:

Algo muito interessante diz respeito ao processo de autonomia de alguns coletivos de jovens com iniciativas de captação de recursos para desenvolvimento de trabalho. Nesse sentido, os coletivos municipais de Antônio Cardoso, Tucano, Coité e São Domingos obtiveram apoio para implementarem ações comunitárias de organização juvenil e Nova Fátima, Riachão do Jacuípe e Pé de Serra para ações geradoras de trabalho e renda (MOC, 2007, p. 55)

Os jovens rurais têm pouca chance de acesso à universidade devido às experiências de estudos serem precárias. Em quatro municípios os coletivos municipais de jovens desenvolveram ações para mudança dessa realidade. Em Antônio Cardoso, Araci e Serrinha os jovens se mobilizaram e criaram – gestão própria – experiências de curso pré-vestibular que estão funcionando com média de 40 jovens por turma. Por outro lado, em Irará os jovens fizeram um amplo processo de discussão política, envolvendo inclusive as entidades da sociedade civil – ONG CEDITER (Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra) e sindicato dos trabalhadores rurais – e poderes públicos locais circunvizinhos, para criação de uma Escola Família Agrícola Regional. A proposta elaborada já obteve o apoio e aprovação institucional e encontra-se em processo de implementação, com uma comissão interinstitucional sob a coordenação de uma representante do coletivo de jovens de Irará (MOC, 2007, p. 55).

A geração de trabalho na agricultura familiar e o direito à educação continuaram a balizar os projetos coletivos da juventude rural do semiárido baiano, por meio de ações concretas gestadas pelos/as jovens e em aliança com organizações populares e movimentos sociais. Neste sentido, os coletivos de jovens transformam desafios e lacunas para a qualidade de vida da juventude rural em oportunidades para realização utópica de um semiárido capaz de atender expectativas daqueles/as que escolheram ficar e realizar seus projetos de vida no campo.

Os processos educativos dos coletivos de jovens buscavam, sobretudo, “formar cidadãos autônomos e críticos, com capacidades comunicativas e argumentativas para participar de instituições da sociedade civil, para exercer associativamente o controle sobre governos e resolver pacificamente e democraticamente os conflitos” (Pontual, 2010, p. 5). O Conselho Municipal de Juventude de Retirolândia demonstra concretamente que a participação cidadã é um caminho para construir direitos e fortalecer a democracia participativa.

3.5. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2007

Nesta edição, a equipe de POLPUB reafirma a juventude do semiárido como sujeito de direitos, avaliando as dificuldades enfrentadas por esse segmento para estruturar sua cidadania e que tal condição injusta e desigual para a maioria da população jovem fundamentaria o surgimento de programas governamentais para a juventude nos últimos anos (MOC, 2008, p. 63). A intervenção social nas políticas públicas norteia o balanço das atividades desenvolvidas, com destaque para o reconhecimento de que o MOC se tornou uma entidade de referência nacional e estadual no trabalho com juventude rural, e “isso se deve especialmente às experiências referenciais dos Coletivos de Jovens dos Territórios Rurais do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Portal do Sertão da Bahia”⁷⁵.

Em 2007, o trabalho de acompanhamento técnico aos coletivos de jovens ganhou uma nova dimensão em pelo menos em dois municípios. Os coletivos de jovens de Tucano e Antônio Cardoso passaram a ser associações de jovens com personalidade jurídica.

O trabalho de fortalecimento institucional se concentrou nas entidades juvenis dos municípios de Antônio Cardoso e Tucano. Com o apoio da Comissão Ecumênica de Serviço (CESE), a diretoria do Movimento de Jovens de Antônio Cardoso (MOJAC) foi capacitada para o exercício do seu papel e em áreas temáticas de interesse institucional. Também se prestou assessoria técnico pedagógica às diretorias do MOJAC e Coletivo Ação Juvenil (COAJ) de Tucano para elaboração do planejamento estratégico, contribuindo na qualidade da gestão social das entidades frente aos desafios e possibilidades no cenário atual das políticas públicas setoriais e de juventude.

O COAJ apresentou e negociou com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) apoio para a qualificação técnico-profissional de jovens rurais de Tucano para acesso ao PRONAF Jovem, linha de crédito rural. Os jovens estão sendo qualificados para implementarem criatórios de ovinos, caprinos e aves caipiras nas unidades produtivas familiares, baseados nos princípios da convivência com o semiárido. Enquanto o MOJAC formou novas turmas de jovens negros e rurais para a continuidade do curso pré-vestibular Educar para Mudar, em parceria com a prefeitura municipal. A iniciativa visa contribuir para o ingresso de jovens afro-brasileiros na

⁷⁵ Ibid., p. 63.

universidade pública, numa perspectiva de afirmação étnico-racial. Há ações de preparação de jovens para o vestibular em Araci, através do Coletivo de Jovens, em parceria com a UNEB (MOC, 2008, p. 64).

O que motivou tais iniciativas? É uma questão complexa e sensível, fazendo parte das tensões entre o movimento sindical rural e os coletivos de jovens, ainda que esta não seja a única explicação para a nova etapa vivenciada pelas lideranças juvenis da agricultura familiar do semiárido baiano. A institucionalização de um movimento social é um grande desafio, mesmo para jovens experimentados/as na autogestão de projetos sociais e/ou na cogestão com o MOC, movimentos sociais e poder público, e até mesmo para aqueles/as que já acumularam experiências no movimento sindical e nas associações comunitárias. Enquanto movimento social, o coletivo de jovens pode ter um fluxo de renovação constante a partir da livre adesão de militantes, enquanto personalidade jurídica, a associação deve seguir os parâmetros do estatuto social para compor, eleger e recompor seu quadro diretivo, em conformidade à legislação vigente. Nesses termos, um dos desafios era manter o duplo caráter: de movimento juvenil e associação de jovens.

Inegavelmente, o cenário nacional e estadual em relação às políticas públicas de juventude rural favoreceu. Os coletivos de jovens haviam construído uma rede de parceiros e já se relacionava com os partidos políticos, uma entidade que não fazia parte do repertório institucional de relações do MOC. E foi justamente no MOJAC e no COAJ que surgiram os primeiros vereadores juvenis, pelo Partido dos Trabalhadores de Antônio Cardoso e de Tucano, respectivamente, no ano de 2008 e no ano de 2012. Mas, cada coletivo de jovens tem uma trajetória distinta que motivaram suas escolhas.

O coletivo de jovens de Antônio Cardoso nunca contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município. Muito pelo contrário. Diferente dos municípios da região sisaleira da Bahia, o coletivo de jovens era a única ação apoiada pelo MOC neste município limítrofe com Feira de Santana. Existia uma baixa densidade organizativa da sociedade civil, limitada a associações comunitárias, duas entidades sindicais, sendo uma delas de professores da rede pública e outra da agricultura familiar e o trabalho social da Igreja católica. Então, o MOJAC tinha de ser extremamente criativo para sustentar a auto-organização e as ações voltadas para juventude rural e negra, contando com o apoio local apenas da Igreja e das associações comunitárias.

De fato, houve inúmeras tentativas do MOJAC de se aproximar do sindicato e até incorporar poucas jovens rurais na direção sindical. Mas não houve sucesso nas relações de solidariedade nem avanço da pauta da juventude rural. E com pouco tempo de existência o

MOJAC conseguiu se organizar na estrutura do PT, obrigando um processo de renovação da direção interna. De um partido adultocêntrico e com pouca capilaridade social, o PT Antônio Cardoso viu sua base e direção ser agitada pela participação da juventude negra, quilombola e da agricultura familiar de praticamente todas as comunidades rurais do município.

Por conta dessa movimentação no Partido, o MOJAC passou a ocupar a secretaria de agricultura da administração municipal. Era um novo patamar de participação política e que foi voltado para o fortalecimento das associações comunitárias e reconhecimento dos territórios quilombolas na zona rural.

A trajetória do COAJ é muito distinta do MOJAC, pois o coletivo de jovens estava integrado ao escopo de ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tucano. Porém, desde o primeiro ano havia uma tensão entre a coordenadora do coletivo e a presidenta do sindicato. É importante ressaltar que não se tratava de uma disputa interpessoal entre duas lideranças, sendo uma constituída legitimamente pelo voto democrático dos/as agricultores/as familiares para ocupar a direção sindical e outra em constituição, eleita pelo voto democrático de jovens rurais para organizar o coletivo de jovens. Tratava-se de um conflito de visões sobre o processo organizativo da juventude rural. De um lado, uma concepção de organização juvenil submetida às deliberações da estrutura sindical, e, de outro, uma concepção de auto-organização da juventude rural orientada pelos princípios de autonomia e emancipação. Essa tensão não era exclusividade de Tucano, mas foi por lá que o movimento sindical rural enfrentou a maior inflexão com o coletivo de jovens. E todas as tentativas de mediação de conflitos desenvolvidas pelo MOC foram praticamente infrutíferas.

O COAJ descobriu o caminho da organização partidária através do associativismo rural e das relações com lideranças regionais do PT. Em sua maioria, era formado por jovens agricultores familiares com unidades produtivas voltadas para criação de ovelhas e abelhas, além das lavouras de subsistência, como mandioca, milho, etc. Por conta disso, esses/as jovens estavam inseridos nos principais projetos de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar no município. Atuavam nos conselhos de desenvolvimento rural e, com a chancela do MOC, participavam do conselho estadual de desenvolvimento rural e reordenamento agrário, no contexto de um governo democrático e popular que se iniciou em 2006 na Bahia.

Haviam acumulado densidade organizativa e arco de alianças para além do repertório de atuação do sindicato e do MOC. E quase conseguiram estruturar uma chapa de oposição sindical no processo eleitoral do STR de Tucano. Eram lideranças juvenis com pouco tempo de atuação em organizações populares, mas que possuíam um ímpeto enorme de lutar por

transformações na realidade, a partir de um projeto estratégico de enfrentamento às injustiças. E tudo isso começou na comunidade do Cajueiro, à beira da BR 116.

Daiane Santos contou essa história muitas vezes para jovens e lideranças mais experientes dos coletivos de jovens. Nos períodos de chuva, os/as moradores/as do Cajueiro penavam com a lama ao redor das casas. Distante do perímetro urbano do município, cortada por uma rodovia federal e com poucas unidades residenciais, a comunidade era praticamente invisível aos olhos do poder público municipal. E todos os candidatos a prefeito e vereadores conquistam os votos da comunidade com a promessa de fazer o calçamento das modestas ruas que separavam a rodovia das casas. Até que um dia chegaram as pedras para realizar a obra de qualificação das ruas do Cajueiro. Só que antes das obras serem iniciadas, caminhões da prefeitura foram à comunidade retirar as pedras para calçamento das ruas da sede de Tucano, por conta dos preparativos para a festa junina. A comunidade ficou revoltada, mas foi a iniciativa de um grupo de jovens, liderado por Daiane, que impediu que as pedras fossem levadas. Foi necessário o prefeito ir até a comunidade e negociar com a associação e as jovens que ousaram enfrentar o poder de mando do prefeito. Por fim, o prefeito cumpriu o acordo e pavimentou toda a comunidade, o que possibilitou melhor qualidade de vida no Cajueiro.

Esse depoimento potente de ação direta, que antecede a experiência do coletivo de jovens de Tucano, apontava a capacidade de resistência e de organização espontânea para a defesa da justiça e reparação da comunidade. Para Pontual, “o exercício da cidadania ativa desenvolve a consciência de que tomar conta da sua comunidade é um direito e que quando ele é exercido as coisas acontecem” (Pontual, 2010, p. 5). Com o advento do COAJ, abria-se a possibilidade de novos saltos de qualidade na participação cidadã.

Já em Cansanção, os jovens negociaram um projeto de estruturação de um mini abatedouro de frangos caipiras para inserção no mercado local e institucional do município, através da captação de recursos junto à CESE. Aliado a esse processo inicial, 08 jovens acessaram o PRONAF Jovem (via Banco do Brasil) para instalação de pequenos aviários de galinha caipira de corte e postura nas propriedades familiares. O Coletivo de Jovens de Quixabeira também conquistou o primeiro PRONAF Jovem voltado para a criação de ovinos, através da parceira do STR e BB. E, em Ipirá, três jovens acessaram o PRONAF B para investimento na produção agrícola nas propriedades familiares. Os jovens de Cansanção, Quixabeira e Ipirá participaram das ações de qualificação do Consórcio Social da Juventude Rural - Aliança com Jovens (MOC, 2008, p. 64).

Aqui também o relatório não revela as nuances dos processos de participação cidadã inusitados dos coletivos de jovens. No município de Cansanção, havia um enorme potencial de avicultura caipira constatado pelas lideranças juvenis e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Os jovens participaram do programa federal Consórcio Nacional da Juventude Rural, buscando

maior qualificação para elaborar o projeto produtivo de avicultura e também para organizar outros/as criadores/as nas comunidades circunvizinhas. O projeto de mini-indústria de avicultura caipira foi elaborado e negociado pelos jovens com a CESE, que tinha reservas quanto à viabilidade da construção de um abatedouro de galinha caipira, sobretudo, por conta das exigências sanitárias. Mesmo assim decidiram acreditar no sonho daquelas cinco lideranças juvenis criadoras de aves caipiras. Instalações organizadas em uma unidade produtiva familiar de um dos jovens, certificado de qualificação profissional com mais de 100 horas do programa federal ProJovem Campo (Consórcio da Juventude Rural), declaração de aptidão ao Pronaf devidamente preenchida por um agrônomo. Mas o Banco do Brasil não queria liberar a carta de crédito.

Cansados de esperar a liberação do crédito e vendo todo o investimento em instalações e equipamentos do projeto produtivo de abatedouro solidário perder a confiança das comunidades, as lideranças juvenis decidiram ocupar a agência do Banco do Brasil na sede do município para o desespero do gerente de plantão. Após algum tempo de negociação, mediação do sindicato e algumas ligações para Salvador e Brasília, o crédito do Pronaf Jovem foi encaminhado para a liberação. Em sua defesa, o gerente alegava que a agência não tinha recebido as bases operacionais para a liberação do crédito e muito provavelmente isso tenha sido verdade. Nada que um pouco de pressão social não seja possível de resolver.

As experiências de acesso ao crédito rural também se materializaram em outros municípios:

O COAJ apresentou e negociou com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) apoio para a qualificação técnico profissional de jovens rurais de Tucano para acesso ao PRONAF Jovem, linha de crédito rural. Os jovens estão sendo qualificados para implementarem criatórios de ovinos, caprinos e aves caipiras nas unidades produtivas familiares, baseados nos princípios da convivência com o semiárido... (MOC, 2008, p. 64).

Visando ampliar o acesso de jovens aos recursos 65 destinados à agricultura familiar na região, o Coletivo de Jovens de Serrinha, juntamente com a Secretaria de Jovens do STR, propôs ao COGEFUR a criação de uma linha de financiamento para juventude. Além da linha de crédito exclusiva para jovens no valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), numa ação de articulação regional, o COAJ pleiteou a filiação ao COGEFUR para representação institucional da juventude rural dos Territórios Sisal e Bacia do Jacuípe nesse espaço. Esse resultado se materializou através da interface entre os Programas de Políticas Públicas e Fortalecimento da Agricultura Familiar do MOC, destinados à agricultura familiar na região, o Coletivo de Jovens de Serrinha, juntamente com a Secretaria de Jovens do STR, propôs ao COGEFUR a criação de uma linha de financiamento para juventude. Além da linha de crédito exclusiva para jovens no valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), numa ação de articulação regional, o COAJ pleiteou a filiação ao COGEFUR para representação institucional da juventude rural dos Territórios Sisal e Bacia do Jacuípe nesse espaço. Esse resultado se materializou através da interface entre os Programas

de Políticas Públicas e Fortalecimento da Agricultura Familiar do MOC (MOC, 2008, p. 64-65).

O direito ao crédito rural é uma reivindicação histórica do movimento sindical de camponeses e agricultores familiares. E ele foi reinventado pelos coletivos de jovens, a partir da participação cidadã no conselho gestor do fundo rotativo administrado pelo cooperativismo de crédito da agricultura familiar da região sisaleira da Bahia. Para essa linha específica, os juros seriam inferiores a 1% ao mês, pois a proposta não era de endividar a juventude rural, mas sim de democratizar o acesso ao crédito visando a implementação de projetos produtivos nas unidades produtivas familiares.

No trecho acima também é possível notar como o COAJ, mesmo que recentemente institucionalizado, ampliava a possibilidade de participação cidadã dos coletivos de jovens, já que possuía personalidade jurídica e também acumulava a confiança das lideranças juvenis reunidas em torno do CRJPS para representar o movimento em espaços estratégicos de exercício de poder e definição de políticas para a juventude rural na região sisaleira.

3.6. RELATÓRIO ANUAL DO MOC 2008

Desde a edição de 2007, o relatório da equipe de POLPUB se reduzia às ações voltadas para a juventude rural. A maioria dos quadros de assessoria da equipe migraram para a estrutura do governo estadual, com a eleição do petista Jacques Wagner para governador em 2006, e para mandatos parlamentares de esquerda na Assembleia Legislativa da Bahia. Por outro lado, havia uma nova realidade para a cooperação internacional de apoio a projetos voltados para o fortalecimento da sociedade civil organizada, enfraquecendo a matriz de atuação histórica do MOC na região sisaleira da Bahia.

Ainda assim, a equipe de POLPUB “continua contribuindo para a interferência qualificada das entidades representativas da sociedade civil nas políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região” (MOC, 2009: p. 71). O foco da atuação institucional naquele ano priorizou as “ações voltadas para participação produtiva e política do/a jovem rural, o que na nossa concepção significa criar as condições necessárias para a sua autonomia e seu desenvolvimento integral como sujeitos de direitos”⁷⁶.

⁷⁶ Ibid.

Neste âmbito específico, a assessoria técnico-pedagógica da equipe contribuiu para a institucionalização e fortalecimento institucional do Coletivo Regional Juventude e Participação Social (CRJPS). A assembleia de fundação do CRJPS contou com a participação de 230 lideranças juvenis de 23 Coletivos Municipais de Jovens, entidades associativas e sindicais do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, CUT-BA, Escola Sindical Nordeste/CUT-Brasil e Comissão Permanente de Educação da Assembleia Legislativa da Bahia, no município de Candéal/BA, em abril de 2008.

O projeto de fortalecimento institucional do CRJPS, apoiado pela CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), teve como resultados concretos a definição do planejamento estratégico da entidade juvenil e a qualificação de 30 lideranças e dirigentes acerca de elaboração/gestão de projetos sociais e relações sociais de gênero e raça/etnia (MOC, 2009, p. 71).

A institucionalização do CRJPS estava em sintonia com a ampliação dos espaços de participação dos coletivos de jovens dentro e fora da região sisaleira da Bahia e também com o número de projetos captados pelo MOC para manter o processo formativo e de fortalecimento da auto-organização da juventude rural por meio dos coletivos.

A nova etapa do processo de auto-organização regional da juventude rural, com a institucionalização do CRJPS, demandou inúmeras reuniões das lideranças dos coletivos de jovens para planejar e operacionalizar a mobilização juvenil necessária para o município de Candéal. Foram dois dias intensos de atividades para debater os rumos da participação juvenil e a intervenção nas políticas públicas, a partir da ótica de lideranças que estavam criando um novo instrumento de organização que se consolidava para a representar formalmente os interesses da juventude rural da agricultura familiar, que culminou na grande assembleia de fundação do CRJPS, realizada numa quadra poliesportiva coberta.

Candéal possui menos de 8 mil habitantes (IBGE, 2023). Naquela época, não existia pousadas no município nem o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares dispunha de dormitório. A quadra poliesportiva oferecia uma quantidade suficiente de banheiros para atender as necessidades básicas dos/as participantes. Cada coordenação sub-regional organizou as caravanas de lideranças juvenis e os colchonetes para transformar o espaço de debates durante a luz do dia em um grande dormitório coletivo durante a noite. O sindicato e o coletivo de jovens de Candéal cuidaram da logística de refeições, preparadas na sede administrativa da entidade sindical. As comissões de autogestão garantiram o acolhimento, o credenciamento, as dinâmicas, as músicas, os debates e a distribuição das refeições. Foi a maior atividade formativa e política realizada pelos coletivos de jovens do semiárido baiano, com 230 participantes, e que elegeu a primeira coordenação institucional do CRJPS, tendo como coordenador geral o jovem Dailson Andrade dos Santos.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em 2008, expandia os espaços de participação dos coletivos de jovens muito além da região sisaleira da Bahia. Nas etapas preparatórias à Conferência Nacional, ocorridas nos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão, os coletivos de jovens mobilizaram aproximadamente 300 integrantes da sua base social⁷⁷.

No âmbito da participação social e política, os Coletivos de Jovens atuaram estrategicamente nas etapas territoriais e na estadual baiana da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJ). Essa intervenção resultou na presença de 05 delegados na 1ª CNPPJ, em Brasília-DF. No mesmo período, a equipe de POLPUB contribuiu - na negociação junto ao Conjuve e à SNJ - para a representação CRJPS no Seminário Internacional desafios e estratégias para a cooperação na temática de juventude, envolvendo delegações juvenis e órgãos específicos de países de Língua Portuguesa. Por conta dessa atuação contundente nas etapas territoriais, estadual e nacional da 1ª CNPPJ, o CRJPS foi indicado para compor o Conselho Estadual de Juventude da Bahia. Em 2009, o Coletivo Regional ocupará o assento de titular do Conselho Estadual, tendo como suplente a ONG Pegada Jovem de Salvador.

Numa articulação institucional com a Rede de Protagonismo Juvenil da Bahia (RJP), uma liderança do CRJPS ocupa o assento de titular no Comitê do Pacto pela Infância no Semiárido, recentemente institucionalizado pelo Governo do Estado, enquanto instância específica de controle social das políticas de promoção dos direitos de crianças e adolescentes do semiárido baiano (MOC, 2009, p. 71-72).

A ocupação qualificada dos espaços de participação demandou planejamento da recém-constituída direção do CRJPS e a intensificação da capacidade de mobilização dos coletivos de jovens, que precisam fortalecer suas relações de parceria com o movimento sindical rural e ampliar o arco de alianças fora da região sisaleira da Bahia. Os coletivos de jovens continuavam a renovar os quadros de dirigentes do sindicalismo rural, considerando-se que essa conquista representava “efetivamente o reconhecimento do papel estratégico da juventude no fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar por parte dessas entidades”⁷⁸.

As ações de qualificação profissional voltadas para o fortalecimento da participação da juventude rural na agricultura familiar do semiárido, no âmbito do programa federal Consórcio Nacional da Juventude Rural, continuaram por meio do movimento sindical:

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Valente e Euclides da Cunha qualificaram tecnicamente mais de 80 jovens rurais (mulheres, negros e indígenas) para o desenvolvimento de iniciativas geradoras de trabalho e renda nas propriedades agrícolas familiares e nos empreendimentos econômicos solidários da região. As equipes de coordenação e de educadores destes projetos de qualificação profissional foram compostas por lideranças formadas pelos Coletivos de Jovens (idem, p. 72)

⁷⁷ Ibid., p. 72.

⁷⁸ Ibid.

Em 2008, o CRJPS participou da gestão de dois projetos desenvolvidos pela equipe de POLPUB do MOC: Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia e Diagnóstico da Alimentação Escolar no semiárido baiano (p. 72-74).

O projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia:

(...) articula a principal ação sistemática de qualificação social e técnica de jovens do Programa Políticas Públicas. Essa iniciativa engloba 10 municípios do Sisal e da Bacia do Jacuípe, através do Programa Jovens Escolhas, em Rede com o Futuro, financiado pela Fundação Citi e que tem como parceiros locais o CRJPS, entidades sindicais e movimentos sociais da região (MOC, 2009, p. 72).

(...)

O projeto visa formar lideranças dos Coletivos de Jovens para o desenvolvimento de experiências no campo do empreendedorismo e auto-representação nas entidades sociais, escolas públicas e espaços político-institucionais de controle social das políticas públicas. Para tanto, em 2008, mais de 30 jovens (núcleo central), sendo em média 03 de cada município, participaram das capacitações sobre projeto de vida, cidadania, políticas públicas, metodologia de trabalho com jovens, programas de apoio à geração de trabalho e renda, associativismo e cooperativismo na agricultura familiar. (MOC, 2009, p. 72-73).

No âmbito do núcleo central envolvido diretamente na qualificação, 13 jovens prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, entre esses, 03 se inscreveram para o processo seletivo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), construindo concretamente planos de ingresso no ensino superior; 06 jovens foram selecionados para atuarem como educadores do programa governamental de alfabetização de jovens e adultos nas comunidades dos seus municípios de origem, enquanto oportunidade geradora de trabalho e renda; entre esses jovens houve filiação às entidades sindicais e associativas da agricultura familiar, fortalecendo a participação social da juventude (MOC, 2009, p. 73)

Nesses termos, a formação de lideranças juvenis para ocupar qualificadamente oportunidades geradoras de trabalho e renda na agricultura familiar, postos nas direções sindicais e espaços nas universidades públicas ainda continuava a ser uma diretriz relevante para a estratégia de protagonismo social da juventude rural no contexto do semiárido baiano, que agora fazia parte deste novo projeto celebrado entre o MOC e o Grupo Citi. E ainda:

Em negociação com o CRJPS, o MOC selecionou dois estagiários universitários para compor a equipe de trabalho do Projeto, ampliando e qualificando a intervenção institucional do Programa Políticas Públicas junto aos Coletivos de Jovens do semiárido baiano (MOC, 2009, p. 73).

Com o ingresso de dois estagiários⁷⁹ no Programa Políticas Públicas, “amplia-se gradativamente a capacidade técnica de atender as demandas de fortalecimento organizacional dos Coletivos de Jovens”⁸⁰. Esse dado demonstra nitidamente o tamanho da influência do CRJPS e dos seus coletivos de jovens na gestão dos projetos de juventude desenvolvidos pelo MOC, naquela época. Eram dois jovens, uma estudante de pedagogia da UNEB, Campus Serrinha, base do coletivo de jovens de Serrinha, Jude Silva, e um estudante de pedagogia da Unopar, coordenador do coletivo de jovens de Santaluz, Gil Souza. Com essas novas contratações, a equipe de POLPUB foi reforçada e totalmente direcionada para os trabalhos com juventude rural.

Já o Projeto Diagnóstico da Alimentação Escolar:

(...) abrangeu um universo total de 318 escolas da rede pública municipal dos territórios da Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão e Sisal da Bahia, contando com o financiamento do FNDE/ Ministério da Educação, e a colaboração das Apaeps de Feira de Santana e de Serrinha, CEAIC, FATRES e CRJPS (MOC, 2009, p. 73).

Nos 22 municípios envolvidos com a experiência, 112 jovens foram qualificados tecnicamente para levantamento do perfil da alimentação escolar praticada nas escolas públicas. Esse trabalho de campo, junto às escolas e secretarias municipais de educação, gerou a base de dados que subsidiou os processos de debate e formulação de propostas voltadas para negociação da inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar com os movimentos sociais e entidades representativas da agricultura familiar da região (MOC, 2009, p. 73).

Em alguns municípios, a partir do diagnóstico se desdobraram ações de intervenção da sociedade civil nos conselhos de alimentação escolar e também na negociação de propostas nos debates públicos com os candidatos a prefeito e vereador, a exemplo do Pacto pela Juventude do Semiárido Baiano do CRJPS, que incluiu a demanda pela compra de produtos da agricultura familiar para composição do cardápio das escolas (MOC, 2009, p. 74).

Enquanto em Antônio Cardoso, mais concretamente, os grupos de produção de compotas de doce e mel iniciaram experimentalmente o fornecimento de produtos a algumas escolas da rede pública, contando com o apoio das Secretarias de Agricultura e de Educação do município. A partir de 2009, esses grupos serão priorizados pela Prefeitura Municipal para abastecer as escolas municipais com produtos da agricultura familiar, através dos recursos vinculados ao PNAE (MOC, 2009, p. 74).

⁷⁹ Seria um grande lapso não mencionar que por um semestre contamos com a participação do estagiário Martin Nagl, jovem estudante de Serviço Social, na Universidade de Viena, como parte do acordo de cooperação internacional com a Horizonte 2000. Martin é filho de pequenos agricultores familiares do Norte da Itália. Participou da fundação do CRJPS, em Candéal, compartilhou sua experiência com agricultura familiar e experimentou as formações e vivências dos coletivos de jovens da região sisaleira. Foi responsável pela sistematização dos dados primários do Diagnóstico da Alimentação Escolar.

⁸⁰ Ibid., p. 76.

Neste projeto, os coletivos de jovens indicaram os/as bolsistas que fizeram o levantamento das informações sobre a alimentação escolar nos municípios. Os dados coletados e analisados nos seminários territoriais subsidiaram a intervenção do movimento sindical rural e das associações da agricultura familiar no mercado institucional da alimentação escolar, que até então era majoritariamente ocupado por produtos industrializados e semielaborados, cuja origem eram fábricas de outras regiões da Bahia e do país. Com esta iniciativa, colocou-se em relevo o problema da insegurança alimentar dos/os estudantes das escolas públicas e, ao mesmo tempo, da desvalorização dos produtos da agricultura familiar da região sisaleira.

O diagnóstico também apontava a necessidade da:

(...) adequação dos empreendimentos econômicos solidários às exigências desse mercado institucional, tais como: regularidade na produção e distribuição dos gêneros alimentícios, documentação legal para comercialização (principalmente nota fiscal) e preços competitivos, além de adequação de seus espaços de produção às exigências da fiscalização sanitária (Sobrinho; Baptista, 2008, apud MOC, 2009, p. 74).

Em 2009, foi aprovada a lei nº 11.947/2009, destinando 30% dos recursos do FNDE à aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (BRASIL, 2009). Pode-se considerar que a juventude rural do semiárido baiano, organizada pelos coletivos de jovens, contribuiu para a construção desta política pública voltada para o fortalecimento da agricultura familiar local e da segurança alimentar nas escolas públicas, cuja efetiva implementação ainda é um desafio para o desenvolvimento do campo brasileiro.

Cada vez mais inseridos nos processos sociais gestados na região sisaleira da Bahia, cada vez mais envolvidos em alianças com as entidades da sociedade civil organizada do campo popular, cada vez mais ocupando espaços de participação nas políticas públicas dentro e fora do semiárido baiano, o CRJPS e seus coletivos de jovens pareciam uma força social irrefreável e com extrema capacidade de formar militantes para construção de uma nova cultura de participação cidadã, mais qualificada, democrática e com forte enraizamento nas comunidades rurais. Eram os novos tempos anunciados pela juventude rural.

A experiência dos coletivos de jovens foi apresentada pelo MOC e pelo CRJPS numa oficina do Seminário Internacional sobre Ensino Médio: Direito e Desenvolvimento, realizado pelo Unicef e Ministérios da Educação do Brasil, Chile e Argentina, em Buenos Aires/Argentina, em setembro daquele ano⁸¹. Essa e outras experiências de intercâmbio possibilitaram conexões dos coletivos de jovens com juventudes rurais na América Latina.

⁸¹ Ibid., p. 75.

A participação cidadã desenvolvida pelos coletivos de jovens tornaram a juventude rural da região sisaleira da Bahia um segmento social simbolicamente visível em permanente luta por espaço na agenda das políticas públicas. Esse tipo de participação não pode ser confundido com protagonismo juvenil, subsidiário de uma perspectiva de inclusão competitiva e parcializada de jovens na sociedade de mercado (Castro; Abramovay, 2009).

Seria também equivocado associar a atuação dessas organizações juvenis como mero resultado de uma crise na agricultura familiar ou no sistema de democracia representativa. Esses movimentos anunciam o que está tomando forma, mesmo antes de sua direção e conteúdo serem nítidos (Gohn, 1997). As dimensões analíticas da solidariedade, da autonomia e participação cidadã são questões candentes da identidade coletiva forjada pelos/as jovens rurais da região sisaleira, e ajudam a compor o quadro de múltiplos processos contribuíram para a auto-organização e incidência nas políticas públicas voltadas para a juventude rural no contexto da agricultura familiar do semiárido baiano.

Segundo Gohn (2010, p. 106), os projetos sociais destinados para jovens se constituem como uma “nova realidade produzida pela ação de parcerias ou interações da sociedade civil organizada com órgãos públicos, empresas, (...) pouco conhecida dos brasileiros e da maioria das universidades enquanto instituição”. Assim como, pelos limites estabelecidos pela pesquisa realizada até aqui, não é possível avaliar a situação atual dos coletivos de jovens e seu instrumento geral de organização, o CRJPS, muito embora não seja incorreto aventar possíveis cenários com poucas informações disponíveis.

O MOC atualmente direciona sua política institucional para o protagonismo social das mulheres trabalhadoras rurais, considerando as questões de juventude como dimensão transversal dos programas da entidade⁸². Durante um tempo, o CRJPS conseguiu desenvolver projetos de formação política para lideranças juvenis e coletivos de jovens da sua base de atuação, bem como se notabilizou pela representação qualificada em espaços de gestão e controle social de políticas públicas de juventude na região sisaleira, na Bahia e no país. Porém, a conquista de autonomia sempre vem acompanhada de desafios e obstáculos, como se percebeu nas reflexões sobre os documentos analisados. Em grande parte, os coletivos de jovens da região sisaleira foram incorporados à estrutura do movimento sindical da agricultura familiar, fortalecendo a perspectiva de juventude rural em sindicatos que muitas vezes tratavam a participação juvenil como atividade episódica. Há também a realidade daqueles coletivos de jovens que continuam a se organizar e se renovar com autonomia e independência, ampliando

⁸² Cf. www.moc.org.br

seu arco de alianças com movimentos sociais e poder público. Por exemplo, o MOJAC está na organização da 1ª Feira Literária Internacional de Antônio Cardoso (BA), evento que acontece nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2023⁸³.

Novas cordas de sisal são tecidas por jovens rurais em movimento dentro e fora do semiárido baiano. Essa presente dissertação tentou dar conta de dar visibilidade a algumas experiências protagonizadas pelos coletivos de jovens da região sisaleira. Que venham mais pesquisas para dar conta de toda a riqueza construída ao longo de quase duas décadas de organização, formação e participação cidadã dos movimentos juvenis e suas complexas teias de sisal no semiárido, na Bahia e no mundo.

⁸³ Cf. https://www.facebook.com/PrefeituraAntonioCardoso/?locale=nl_NL. Fui convidado pelo MOJAC para ministrar uma palestra sobre a participação dos sertanejos na independência da Bahia de 1823 durante a Feira Literária Internacional de Antônio Cardoso 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia uma conjuntura favorável para o desenvolvimento de projetos de/com/para juventude rural entre os anos de 2004 e 2008, propiciando o surgimento dos coletivos de jovens da região sisaleira da Bahia. Naquele período, em âmbito federal, foram concebidas e implementadas políticas públicas de juventude rural, a partir do reconhecimento dos/as jovens rurais como sujeitos de direitos e os movimentos juvenis foram alçados a atores políticos relevantes no campo. Os investimentos do governo federal em programas e políticas voltadas para qualificação profissional, acesso à terra, acesso a crédito, entre outros, buscaram atender as demandas sociais vocalizadas pelas lideranças juvenis e seus variados movimentos sociais rurais. O terceiro setor empresarial também destinou investimento como forma de participar e influenciar nas diretrizes das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo e para a agricultura familiar. Havia, portanto, um campo político da juventude (Castro, 2016) em disputa na sociedade brasileira. Muitas ONGs e movimentos sociais do campo expandiram sua atuação com a juventude rural a partir daquela nova realidade.

O PJPS estimulou processos de organização, formação e participação cidadã de jovens rurais da região sisaleira da Bahia, centrado na autonomia da juventude rural para intervenção nas políticas públicas na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar do semiárido baiano. A partir de 2004, o MOC e os coletivos de jovens atuaram conjuntamente para elevar o nível de densidade organizativa da juventude rural nos territórios rurais do semiárido baiano. Nesses termos, os coletivos de jovens enfrentaram concretamente a invisibilidade do segmento juvenil nos movimentos sociais do campo e nas políticas públicas, cujo alcance de sua intervenção social ultrapassou as fronteiras dos municípios e regiões de onde se originaram. Esta relação solidária entre MOC e coletivos de jovens proporcionou benefícios mútuos para ambos naquele cenário de oportunidades para a reivindicação dos direitos da juventude rural. Mas não só para estes dois atores sociais.

O movimento sindical rural da região sisaleira baiana participou ativamente da constituição dos coletivos de jovens, fornecendo as condições fundamentais para que estas organizações se consolidassem e aumentassem sua capacidade de atuação nas comunidades rurais e nos processos de intervenção nas políticas públicas. Junto com os coletivos, os sindicatos encontraram caminhos para fortalecer sua representação nas comunidades rurais, sindicalizar jovens, renovar as direções sindicais, implementar projetos de qualificação profissional e, com isso, potencializar seu papel como entidades representativas na defesa dos

interesses dos/as agricultores/as familiares e na disputa por um modelo de desenvolvimento do campo com participação e inclusão social.

Em apenas dois municípios as inflexões entre coletivos de jovens e sindicatos resultaram em iniciativas de institucionalização dos coletivos de jovens. Primeiro, o MOJAC (Antônio Cardoso-BA) e, depois, o COAJ (Tucano-BA). Ambos estabeleceram referências importantes para a participação cidadã dos coletivos de jovens da região sisaleira como um todo, sobretudo, por se inserirem na dimensão partidária e por terem capacidade de captar recursos, via elaboração e negociação de projetos sociais específicos, voltados para o fortalecimento do protagonismo da juventude rural, bem como da juventude negra e quilombola, no caso MOJAC. Essas experiências serviram de inspiração para a totalidade das lideranças juvenis, de modo que impulsionou a vontade e deliberação de todos os coletivos de jovens para a criação de sua própria entidade regional, o CRJPS.

Dentro e fora das fronteiras do semiárido baiano, as lideranças dos coletivos de jovens alargaram a representação da juventude rural nos espaços de participação e controle social de políticas públicas. Cada vez mais jovens se reconheciam como atores políticos capazes de se auto-representarem nos sindicatos, associações, movimento de mulheres, conselhos municipais, fóruns gestores, cooperativas, conferências de políticas públicas, câmaras de vereadores, intercâmbios para outras regiões rurais do país e em encontros internacionais. A participação cidadã dos coletivos de jovens não se limitou em inserir lideranças juvenis nos espaços existentes ou construídos sem o envolvimento da juventude rural, mas contribuiu para a criação de novos espaços, como o conselho municipal de juventude, uma grande novidade para a região sisaleira da Bahia. Novas formas de participação revitalizaram a criação de direitos para satisfazer as necessidades de uma juventude rural que decidiu ficar no semiárido e valorizar a agricultura familiar. Entre os direitos criados pela auto-organização da juventude do semiárido estão: curso pré-vestibular para jovens rurais acessarem vagas do ensino superior público no semiárido; transporte público e gratuito para jovens estudantes cursarem o ensino superior em municípios vizinhos; linha de financiamento de projetos produtivos para jovens agricultores/as familiares em cooperativas de crédito da economia solidária; orientação comunitária para prevenção de DST/Aids e gravidez indesejada; projetos produtivos coletivos voltados para a geração de trabalho e renda na agricultura familiar do semiárido.

O enfrentamento à invisibilidade social da juventude rural do semiárido também se deu no campo acadêmico, com as monografias de integrantes de um dos coletivos de jovens e da PJ em universidades públicas localizadas no semiárido baiano. Essas produções acadêmicas colocaram em relevo a contribuição das organizações juvenis nos processos sociais de educação

popular e nos movimentos populares de luta por direitos sociais para a juventude da agricultura familiar e quilombola do campo.

Foram encontradas poucas produções acadêmicas que tratam da relação entre juventude rural e políticas públicas, sobretudo no semiárido brasileiro. Como indica Gohn (2010, p. 106), iniciativas como essas ainda “têm recebido pouca atenção de pesquisadores e intelectuais de uma forma geral”. Os estudos existentes focalizam na migração dos/as jovens um dos desafios a serem superados em relação à exclusão estrutural dos territórios rurais, de um lado. De outro, educação, geração de renda e políticas públicas são temas mais recorrentes na literatura especializada produzida por pesquisadores brasileiros e latinoamericanos. Neste sentido, pode-se dizer que existiria uma relação orgânica entre juventude rural e políticas públicas de modo a oferecer respostas satisfatórias para os desafios atuais da exclusão social de jovens do campo na realidade da América Latina.

No entanto, o golpe de Estado de 2016 representou um grande retrocesso para o investimento em políticas públicas, em especial, para a juventude rural. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural adensava grande parte das demandas represadas e expectativas dos movimentos juvenis do campo para a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento integral de jovens rurais enquanto sujeitos de direitos na sociedade brasileira, desde os governos Lula passando pelos governos Dilma Rousseff. A ofensiva conservadora dos governos que se seguiram pós-golpe fragilizou os espaços institucionais de participação cidadã, praticou uma política de ajuste fiscal de cortes orçamentários em políticas sociais e implementou reformas contra os direitos da juventude. Com efeito, o ataque ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural quase passou despercebido naquela conjuntura de pandemia e de retrocesso da democracia (Dulci, 2020).

Reconstruir esses processos de participação cidadã é um desafio posto para a retomada democrática no Brasil, de modo que os/as jovens rurais consigam não apenas permanecer no campo com desenvolvimento, inclusão e qualidade de vida, mas que sejam estimulados/as a cultivar “valores de solidariedade, justiça, união, respeito ao outro, tolerância, humildade, esperança, abertura ao novo, disponibilidade à mudança como elementos de uma ética universal que deve ser a base das ações de educação para a cidadania” (Pontual, 2010, p. 6).

De forma sintética, quais contribuições os coletivos de jovens do semiárido baiano aportam para as políticas públicas de juventude rural?

- a) a juventude rural se torna um ator político quando articulada aos movimentos sociais rurais e, partir deles, os/as jovens rurais são desafiados/as a desenvolverem identidade política e autonomia nos processos de formação,

organização e participação, desde que as práticas sociais dos movimentos sejam orientadas pela perspectiva de auto-organização e emancipação juvenil;

- b) a participação simbólica e decisória são fundamentais para o exercício democrático de poder dos/as jovens, implicando capacidades comunicativas e argumentativas para resolver problemas concretos da juventude rural e construir alternativas relacionadas aspectos da vida pessoal, familiar e comunitária;
- c) a participação política e a inserção produtiva são dimensões indissociáveis para a construção de projetos individuais e de ação coletiva de jovens rurais, orientando-se pela perspectiva de autogestão juvenil e cogestão entre juventude rural, movimentos populares e poder público;
- d) a perspectiva de participação cidadã dos/as jovens rurais como sujeitos de direitos torna-se cada vez mais sustentável e consequente quando consegue penetrar e democratizar o poder público, ainda que ocorram tensões, obstáculos e possibilidades de negociação entre diversos atores em jogo;
- e) Os projetos sociais, financiados pelo poder público e por grupos empresariais, não podem comprometer a concepção de autonomia e emancipação da juventude rural, sob pena de inviabilizar a participação cidadã, identidade coletiva e formas de solidariedade da juventude rural e do modo de vida da agricultura familiar;
- f) A cultura popular juvenil no campo é dinâmica e com múltiplos processos de identificação que devem ser considerados nos processos educativos e de participação, visando o enfrentamento de valores hegemônicos de caráter excludente e discriminatórios que contribuem para subalternização simbólica e concreta da juventude rural em termos de gênero, de raça, de geração, de orientação sexual, entre outros;
- g) a participação cidadã da juventude rural produz inovações culturais que podem ser incorporadas à gestão de políticas públicas e nos movimentos sociais do campo, visando reconhecimento das demandas específicas e da representatividade deste segmento como ator político;
- h) O território da juventude rural não se restringe à dimensão geográfica, compreendendo também os espaços de participação simbólica e cultural;
- i) a elevação de escolaridade e o trânsito da juventude rural nos espaços urbanos não podem ser encarados como fatores desarticuladores da identidade da agricultura familiar e da permanência no campo;

- j) a universalização das políticas públicas estruturais, tais como educação, acesso a crédito, qualificação profissional, acesso à terra, cultura, etc. devem levar em conta a multiplicidade dos espaços agrários e de sociabilidade dos/as jovens nos territórios rurais;
- k) a educação popular é um instrumento potencializador da participação cidadã de jovens rurais, na medida em que estimula a apropriação crítica da condição juvenil nos variados contextos sociais e intervenção consequente sobre a realidade dos territórios rurais;
- l) a juventude rural não se reduz à agricultura familiar ainda que a participação dos/as jovens nas unidades produtivas familiares seja decisiva para o presente e o futuro do campo e das cidades, com desenvolvimento, sustentabilidade e qualidade de vida.

Esses apontamentos refletem a cultura democrática e popular da juventude do campo, mas que não se limita aos territórios rurais brasileiros. Para Melucci (1997, p. 13-14), “quando a democracia for capaz de garantir um espaço para que as vozes juvenis sejam ouvidas, (...) movimentos juvenis poderão tornar-se importantes atores na inovação política e social da sociedade contemporânea”. Tais inovações precisam ser recuperadas e há sinalizações de que este debate irá reaparecer no cenário vindouro. A Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, sancionada em 2023, ainda que não represente os anseios das diversas vozes e movimentos juvenis rurais, pode apontar a construção de uma nova agenda de políticas públicas.

Por fim, a presente dissertação buscou se somar aos esforços dos movimentos sociais do campo e de pesquisadores/as sobre as temáticas da juventude rural, visando recuperar o debate de ideias a respeito dos desafios enfrentados por este segmento para permanecer nos territórios rurais e construir possibilidades de incidência nas políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo no contexto do semiárido nordestino. Tentou-se modestamente apontar experiências protagonizadas por jovens rurais do semiárido brasileiro - mulheres e homens em formação - que ousaram se organizar e propor mudanças na dinâmica de atuação dos movimentos sociais rurais e na administração pública, com sua própria voz, com seu jeito de ser e de fazer mobilização juvenil dentro e fora da região sisaleira da Bahia. Espera-se que novas pesquisas surjam e contribuam para avançar a fronteira do conhecimento sistematizado acerca da juventude rural do semiárido nordestino brasileiro, considerando-se lacunas e pistas para novas investigações ensejadas até aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.) *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1ª ed. Brasília: Unesco, 1998. 104 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

AHLERT, Lucildo. Estratégias que auxiliam o processo de sucessão nos empreendimentos agropecuários. p. 11-69. *In*: DINIZ, Fábio H. **Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira**. Brasília: Embrapa, 2019.

ALVES, Jadelma de Barros; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Vol. 21. p. 10-29, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S180842812021000100002. Acesso em: 1º de jun. 2023.

ALVES SILVA, Tarcisio Augusto. As políticas públicas de juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais. **Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho**. Vol. 1, nº 54, p. 150-167, jan./ jun. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetra_balho/article/view/55724. Acesso em: 20 de set. 2023.

BAHIENSE, Douglas Viana *et al.* Atividades institucionais da extensão rural pública para a formação dos jovens na Zona da Mata Mineira. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate**. Vol. 7, nº 1, p. 37-52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/6131>. Acesso em: 1º de jun. 2023.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2014. 305 p. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sejurn/DOC/DOC000000000078854.PDF>. Acesso em 3 de fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; a criação do Conselho Nacional da Juventude – CNJ e da Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111129.htm. Acesso em 10 de mar. 2023.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 3 de mar. 2023.

_____. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Dispõe sobre alteração na denominação do do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm. Acesso em: 23 de set. 2023.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Dispõe sobre a instituição do Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 de jul. 2023.

_____. **Decreto nº 8.736, de 3 de maio de 2016.** Dispõe sobre a instituição do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Diário Oficial da União. Seção 1, p. 4. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8736-3-maio-2016-782992-publicacaooriginal-150240-pe.html>. Acesso em: 22 de set. 2023.

_____. **Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.** Dispõe sobre a revogação, para os fins no disposto no art. 16 da lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 7. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10473-24-agosto2020790568normape.html#:~:text=EMENTA%3A%20Declara%20a%20revoga%C3%A7%C3%A3o%2C%20para,de%201998%2C%20de%20decretos%20normativos.&text=Vide%20Norma\(s\)%3A](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10473-24-agosto2020790568normape.html#:~:text=EMENTA%3A%20Declara%20a%20revoga%C3%A7%C3%A3o%2C%20para,de%201998%2C%20de%20decretos%20normativos.&text=Vide%20Norma(s)%3A). Acesso em: 25 de out. de 2023.

_____. **Lei nº 14.666, de 4 de setembro de 2023.** Dispõe sobre a instituição do Plano Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e define seus princípios, objetivos e ações. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14666.htm. Acesso em: 30 de out. 2023.

CARNEIRO, Maria José. O ideário urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Mimeo *In*: TEIXEIRA, F. C. **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. 2ª Reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al.* **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção do ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2009.

_____. Juventude Rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais*, nº 45, julho, p. 193-212, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 10 de fev. 2023.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas públicas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. RITLA: Brasília, 2009.

DA SILVA, Marizete Andrade. Interfaces entre a educação do campo e o êxodo rural da juventude camponesa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Vol. 3, nº 3, p. 970-990, set./dez de 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/3305>. Acesso em 03/07/2023.

DUARTE, Neide. **Frutos do Brasil: histórias de mobilização juvenil**. São Paulo: Aracati - Agência de Mobilização Social, 2006.

DULCI, Luiza. Bolsonaro extingue o Plano Nacional de Juventude Rural e Sucessão Rural. **Teoria e Debate online**. 09/10/2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/colunas/bolsonaro-extingue-o-plano-nacional-de-juventude-e-sucessao-rural/>. Acesso em: 5 de out. 2023.

ESPÍRITO SANTO, Jailton do. *et al.* Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. **Imaginário**. São Paulo, Vol. 12, n. 12, p. 195-204, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&p_id=S1413-666X2006000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de mar. 2023.

FARIAS, Magno Nunes; LOPES, Roseli Esquerdo. Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil: análise documental de eventos nacionais (2007 - 2016). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, Vol. 21, p. 1-18, jun. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352055296_Jovens_rurais_em_luta_por_educacao_e_trabalho_no_Brasil_analise_documental_de_eventos_nacionais_2007_-_2016. Acesso em: 20 de mai. 2023.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. p. 245-258. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 12 de jun. 2023.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. p.13-32. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE. **Cidades e estados**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/candeal.html?>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

HARARI, Isabel. Em decisão inédita, empresa de sisal é multada em R\$ 1 milhão por usar matéria-prima com trabalho escravo. **Repórter Brasil** (on-line), 13/09/2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/09/em-decisao-inedita-empresa-de-sisal-e-multada-em-r-1-milhao-por-usar-materia-prima-com-trabalho-escravo/#:~:text=A%20opera%C3%A7%C3%A3o%20de%20resgat>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

HERNÁNDEZ, Yilmer Adiel Mina; IREGÜI, Gonzalo Téllez. Oportunidades laborales y la migración rural-urbana juvenil: Juventud rural araucana. **Estudios políticos**. Medellín, nº 65, p. 89-118, 2022. Disponível: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-51672022000300089&script=sci_arttext. Acesso em 1 de jun. 2023.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no Brasil: entre ficar e partir. **Revista Tempo de Ciência**, Vol. 20, nº 39, p. 201-220, jan. 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817> Acesso em: 10 de fev. 2023.

LIMA DE PAULO, Maria de Assunção. A interiorização das Universidades Federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, Vol. 38, nº 1, p. 162-177, 2018. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/45>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. p. 67-95 *In*: FORACCHI, Marialice Mencarini. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342733682/1952-MANNHEIM-O-problema-sociologico-das-geracoes-pdf>. Acesso em: 10 de fev. 2023.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**. Distrito Federal, México. vol. 27, nº 80, p. 619-653, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25614158>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

MARIN, Adrián Chaves. Juventudes rurales y generaciones. Experiencias en procesos de transformación productiva y tradiciones ocupacionales: un estudio de caso en el Cantón de Naranjo, Alajuela (1980-2008). **Revista de História**. nº 79, p. 95-127, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://repositorio.una.ac.cr/handle/11056/17648>. Acesso em 10 de mai. 2023.

MARTINS, Leonardo Rauta. Juventude rural no Brasil: referências para o debate. **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Vol. 29, nº 1, p. 94-112, fev./mai. 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-1_07_juventude/esa29-1_07.html. Acesso em: 20 de mai. 2023.

MASSON, Luis F. H. A história oral e as memórias dos excluídos na escrita do conhecimento. **Revista Indisciplinar de Ciências Aplicadas**. Vol. 2, nº 4, p. 36-41. set/out. 2017. Disponível em: <https://sou.ucs.br/revistas/index.php/ricaucs/article/download/45/41>. Acesso em 10 de jun. 2023.

MELO, Keylla Rejane Almeida; PEREIRA, Letícia Alves. Acesso e permanência no ensino médio: desafios da juventude camponesa. **Revista de Educação Popular**. Uberlândia, Vol. 19, nº 3, p. 99-121, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53089>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

MELO, Manoel Valquer Oliveira *et al.* Escola e desenraizamento social: expressões da juventude rural na região do semiárido de Alagoas (Brasil). **Debates em Educação**. Vol. 10, nº 20, p. 125-142, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/download/3844/pdf/17202>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

MELO, Samuel Pires; BRAGA, Osmar Rufino; SANTANA, Jullyane Frazão. Juventude rural e ensino superior público: trajetórias de estudantes de um campus universitário do nordeste do Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, Vol. 6, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654480>. Acesso em 1 de jun. 2023.

_____.; MACEDO, Thais Maria Santos; CHAVES, Isabela Maria do Nascimento. Juventudes rurais e educação na produção do conhecimento das pós-graduações das áreas de ciências humanas e sociais aplicadas do nordeste brasileiro. **Educação**. Vol. 46, nº 1, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/38667>. Acesso em: 2 de jun. 2023.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. São Paulo, nº 17, p. 49-66, jun. 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbjW73tXTR4VNNs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11/05/2023.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. nº 5, p. 5-14, mai./ago. 1997. Mimeo

MENDONÇA SOBRINHO, Emanuel. Juventude e fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido da Bahia. **Revista Agriculturas**, Vol. 2, nº 1, abr. 2005.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, Vol. 55, nº 01, p. 123-136, jan./mar., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zC4d4ML6FNtdbsxTtffRYXH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório anual de atividades**. Feira de Santana: MOC, 2004. Mimeo

_____. **Relatório anual de atividades**. Feira de Santana: MOC, 2005. Mimeo

_____. **Relatório anual de atividades. Trilhando caminhos para a convivência com o semiárido**. Feira de Santana: MOC, 2006. Mimeo

_____. **Relatório anual de atividades. O MOC contribuindo para os direitos da infância e juventude no semiárido**. Feira de Santana: MOC, 2007. Mimeo

_____. **Relatório anual de atividades. Os objetivos de desenvolvimento do milênio nas ações do MOC**. Feira de Santana: MOC, 2008. Mimeo

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VAN HERK VASCONCELOS, Andrea Costa. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 59, nº 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.222727>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

PERES, Flávia Mendes de Andrade; BARBOSA, Ezequiel Alves. Projetos de vida e educação de jovens rurais: implicações do campo em suas escolhas. **Revista Teoria e Prática da**

Educação. Vol. 20, nº 3, p. 117-130, set./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/34552/pdf>. Acesso em: 6 de jun. 2023.

PONTUAL, Pedro. Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. p.75-82. *In*: SILVA, Antônio F. da; SOUZA, Ana Inês. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

_____. **Educação popular e incidência em políticas públicas**. Texto preparado para apresentação da 33ª Reunião Anual da ANPED de 17 a 20 de outubro de 2010, em Caxambu/MG. Mimeo.

RODRIGUES, Josefa Andréia de Carvalho. *et al.* Percepção da juventude rural sobre a apicultura desenvolvida em comunidades rurais do semiárido piauiense. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Vol. 7, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13617>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

ROVIRA-RUBIO, Rayén Amanda; MONTOYA-CASTAÑO, María Antonia. Acción colectiva juvenil rural: resistencia y re-existencia en tiempos de posacuerdo (Riosucio, Colombia). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y juventud**. Vol. 19, nº 1, p. 1-27, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v19n1/2027-7679-rlcs-19-01-224.pdf>. Acesso em: 02/06/2023.

RUIZ PEYRÉ, Fernando. Juventud rural, trabajo y migración. Éxodo rural em Malargue, Mendonza, Argentina. **Boletín de Estudios Geográficos**. nº 111, p. 9-33, 2019. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/beg/article/view/2489>. Acesso em: 1 de jun. 2023.

SANCHÉZ-SANCHÉZ, David; MEZA-OPAZO, Patricio Andrés; ROBLES-ÁGUILA, Claudia Paulina. Reflexiones sobre una experiencia educativa para niñeces y juventudes rurales: el caso del proyecto “Desde las Raíces” de Caracol Psicosocial A.C. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, Vol. 6, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/11930/18838>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

SANTOS, Patrícia de Jesus. **Juventude rural organizada: desvendando os saberes formativos do Coletivo Municipal de Jovens de Serrinha**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Serrinha: UNEB, 2012. Mimeo

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINANDI, Joel P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista de História e Ciências Sociais**. Porto Alegre, Ano I, nº 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em 25 de mai. 2023.

SILVA, Catarina Malheiros da. Jovens homens que ‘saíram pelo meio do mundo’: sentidos do trabalho para cortadores de cana. **PerCursos**. Florianópolis, Vol. 20, nº 43, p. 143-166, 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724620422019143>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

SILVA, Letícia Costa; ARAÚJO, José Anchieta de. Estado e políticas públicas para a juventude rural. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, Vol. 25, nº 2, p. 45-57, 2020.

Disponível em: [https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5635 /pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5635/pdf). Acesso em: 3 de jun. 2023.

SINGER, Paul. Cidadania para todos. p. 191-263 *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs). **A história da cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/382895278/SINGER-Paul-a-Cidadania-Para-Todos>. Acesso em 20 de jan. 2023.

SOUZA DOS SANTOS, Elis. **“Jovem, negro e rural, estas três coisas!”: um olhar sobre a experiência de educação popular do MOJAC (Movimento de Jovens de Antônio Cardoso)**. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Feira de Santana Feira de Santana: UEFS, 2009. Mimeo

SOUZA JUNIOR, Nilson Pereira de. **Jovens em ação no território do sisal: uma análise ao Coletivo Regional Juventude e Participação Social - CRJPS**. Monografia (Graduação em Geografia). Serrinha: UNEB, 2012. Mimeo

TAFURI, Diogo Marques; FAZIO, Denizart Busto de. A Ascoob Sisal e as lutas camponesas no semiárido baiano. *In*: LEITE, Ana Carolina Gonçalves; FAZIO, Denizart Busto de; TAFURI, Diogo Marques; CAMARGO, Silvia Soares de. **Experiências de finanças solidárias no Brasil: crédito e financeirização da (luta pela) reprodução social**. São Paulo: Nesol/USP, 2016.

TÉLLEZ-RIVERA, C. Víctor; GÁLVEZ-CATALÁ, Eliasib. La juventud rural en el desarrollo local. Estudio de caso. **Revista Santiago**. Santiago de Cuba, nº especial, p. 101-112, 2018. Disponível em: <https://santiago.uo.edu.cu/index.php/stgo/article/view/4526>. Acesso em 10/06/2023.

VARGAS, Daiane Loreto de; SILVA, Gabriela Gomes da; FERREIRA, Aline Guterres. Educação do campo e sucessão familiar: “um olhar” para a Casa Familiar Rural de Igrapiúna no Baixo Sul da Bahia. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**. Teresinha, Vol. 4, nº 1, p. 01-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2650>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

VIEIRA, João Paulo Louzada; BAHIENSE, Douglas Vianna; SILVA, Suany Machado da. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**. Vol. 26, nº 2, p. 89-103, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/39006>. Acesso em: 4 de jun. 2023.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

_____. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. **DesIdades: Revista Científica da infância, adolescência e juventude**. Rio de Janeiro, nº 1, ano 1, p. 22-27, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2457/2091>. Acesso em: 3 de jun. 2023.

ZABALA PERILLA, Andres F.; KNOBLOCH, Neil A. Revisión de la literatura sobre estudios de juventud rural en América Latina y el Caribe durante 2001-2019. **Revista Ciencia y**

Tecnología Agropecuaria. Vol. 22, nº 3. Disponível em: <https://revistacta.agrosavia.co/index.php/revista/article/view/2310>. Acesso em: 10 de jun. 2023.